



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LITERÁRIOS
LINHA DE PESQUISA: TEORIA, CRÍTICA E COMPARATISMO**

CESAR AUGUSTO NEVES SOUZA

**TENSÕES ENTRE REALIDADE E FICÇÃO NA NARRATIVA DE
AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE**

PORTO NACIONAL – TO

2020

CESAR AUGUSTO NEVES SOUZA

**TENSÕES ENTRE REALIDADE E FICÇÃO NA NARRATIVA DE
AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins – UFT, *Câmpus* Universitário de Porto Nacional, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Poreli Moura Bueno

PORTO NACIONAL – TO

2020

CESAR AUGUSTO NEVES SOUZA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S729t Souza, Cesar Augusto Neves.
Tensões entre realidade e ficção na narrativa de Auguste de Saint-Hilaire.
/ Cesar Augusto Neves Souza. – Porto Nacional, TO, 2020.
96 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
(Mestrado) em Letras, 2020.

Orientador: Rodrigo Poreli Moura Bueno

1. História e Literatura. 2. Narrativa. 3. Viagens. 4. Goiás. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CESAR AUGUSTO NEVES SOUZA

**TENSÕES ENTRE REALIDADE E FICÇÃO NA NARRATIVA DE
AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras foi avaliada para a obtenção de título de Mestre em Letras, e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca examinadora.

Data da aprovação ___/___/___

Prof. Dr. Rodrigo Poreli Moura Bueno (Orientador – PPGLetras – UFT)

Prof.^a Dr.^a Roseli Bodnar (Membro interno – PPGLetras – UFT)

Prof. Dr. Odi Alexander Rocha da Silva (Membro externo – UNITINS)

*Dedico este trabalho a um Amor
que ainda está no ventre de sua mãe
Francisca. Em breve, muito em
breve, poderei tê-lo em meus
braços.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste projeto se tornou possível pela Orientação do professor e amigo Rodrigo Poreli, a você meus sinceros agradecimentos pelos inúmeros diálogos acadêmicos.

Agradeço também as preciosas e pontuais contribuições teóricas dos professores: Odi Alexander Rocha da Silva e Roseli Bodnar, vossas sugestões na parte teórica desta dissertação foram de grande valor.

Não poderia esquecer do apoio irrestrito que recebi de minha família, muito obrigado. Vocês têm sido meu suporte psicológico e emocional.

E por fim, agradeço a Deus, o grande doador da vida e o maior Naturalista do universo.

In memoriam: Maria Edna Neves Sousa

Felizes os que chegaram ao término de sua viagem sem deixarem o porto, e que não palmilharam como eu, inutilmente, a terra. (François-René de Chateaubriand)

RESUMO

O tema: Tensões entre realidade e ficção na narrativa de Auguste de Saint-Hilaire que será desenvolvido nas páginas deste trabalho versa sobre a narrativa de viagem de Auguste de Saint-Hilaire. O desafio do conceito que nos impele a compreender o que é um relato de viagem repousa numa busca histórica a partir das relações entre história e literatura a partir dos setecentos. Com o passar dos séculos os conceitos foram se definindo e a história foi assumindo cada vez mais caráter científico, embora eu compartilhe da ideia que a sua dinâmica reside em não ser inteiramente uma ciência. Todavia, a história e a literatura não deixaram de compartilhar pontos em comum, ou seja, há um elo que os une que é a narrativa ou o ato de narrar fatos e acontecimentos. Diante de tal complexidade, a tarefa de conceituar como relatos de viagem recai sobre o leitor contemporâneo, que dependendo do manejo com o texto do viajante, poderá transformá-lo em um documento histórico ou tão somente uma leitura literária. Em meio a este processo temos também o papel do narrador, aquele que organiza, seleciona os eventos e elabora sua narrativa. O campo da narrativa por mais verossímil que seja, é também o campo da ficção, e separar a realidade da ficção é o desafio aqui proposto. O método utilizado para iluminar os caminhos trilhados por esta pesquisa foi o método do comparatismo. Comparatismo também foi o método utilizado por Saint-Hilaire ao elaborar sua narrativa sobre a província de Goiás na primeira metade dos Oitocentos. Portanto, aqui será analisado as influências e contextos nos quais estão ligados à formação de Saint-Hilaire como um cientista naturalista, e as tensões entre o real e o ficcional de sua narrativa.

Palavras-chave: História e Literatura; Narrativa: Viagens; Goiás

ABSTRACT

The theme that will be developed in the pages of this work is about the travel narrative of Auguste de Saint-Hilaire. The challenge of the concept that impels us to understand what a travel story is lies in a historical search based on the relationship between history and literature from the seven hundred. Over the centuries the concepts were defined and history became more and more scientific in character, although I share the idea that its dynamics lie in not being entirely a science. However, history and literature did not fail to share common points, that is, there is a link that unites them, which is the narrative or the act of narrating facts and events. Faced with such complexity, the task of conceptualizing travel reports falls on the contemporary reader, who, depending on the handling of the traveller's text, can transform it into a historical document or just a literary reading. In the midst of this process we also have the role of the narrator, the one who organizes, selects the events and elaborates his narrative. The field of narrative, however credible it may be, is also the field of fiction, and separating reality from fiction is the challenge proposed here. The method used to illuminate the paths followed by this research was the method of comparativism. Comparatism was also the method used by Saint-Hilaire when developing his narrative about the province of Goiás in the first half of the 19th century. Therefore, here we will analyze the influences and contexts in which they are linked to the formation of Saint-Hilaire as a naturalist scientist, and the tensions between the real and the fictional of his narrative.

Keywords: History and Literature; Narrative: Travel; Goias

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O TEXTO HISTÓRICO ENTRE A FICÇÃO E A LITERATURA	14
2.1	Abordagem comparatista	14
2.2	História, Literatura e Narrativa	22
3	AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA	41
3.1	Saint-Hilaire, uma breve biografia	41
3.2	Considerações sobre Romantismo na formação de Auguste de Saint-Hilaire	47
3.3	Relatos de viagens entre a Literatura e a História	51
4	ANÁLISE DA NARRATIVA DE SAINT-HILAIRE	62
4.1	A Busca pelo Fabuloso por meio da Narrativa de Viagem	62
4.2	A Busca pela Ciência por meio da Narrativa de Viagem	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as tensões existentes entre a realidade e a ficção na narrativa de Auguste de Saint-Hilaire. O livro escolhido para estudo é o livro “*Viagem à Província de Goiás*” publicado em 1975¹. Saint-Hilaire fez uma viagem a Goiás no ano de 1819, e durante o período que ali esteve realizou anotações sobre os aspectos sociais da província goiana. Tendo em vista que a estrutura da narrativa e suas complexidades nos levam a crer que toda a narrativa tem em si elementos fictícios, busquei trazer para este debate reflexões importantes sobre os aspectos ficcionais e os não fictícios de uma narrativa, em especial a do nosso viajante escolhido, o francês Auguste de Saint-Hilaire.²

A narrativa é também uma forma de representação. Porém, essa representação é produto de um recorte feito pelo autor, tendo em vista que, é impossível abranger a realidade em sua magnitude. A realidade como um todo é inalcançável pelo narrador. Este trabalho parte da problematização que envolve a dicotomia existente entre o que é real e o que é fictício na narrativa de viagem do viajante naturalista já citado. É importante sublinhar que todo o trabalho passa por um método e quando pensamos em método estamos falando em caminhos escolhidos para se percorrer, e o caminho escolhido para este trabalho foi o método analítico-comparatista. Também selecionei um *corpus* teórico voltados para estudos como ficção, narrativa, literatura, história e relatos de viagens.

Então, em primeiro momento irei traçar um breve histórico e discutir conceitos relacionados aos estudos comparados, desde o momento que surgiram no contexto da formação dos Estados Nacionais. Também, quando a literatura comparada fazia parte dos estudos de literatura e crítica literária, até adquirir corpo teórico próprio. Irei observar o desenvolvimento da teoria comparatista por meio de escolas literárias que contribuíram para a estruturação do método, como: o Estruturalismo, o Formalismo e o *New Criticism*.

O comparatismo se encontra no seio de todo o conhecimento formado desde a construção da personalidade que perpassa pela alteridade, o olhar do outro, pelas viagens dos naturalistas ao Brasil, e nos relatórios produzidos pelos viajantes. Tudo isso não aconteceria sem o método da comparação, mesmo que de forma subjacente. Também está presente no momento pelo qual pensamos na literatura como construtora de identidade, devido às fronteiras

¹ O livro *Viagem à Província de Goiás* foi traduzido pela Regina Regis Junqueira, pela Universidade de São Paulo. Edição Única.

² Auguste de Saint-Hilaire, um botânico francês que chegou ao Brasil em 1815 na chamada Missão Austríaca. Sobre este personagem tratarei mais adiante neste trabalho.

que nos separam do outro e nos permite saber quem somos nós. Isto acontece pela ação de comparar, ou seja, a teoria comparada está entrelaçada em todas as ações da vida humana.

Nesse trabalho serão recebidas as contribuições de Tânia Carvalhal, Sandra Nitrini e Harold Bloom. Discutirei a questão da imitação e da influência, em especial o conceito de influência trabalhada e defendida por Harold Bloom. Entendo a influência como uma contribuição que opera de mão dupla, mesmo havendo diferenças de status entre ambas as partes. Com efeito, implicará na noção de originalidade de uma obra, muitas vezes compreendida como ‘algo novo’. Mesmo o próprio Saint-Hilaire, foi influenciado pelo romantismo de Humboldt.

Tratamos também os diálogos entre a história, literatura e a narrativa, embora compreende-se de forma superficial que a história seja a “verdade” dos acontecimentos, enquanto a literatura nos abre a possibilidade de fantasiar e buscar a imaginação. Contudo, tanto a história quanto a literatura utilizam-se da narrativa. Nessa parte do texto serão mencionados autores como Hayden White, importante teórico que trabalha as problemáticas da história com relação a verossimilhança, deste modo aproximando a narrativa histórica à narrativa literária, e percebendo que ambos os campos teóricos compartilham espaços, e se completam pela narrativa, não obstante possuem diferenças, no sentido de liberdade criativa para a literatura e e abordagem de acontecimentos narrados pela história

E quanto a ação de narrar citarei Paul Ricoeur que estuda a narrativa como ferramenta que o homem possui para dominar o tempo. Ricoeur vai fazer a relação entre o tempo, a narração e a ficção como atividades inerentes ao ser humano E sobre os estudos da narrativa, contarei com as contribuições de Salvatore D’Onófrío, importante crítico literário, que aprofunda a questão que envolve o narrador e a narrativa, e os distanciamentos existentes no processo literário, e de que forma isso afeta a literatura e a historiografia. E por fim o teórico Luiz Costa Lima que enfatiza os espaços conceituais compartilhados pela literatura, pela história e pela ficção, a tal ponto que a ficção pode ser uma forma de contar a história.

A partir de então irei discorrer sobre uma breve biografia de Saint-Hilaire com a finalidade de localizar o leitor no debate em construção. Aqui farei uma reconstrução histórica sobre as viagens europeias, desde as que tinham por objetivo promover o mercantilismo aliado as colonizações, até as viagens de caráter filosófico. Alguns traços importantes do período moderno são importantes, como a perspectiva lógica e racional, o status que a ciência desempenha frente aos Estados Modernos, a posição que a história natural ocupa no meio científico e a influência do pensamento romântico. Nesta abordagem contei com as reflexões da historiadora especialista em Saint-Hilaire, Lorelay Kury.

Vale ressaltar o valor da contribuição do pensamento romântico sobre o processo de formação de Saint Hilaire. Portanto, trarei alguns pontos importantes sobre o Romantismo. E por último, discuto sobre a problemática que envolve a posição conceitual que os relatos de viagens ocupam entre a História e a Literatura. Serão mencionados três importantes estudiosos, Flora Süssekind, Hugo Moura Tavares e Mary Junqueira que iram debater as melhores definições para os relatos de viagens.

2 O TEXTO HISTÓRICO ENTRE A FICÇÃO E A LITERATURA

2.1 Abordagem comparatista

É importante descrever o método que utilizarei neste trabalho, que será o método analítico-comparativo. Por isso, é necessário entender o que vem a ser o método comparatista. Assim sendo, recorri aos estudos do professor Anselmo Peres Alós, a fim de estudar os conceitos existentes sobre os estudos comparatistas (ALÓS, 2012). Os estudos comparatistas exigem amplo conhecimento sobre diversas culturas. Seu surgimento ocorreu durante a formação dos Estados Nacionais na Europa a partir dos séculos XVI E XVII, deste modo, é indubitável que ao debruçar-se nos estudos literários e históricos, compreende-se que tais estudos estejam umbilicalmente ligados ao conceito de identidade nacional. Nestas palavras:

O surgimento do termo ‘literatura comparada’, referindo-se a um campo de atuação específico nos estudos literários, deu-se no momento da consolidação dos Estados Nacionais na Europa, e seus pressupostos estavam atrelados, ainda que de maneira incipiente, às discussões sobre as questões de fronteira, cultura e identidade nacional (ALÓS, 2012, p. 2).

À medida que novas fronteiras são construídas, novas identidades começam a se formar. Novas delimitações, espaços geográficos e regiões estão em plena fase de consolidação na Europa pós feudal. Aqui, a religião, o idioma e as tradições configuram um processo de pertencimento, de nacionalismo e de diferenciação do outro. O estabelecimento de uma divisa, ou de um marco, estão atrelados e associados ao conhecimento que temos do outro. Este outro é o estrangeiro, aquele que não pertence às mesmas divisas nacionais. É neste contexto que as representações e os imaginários também são espaços de identidade e de demarcações, nas quais a literatura se apresenta como um dos principais aportes.

No entanto, o grande marco inicial dos estudos comparados vai ser mesmo o século XIX. Escritora como Anne-Louise Germaine Staël- Holstein vai demonstrar interesse pelos estudos culturais de outros países. O comparatismo, portanto, é o estudo de diversas literaturas entre si, como também da literatura com outras áreas do conhecimento. Em primeiro momento a grande escola que contribui para os estudos comparatistas é a escola francesa,³ muito marcada pelos métodos historicistas e por uma concepção evolutiva da literatura. Surge então em 1960, uma outra escola de estudos comparados, a Escola Americana de Literatura Comparada. Nesta

³ Primeiramente é na cidade de Lyon a primeira escola francesa de literatura comparada, seguida por Sorbonne em 1910, ambas na França.

escola, são utilizados métodos e teorias imanentistas em relação ao texto, como, por exemplo, teorias advindas do Formalismo, do Estruturalismo e da New Criticism.⁴ Aqui são permitidos estudos paralelos de literatura de uma mesma nação. O critério de valor era a própria literalidade, e as análises isentas das abordagens de cunho político e social, eram relegadas a um plano secundário da obra.

Para escrever sobre literatura como identidade contei com a contribuição dos textos da historiadora Sandra Pesavento. Ela argumenta que todo grupo possui um padrão que sirva como uma referência a todos os indivíduos de um determinado grupo social. Por meio destas referências são estabelecidos estereótipos, estigmas, modelos morais que definem papéis e pautam comportamentos. Este processo é natural tanto em pequenos grupos sociais, como em sociedades inteiras no interior de uma nação. A identidade é um processo tanto pessoal como coletivo, é por este padrão que as pessoas se definem e se reconhecem como pertencentes a um grupo. Em se tratando de país é possível refletir o papel tanto da história como da literatura na formação destes processos de identidade. Tendo em vista que ambas disciplinas atuam no campo das representações. Observem o seguinte trecho:

Por outro lado, as representações do mundo social não se medem por critérios de veracidade ou autenticidade, e sim pela capacidade de mobilização que proporcionam, ou pela credibilidade que oferecem (PESAVENTO, 1998 p. 19).

De acordo com Pesavento a credibilidade de uma representação tem mais valor do que sua autenticidade. A construção de uma identidade ocorre como resultado de uma demanda que nasce de um inconsciente coletivo, posto que, é desejo de qualquer comunidade buscar suas origens e explicar seu passado. E as tradições advindas do passado contribuem grandemente na formação da identidade. Portanto, tanto a história quanto a literatura servem como caminhos para a construção do passado, que perpassa pelo mito de fundação, pelas representações e pela formação de uma nação. E neste contexto a história quanto a literatura percorrem caminhos diferentes em direção a um mesmo fim.

Uma vez que a Literatura faz parte da identidade de uma nação, os estudos comparados exigem conhecimento para além de suas fronteiras nacionais. Pois compara identidades, tradições, histórias diferentes. É um estudo que exige alto grau de conhecimento cosmopolita. O comparatismo aborda diferentes estratégias e métodos dentre os quais poderemos analisar: as influências, as referências de fontes, processo de estruturação das obras ou texto de um mesmo sistema literário.

⁴Ou Neo Críticos que perceberam que um texto pode apresentar interpretações simultâneas.

A teórica Tânia Carvalhal, autora do livro: *Literatura Comparada*, vai dizer que a literatura comparada não se resume a apenas a comparação, pelo motivo de que a comparação não é um método específico, e sim um procedimento mental que favorece a generalização ou a diferenciação⁵ (CARVALHAL, 2003). É próprio da natureza humana comparar objetos e acontecimentos. A organização da cultura e do próprio pensamento acontece por meio de comparações. Quando criticamos ou analisamos estamos sempre ordenando acontecimento e fatos a partir de um determinado parâmetro, e só depois das análises comparativas que formamos nosso juízo de valor.⁶

O comparatismo utiliza-se da prática analítica e interpretativa. E desta forma, podendo servir de método, embora Carvalhal afirme que o comparatismo é mais um procedimento mental do que um método específico. Os estudos comparatistas são reflexos de que não existem culturas isoladas. Até mesmo os viajantes do século XIX no rol das ciências naturais podem ser caracterizados como um fenômeno comparativo. A prática comparativa está nas bases procedimentais de suas missões científicas, ou seja, conceito embutido na própria nação de fabuloso e exótico. Em outras palavras; nas entrelinhas da busca pelo exótico, subtede-se a comparação com aquilo que não é exótico, ou seja, o natural.

Ainda com Carvalhal, agora em seu outro livro, “*O próprio e o Alheio*”, é abordado o conceito da intertextualidade, por meio do qual modificou significativamente os métodos dos estudos comparados. Transformou práticas de leituras e modos de entendimento com relação as influências e fontes. Com as contribuições da intertextualidade a obra passa a ser coletivizada e não mais individualizada e hierarquizada (CARVALHAL, 2003, p. 72). Nas concepções anteriores a obra era vista de forma individual, e a partir dela buscava-se identificar as influências sobre o autor. As fontes eram externas à obra. Já dentro do conceito da intertextualidade⁷ procura compreender no próprio texto as fontes e outros textos ali presentes.

Os textos, portanto, se entrelaçam. Nesta nova perspectiva o leitor passa a desempenhar um papel fundamental, como a de um coautor, o fim principal da obra e a razão da existência do livro. É partir de então, que nasce novas nomenclaturas como elementos intertextuais e leitura como práticas mediadoras. Os estudos comparados não são mais presos a questões

⁵ De acordo com Carvalhal a dificuldade de conceituar o que é Literatura Comparada aumenta cada vez mais que lemos manuais especializados sobre o assunto. Posto que, há divergência com respeito a metodologia. Outros autores tratam o tema sem problematiza-lo ou mesmo usando conceitos generalizadores. (CARVALHAL, 2003, p.6)

⁶ Embora a disciplina Literatura Comparada seja um campo recente de estudos, Carvalhal aponta que a designação ‘comparada’ que vem do latim ‘*comparativus*’ o termo já era empregado da Idade Média para estudos de ciências naturais.

⁷ Tânia Carvalhal recorre ao ensaio *Le mont, le dialogue et le roman* de Júlia Kristeva que empregou o termo ‘intertextualidade’ em 1966, para se referir ao um texto que se forma a partir de inúmeros elementos de outro texto.

hierárquicas, como as influências verticalizadas. Agora, novas abordagens se apresentam como vitais para os estudos, temos as sensibilidades presentes, gostos de cada época e as confluências de elementos comuns a cada texto.

Não existe nenhuma literatura ou escritor que não tenha recebido contribuições e influências de outras culturas. Temos os conceitos dicotômicos que marcaram o imaginário europeu de barbárie e civilização. Estes termos gravitam em especial sobre dois conceitos, primeiro, a ideia que temos do outro, e segundo, a ideia que temos do lugar que pertencemos. É o lugar conhecido que funciona como critério de valor para o que entendemos por bárbaro e por civilizado. Estes conceitos a partir da Idade Moderna vão sofrer de modo gradual uma alteração. Passarão a serem substituídos por centro e periferia ou primeiro mundo e terceiro mundo. A Idade Moderna é o período da História que significa para o homem de seu tempo uma época de abertura de horizontes, a busca por novos territórios, novas rotas e aventuras por meio das navegações.

Todo esse elemento traz ao europeu a aproximação com lugares exóticos e desconhecidos. Novas fronteiras serão estabelecidas, uma nova geografia será formada. Tais mudanças terão um profundo impacto no imaginário, não somente no homem europeu, mas também para as civilizações além mar. O grande acontecimento para esta nova era são as viagens. É através das viagens que os lugares vão se interligando, se interconectando, trocas culturais, comerciais e políticas são consolidadas. São por meio das viagens e de seus relatos que serão pavimentados o novo imaginário europeu, tanto cientificamente quanto culturalmente. A viagem é o contato com o contraste. Lugares outrora distantes, agora, são aproximados pela ampliação do imaginário, graças as viagens tanto comerciais quanto científicas (CARVALHAL, 2003, p. 54).

Tânia Carvalhal vai afirmar que o ponto chave do comparatismo é a relação entre o particular e o universal. Para fundamentar sua tese, ela recorre ao teórico Ernesto Laclau.⁸ As contribuições deste teórico alteram concepções antigas sobre o comparatismo. Dentro dos paradigmas anteriores, entendia-se que havia um abismo entre o particular e o universal, e que os princípios universais quando tomados para compreender a produção literária e a formação identitárias de um povo, anularia as particularidades. Eis a seguinte citação:

Quer dizer, a identidade se constrói como um sistema complexo e elaborado de relações com outros grupos, e essas relações são reguladas por normas e princípios que transcendem os particularismos e são universais (CARVALHAL, 2003, p. 61).

⁸ Ernesto Laclau foi um teórico político de raiz ideológica marxista. Nascido na Argentina em 1935 e falecido na Espanha em 2014.

O que Carvalhal pretende dizer é que a própria identidade particular se desenvolve diante da comparação com outras identidades, seja no campo individual, como a nível de sociedade. É na relação com o outro que descobrimos quem nós somos e por meio do contato com o outro que a nossa personalidade é construída. Por consequência, as questões sociais particulares não são anuladas pelos princípios universais, mas ao contrário, elas são orientadas e reguladas por princípios universais. E mesmo se referindo a algum traço característico particular, é sobretudo, orientado por princípios universais. Estes princípios transcendem às suas próprias fronteiras. Então, as teorias de Laclau apontam enfaticamente para os princípios universais que fundamentam a construção da identidade e desta forma estende-se à toda cultura, bem como sua produção literária.

Já a autora Sandra Nitrini procura explicar os conceitos de imitação e o conceito de influência (NITRINI, 2010). No interior dos debates contemporâneos sobre literatura comparada há uma supressão da palavra influência, pois este seria um termo que remeta a uma hierarquização carregada de juízo de valor, ou que um autor possa exercer algum tipo de poder sobre o outro. Este cuidado acontece devido a literatura comparada surgir no apogeu das ideologias científicas do século XIX.

Entretanto, segundo Nitrini a influência é a soma das relações de contato de qualquer espécie entre um emissor e um receptor. Ou mesmo numa obra, cujo resultado tenha caráter autônomo e independente, e que, pela intuição seja possível notar a semelhança com outras obras, embora mantendo uma personalidade própria. Portanto, este processo pode ocorrer de mão dupla, haja vista que numa relação de contato há um jogo de *soma não zero* de ambas as partes. Isto é mais bem compreendido nos estudos das culturas, pelo quais, verificam-se as trocas comerciais e culturais que permearam a história da humanidade. Em poucas palavras: nunca houve uma cultura inteiramente isolada.

A influência de acordo com Nitrini pode coincidir com o significado de imitação. A Imitação é quando um texto contém: elementos materiais, traços de composição e episódios procedimentais de uma determinada obra que estão presentes em outra, isto seria uma imitação. Já a influência denuncia que houve uma transmissão menos material mais difícil de apontar. Por fim, a influência é aquilo que modifica a percepção do artista, já a imitação é quando certos procedimentos ou marcas de outras composições estão presentes na própria obra.⁹

⁹ No âmbito das discussões que orbitam sobre os conceitos de Literatura Comparada, encontra-se o conceito de influência. Alguns negam outros afirmam. E há aqueles que substituem pelo termo: intertextualidade. (NITINI, 2010, p.126)

Não é tarefa fácil descrever os antecedentes criativos de uma obra de arte, ou o exato nível de influência de um autor sobre outro. Mesmo assim, há diferentes manifestações de influência. Nitrini vai trabalhar com alguns autores como Paul Valéry¹⁰ e Guillen.¹¹ Para este último a influência parte primeiro da experiência do autor que desenvolve no âmbito da criatividade. Ou seja, há elementos a serem considerados que não se reduzem a tarefa de descrever os traços de uma determinada obra que estão presentes em outra.

Essa semelhança entre duas obras pode ser imitação. Entretanto, partimos de uma concepção atual que a originalidade deve ser confundida com novidade. Por este ângulo ser original é não ter nenhuma semelhança com obras passadas. Porém, analisando os processos cognitivos e de como funciona o cérebro, observa-se que todas as nossas criações partem de concepções, modelos de coisas ou de eventos passados, pelo qual, assimilamos e acrescentamos algo que é nosso. Portanto, a criatividade como novidade não passa de um entendimento equivocado que alimentamos.

No campo dos estudos comparatistas, há três conceitos importantes: Há o conceito da imitação, da influência e o da tradução. Segundo Valéry a influência vem de ideias, valores e conceitos que recebemos de outras obras. Assim sendo, esta influência obedece a alguns níveis. Aumentando o grau da influência pode-se chamar de imitação, e quando todos os elementos de uma obra se fazem presentes em outra, denomina-se tradução. A tradução é o nível completo de influência. O próprio ato de buscar uma influência é uma forma de originalidade, tendo em vista que não existem autores absolutamente originais. Toda a ação humana, desde os processos culturais até mesmo a construção de nossa personalidade, se formam a partir do encontro com o outro. “O desejo de ser original é o pai de todas as imitações” (VALÉRY apud NITRINI, 2010, p. 135).

A ideia de originalidade está ligada ao ideal de inspiração e a poderes divinos. Porém, a questão da originalidade como ‘marca própria’ é aquela na qual podemos observar em um texto as marcas do autor. Este conceito está ligado a aspectos individuais, nacionais e temporais. Por conseguinte, esta questão individual vai ganhar força no romantismo que exige que a personalidade do autor esteja representada na obra. É a partir desta representação que se poderá medir o nível de originalidade. Um dos traços fundamentais do romantismo é o culto ao indivíduo, posto que, é uma corrente filosófica e histórica pela qual compreende o mundo como um grande espírito que brota do interior de cada indivíduo, e que o mesmo está interligado com o mundo a sua volta. O universo se apresenta para o romântico como uma projeção que flui do

¹⁰ Ambroise-Paul-Toussaint-Jules Valéry filósofo e poeta francês. (1871-1945).

¹¹ Claudio Guillén foi um acadêmico e escritor, poeta francês do século XX.

interior do indivíduo. Uma das problemáticas desta concepção é considerar a obra desvinculada de suas tradições. Partindo da ótica do romantismo, é como se as técnicas e as ideias agissem separadamente de todo legado do passado.

É dessa forma que a originalidade como ‘novidade’ perde espaço para o outro conceito de originalidade como ‘marca própria’. Neste novo conceito a originalidade acontece quando o autor tem a capacidade de modificar uma técnica. Em um artista podemos observar dois elementos básicos que se encontram combinados: de um lado o esforço criativo, e do outro o condicionamento da época. Entretanto, para ressaltar a originalidade como ‘marca própria’ que são heranças que recebemos de conhecimentos passados, destacamos a alteridade que é a relação que temos com o outro. Todo processo criativo nasce desta concepção e se constrói a partir do outro.

Outro teórico que Sandra Nitrini cita em seu livro é Paul Van Tieghem.¹² Em seu livro “Literatura comparada” é proposto alguns conceitos sobre a análise comparatista. Primeiro temos o conceito de *Fortuna* que é o conjunto de testemunho que manifestam as qualidades de uma obra. Temos também o conceito de *Sucesso* que atua em uma ordem quantitativa pelo qual aponta para os números de exemplares vendidos, traduções, adaptações, edições e sobre os leitores da obra. Depois temos os conceitos de *influência* e *fontes*. As diferenças básicas entre ambos os conceitos é que a influência age de forma qualitativa e de forma sutil, partindo de um princípio ativo em relação à obra.¹³

Busca-se rastrear os elementos que partem do emissor em direção ao receptor e as contribuições que uma obra exerce no nascimento de uma outra obra. No entanto, os estudos sobre as fontes partem de um princípio passivo do receptor em relação ao emissor. É importante detalhar que ambos os conceitos são de difícil percepção e averiguação.

Para aprofundar mais no conceito de influência recorri aos estudos de Harold Bloom, em seu livro: “Um mapa da desleitura”. O argumento de Bloom se inicia com uma referência a interpretação de textos sagrados que envolve concepções místicas e teológicas, considerando as múltiplas possibilidades interpretativas. Um grande exemplo é a *BÍBLIA* que possui a interpretação histórica, alegórica, metonímica e espiritual. Diante destas possibilidades interpretativas, considera-se que tais possibilidades são reduzidas pelas teorias

¹² Filólogo francês que formulou a distinção entre Literatura Comparada e Literatura Geral.

¹³ Segundo Nitrini “O trabalho comparatista não se deve limitar a relacionar textos, uma vez que a vida do autor constitui um fator importante na gênese da obra. A revelação e a difusão de ideias e sentimentos podem, às vezes, partir de um fato histórico ou social. A cronologia é importante na medida em que situa devidamente as aproximações, eliminando-as se forem falsas.” (NITRINI, 2000, p. 32)

desconstrutivistas advindas de Nietzsche e do materialismo histórico. A respeito da crítica desconstrutivista, Bloom explica:

Leituras desconstrutivistas eliminam as ilusões nos textos que permitem certas ilusões; mas o que são ilusões em textos que dependem totalmente do resgate dos significados ou de que o leitor recupere certa visão que tais textos exigem dele? (BLOOM, 2003, p. 99).

O que Bloom chama a atenção é o fato de o texto ser ou não ser considerado como ficção. Caso seja considerado como ficção, cabe resgatar no texto suas possibilidades de ilusão. O problema das críticas pautadas nas teorias desconstrutivistas é que tolhe as infindáveis possibilidades de ilusões presentes em um texto, oferecendo-as em muitos casos um sentido político ou alguma questão social, como no caso das leituras marxistas. Uma vez que o leitor imbuído de tais teorias tem a liberdade de se entregar totalmente ao texto seriamente comprometido. Os desconstrutivistas eliminam as ilusões que o texto pode sugerir e limitam as interpretações possíveis. Nestas palavras:

Ninguém precisa ser religioso em nenhum sentido ou conceito, nem simpatizar com qualquer teosofia ou especulação ocultista, para concluir que o significado, seja de poemas ou de sonhos, ou de qualquer texto, é excessivamente empobrecido por uma desconstrução inspirada em Nietzsche, por mais escrupulosa que seja (BLOOM, 2003, p. 99).

O crítico literário Bloom vai aplicar dois conceitos básicos, primeiro, o conceito antitético que é a contraposição de ideias antagônicas na estrutura de uma frase que será chamado de antinatural ou imaginativo. Segundo o tropo retórico que é o recurso de atribuir o sentido de uma palavra a outra, ou uma palavra usada de modo não literal. O uso de tal palavra funciona como um desvio do sentido literal.¹⁴ Dentro do conceito de tropo existem outras classificações são estas: ironia, metonímia, metáfora, sinédoque, hipérbole e metalepse. E segundo Kenneth Burke, teórico citado por Bloom, temos as seguintes associações: ironia associada a dialética, metonímia à redução, metáfora à perspectiva e a sinédoque à representação (BLOOM apud BURKE, 2003, p. 108).

Enfim, a desleitura que Bloom se refere é a de que todo escritor se apropria de elementos de autores e de obras anteriores a ele. Desta forma, uma obra serve de referências à outra. Podemos tomar Miguel de Cervantes como exemplo, diz que de tanto ler contos de cavalaria seu “crânio amoleceu”. O próprio Dom Quixote, seu personagem, serviu de referencial ou influência a outros escritores consagrados. O mesmo acontece com relatos de viagens, onde

¹⁴ Na página 107, Harold Bloom vai considerar o *Tropos* como erros necessários de linguagem, a fim de, evitar o sentido literal da palavra. *Tropos* são, portanto, meras falsificações.

um relato de um viajante serve de referência para outro viajante. A questão da influência para Bloom é esta apropriação que um autor faz de um antecessor.

Existe em meio as teorias comparatistas a tese de que o termo influência pressupõe uma hierarquização de culturas, estipulando deste modo, uma cultura superior às demais. Entretanto, o contato entre culturas possui caráter ambivalente, não importa em que posição econômica e política estejam. Os estudos sobre o funcionamento do cérebro apontam que mesmo o processo de criação não é tão original. Durante a aquisição de conhecimentos assimilamos conhecimentos anteriores a nós. Assim, a formação de nosso imaginário vem de heranças passadas.

Algum teórico ao suprimir o conceito influência de seu vocabulário, recorrerá a neologismos para compreender as relações entre um autor e outro. A relação entre autores possui caráter ambivalente, seja em maior ou menor grau. Existem grandes obras que serviram de referências a outras milhares de obras literárias. Não saberíamos como seria da literatura ocidental sem as obras de Homero, Virgílio, Dante Alighieri, Miguel de Cervantes, Shakespeare, Vitor Hugo e tantos outros. As influências que um autor possa receber de outro autor, e as desleitura realizadas por um determinado escritor de outro não compromete o valor conferido a sua obra. Este é um processo natural que provém das trocas culturais. As trocas culturais são inevitáveis independentemente das questões políticas e econômicas. Por isso, que ao falar de influências é falar de ambivalências.¹⁵

2.2 História, literatura e narrativa

A narrativa histórica se estabelece por meio da análise de acontecimentos e fatos. No entanto, é através da narrativa que buscamos compreender a natureza das coisas que nos cercam. Por isso, o questionamento sobre as problematizações que envolvem as formas de narrativas e o acontecimento em si. Um elemento importante diante deste cenário teórico é que a história tem a pretensão da busca pela verdade dos fatos. E considerando o texto enquanto narrativa, levanta-se a seguinte questão: até que ponto a utilização da linguagem pode oferecer ao fato histórico características semelhantes à narrativa literária? Muito se tem questionado sobre o paradoxo que existe entre o acontecimento e a narrativa, como também, até que ponto a linguagem pode aproximar-se da realidade.

¹⁵ A palavra influência deriva do latim: *influentia*, que referia a ação dos astros sobre o destino humano.

Caso esta aproximação não aconteça, a história se assemelha à literatura. Estas questões nos apresentam como basilares, a fim de, compreendermos os espaços que são compartilhados entre a história e a literatura. Além do mais, apesar das múltiplas narrativas que circulam sobre um fato histórico, promovendo a concepção de que os acontecimentos não passam de um evento linguístico, temos que a história, enquanto um campo específico, contrapõe esta corrente em arrogar para si a objetividade do acontecimento, estreitando deste modo, sua relação com o fato. De qualquer maneira, tanto o historiador como qualquer outro estudioso do assunto, gravitarão em torno desse dilema. O dilema é entender se a história se utilizando da narrativa, prerrogativa essa também da literatura, não a descaracterizará enquanto ciência histórica.¹⁶

Ao pensar sobre os conceitos que pairam sobre a história, percebemos que existe sobre esta um problema de definição. Notamos que a história se encontra em uma interseção entre a arte, filosofia e a ciência. Entretanto, analisando-a como ciência não podemos negar seu compromisso com a objetividade dos acontecimentos. Todavia, os fatos estudados precisam ser organizados dentro de uma narrativa. É neste processo de organização dos acontecimentos por meio da narrativa que a aproxima da narrativa literária.

Silvana Seabra Hooper em seu trabalho sobre a escrita de Sérgio Buarque de Holanda refere que o historiador estaria submetido ao campo das letras (HOOPER, 2007, p. 26). Hooper ainda diz: “Nesse sentido, os textos históricos não revelam os objetos de que tratam, mas constroem seus objetos em si mesmos, enquanto textos” (HOOPER, 2007, p. 26). Nessa frase, Hooper deixa subjacente as similitudes que o texto histórico possui com a ficção literária. O dilema a ser enfrentado pelo historiador é palmilhar um terreno que se encontra entre a forma e o conteúdo.

Ou seja, enriquecer o vocabulário conferindo ao texto uma boa escrita, assemelhando-se à narrativa literária, ou concentrar-se no fato em si. Posto que, a objetividade do fato pode levar o historiador a despreocupar-se com o estilo da escrita, embora, se tenha a preocupação de que a linguagem é o meio de compreender o objeto a ser estudado. Porém, o historiador encontra-se em meio ao dilema de que: se tudo é linguagem e os fatos não passam de fenômenos linguísticos, sendo assim, a história se aproxima, da literatura enquanto narrativa.¹⁷

¹⁶ O historiador Hayden White mais adiante citado neste trabalho, descreve o caráter ambivalente da história entre a Ciência e a Literatura em seu livro: *Trópicos do Discurso* na página 39. Ali é descrito que quando a História tem seu corpo metodológico questionados pelas Ciências Sociais, os historiadores alegam que a História jamais reivindicou para si o status de ciência pura. Todavia, quando questionada pelos Literatos com respeito às suas manifestações artísticas que envolvem a narratividade, logo, os historiadores se justificam na posição de uma semi-ciência.

¹⁷ Hayden White chama esta postura dos historiadores em harmonizar a História entre a arte e a ciência de Tática Fabiana.

E, se a partir de então, os fatos históricos possam ser componentes dos recursos da linguagem, aumentam, portanto, as possibilidades de anacronismos. Como também o esvaziamento da história enquanto ciência.

É um hábito comum dos historiadores recorrerem ao contexto a fim de explicar algum acontecimento. Desta forma, o contexto se transforma em um campo, pelo qual tudo pode ser explicado. O contexto serve como um suporte ao historiador onde tudo é remetido. Sendo assim, o contexto e se apresenta como uma realidade rígida e comprovável. Entretanto, a utilização da linguagem por meio da narrativa, faz com que este contexto passe a ser manipulado pela linguagem ou pelos interesses e tendências do pesquisador. Ademais, a linguagem também se transforma em um mito, pelo qual, tudo se explica. Logo, assim como o contexto é passível de ser reinterpretado inúmeras vezes, temos, portanto, que a corrente que deposita na linguagem seu sustentáculo da veracidade, estará propenso a incorrer em um terreno inseguro.

A linha que separa a narrativa historiográfica da narrativa literária é muito tênue. A história por seu turno possui duas características importantes, primeira que é a da investigação e o esforço intelectual de reconstituir o passado, e a segunda consiste no ato de narrar os acontecimentos. Assim sendo, a história é portadora de uma objetividade enquanto ciência, e por outro, aproxima da arte enquanto narrativa. Todavia, a ruptura entre a história e a literatura acontece somente no século XIX, como aponta Hooper:

A relação entre história e literatura nem sempre foi um encontro problemático. A concepção de história do século XVIII se assemelhava a um gênero literário e a arte da argumentação, e não necessariamente a um tratado de investigação (HOOPER, 2007, p. 45-47).

Antes da história se consolidar como ciência no decorrer do século XIX, ela já se enleava com a literatura lá pelos meados do século XVII E XVIII. No entanto, a aproximação da história com a literatura, a esvazia de seu compromisso científico com os fatos, buscando de antemão a verossimilhança com a realidade. Tanto pela história quanto pela literatura é impossível alcançar a realidade concreta dos acontecimentos. Ambas, portanto, encontrarão na verossimilhança seu ponto de encontro.

Por outro lado, a corrente que se aproxima mais dos acontecimentos também padece de problemas. A preocupação com o fato em si, se limitando a descrevê-lo, deixa de lado o papel da narrativa. Sendo que é por meio da narrativa que compreendemos e definimos a realidade. Observe que a historiografia e a escrita literária estão sob o domínio da razão humana. Mas, a história enquanto conjunto de acontecimentos está fora da consciência individual humana. Todavia, quando são dispostos ordenadamente dentro de uma linha narrativa, os acontecimentos que estão fora da consciência passam a estar sob o domínio da razão humana.

É a partir do século XIX que há um forte engajamento em aproximar a história da ciência. Esta aproximação é tributária do progresso científico, traço central do século XIX. Pois é neste contexto que favorece o surgimento de um novo gênero, o romance moderno. A história do século XIX é assinalada por uma linguagem direta e objetiva. É a partir destas duas características que vai se consolidar a história enquanto ciência. Por conseguinte, a exigência com os padrões científicos acabou por tirar da história a preocupação com a narrativa.

O papel da narrativa seria responsável por atrair o leitor. Os acontecimentos outrora desordenados, pela narrativa, estariam agrupados por uma linha harmônica. Desta maneira, há uma interdependência da história para com a narrativa. A história não existiria sem o texto, e por meio da narrativa o leitor e o texto histórico podem se unir. Estas relações também acontecem com o texto literário. O autor ordena os acontecimentos imaginados por ele, e dentro da narrativa, cria um mundo possível ou impossível. Tanto a história quanto a literatura utilizam-se da arte de narrar fatos, acontecimentos e episódios. Tanto uma como a outra exigem do leitor a arte da imaginação.

O filósofo francês Paul Ricoeur compreende a narrativa como uma ferramenta, pela qual o homem utiliza a fim de entender o mundo a sua volta. É por intermédio da narrativa que o homem se relaciona com seu cosmos. A narrativa é, portanto, um modo de mimeses. Para construir seu argumento, Ricoeur busca nos matizes filosóficos de Santo Agostinho e na Poética de Aristóteles, fundamentos teóricos para o desenvolvimento de sua obra *Tempo e Narrativa*. Afirma, citando Aristóteles que a arte é uma representação do real. Porém, a mimeses, para Ricoeur, não é uma simples imitação, mas uma forma do homem construir e conceber seu tempo. Então, todo período presente na narrativa é um tempo temporário¹⁸ (RICOEUR 1994, p. 15). Segundo o filósofo, a atividade narrativa ocupa um lugar intermediário entre o homem e o tempo, a tal ponto, que o tempo só se torna tempo humano à medida que ele é organizado por meio de uma narrativa. Fora dela, o tempo se torna inexistente. Portanto, qualquer impulso humano de tentar entender o tempo, é também uma forma de mimeses operando por meio da narrativa.

Narrar é um impulso natural do ser humano. Estamos a todo tempo querendo entender os mistérios do mundo e as razões dos acontecimentos, com efeito, procuramos contar histórias e imitar a realidade. Em outras palavras, é por meio da narração que organizamos o caos do nosso mundo, e transformamos em um mundo mais inteligível. Narrar é uma forma de reativar

¹⁸ Paul Ricoeur em seu livro “Tempo e Narrativa” Tomo1, discute conceitos de tempo ‘temporário’ e tempo da Eternidade.

memórias, quando buscamos lembranças de coisas passadas, estamos por esta via, reativando nossa memória sobre as coisas, e não pelas coisas em si.¹⁹

Segundo Ricoeur o princípio da medida do tempo está na alma e não em cronômetros ou quaisquer parâmetros físicos. A diferença do tempo para a eternidade é que esta é estável, e o tempo humano, instável. Ocorrências acontecem e dão origem a outros acontecimentos, criando, contudo, uma linha de sucessão temporal. E o homem por meio da linguagem e da narrativa, manipula este tempo, dividindo-o em coisas passadas e acontecimentos vindouros.

Esse tempo humano que é um tempo histórico é o resultado das ações individuais ao longo da história humana, posto que, reflete e os processos humanos ocorridos de forma cadenciada, sujeita a um ciclo de tentativas de acertos e erros. O historiador Marc Bloch em sua obra *Apologia da História* vai deixar importantes contribuições para o assunto. De acordo com este historiador, o presente, por conseguinte, se ancora sobre as múltiplas experiências do passado. Dentro desta ótica, a concepção de história é sempre realizada partindo do diálogo entre o passado e o presente (BLOCH, 2001). O passado se revela então como tutor do presente. Posto que, o passado pode ser entendido a partir das indagações do presente.

O tempo histórico é sujeito à rupturas e permanências, em que a ação humana é construída dentro de uma teia de circunstâncias, na qual, ocorrem, muitas vezes, sem seguir um padrão lógico de causa e efeito. O passado mostra-nos que os conflitos entre os seres humanos sempre estiveram presentes na história dos homens. Este passado levanta-nos a questão de que a confiança na ação política seria insuficiente para garantir o gozo pleno da felicidade humana.

Embora, a busca pela felicidade sempre estivera presente nos anseios mais profundos da existência humana. Ademais, adotei o pessimismo cristão, que supõe todo homem como um ser egoísta e com tendências naturais ao mal. Entendendo a complexidade da natureza humana e suas tensões de vulnerabilidade diante da vida, compreende-se que qualquer tentativa de implantar uma utopia, por certo, incorrerá em desastre. Compreendo que a história deve ser analisada a partir da compreensão que nasce da reflexão entre o passado e o presente. E que as etapas históricas são sucessivas e se agitam de acordo com o movimento natural dos eventos humanos. O fluxo natural destes acontecimentos, não estão vinculados a uma linha progressiva, pela qual, nasce a crença de que o futuro seria melhor do que o tempo passado. Portanto, as etapas históricas se entrecruzam a tal ponto que o tempo passado e o tempo presente estão sujeitos ao curso natural dos acontecimentos humanos. Ou seja, não existe uma baliza concreta que divida o passado do presente, mas ambos, estão entrelaçados um no outro.

¹⁹ É por meio da narrativa que relacionamos as coisas, as ações do passado e oferecemos uma sequência. É um impulso natural a organização da realidade pela narrativa.

Essa compreensão é fundamental para lançar as bases teóricas que sustentarão os estudos e as relações entre história e literatura. Então, a história para existir na consciência do indivíduo, é preciso que antes de tudo, exista na forma de narrativa, seja pelo texto ou pela oralidade. O texto é um suporte de memória onde pode preservar certos acontecimentos, que de outra forma estariam suscetíveis à fluidez do tempo, das limitações e fragmentações da memória humana. Até mesmo nas sociedades ágrafas, a oralidade é uma forma de preservar as tradições, pelas quais são repassadas de gerações em gerações por meio de mitos, contos populares e folclores. Por este modo, a literatura também é uma forma de preservar a história.²⁰

Tanto em sociedades literárias quanto ágrafas o processo de contar histórias passa por um conjunto de métodos, ora racionais, ora míticas, tais como: as diversas formas de narração, seja por meio de contos, folclores, músicas populares, ou por meio de um ensino sistematizado. Um bom exemplo deste saber sistematizado é a historiografia do século XIX, ela era objetiva e pretendia oferecer sentido ao mundo a partir de seu ideal de cultura.²¹

No decorrer do século XX muitos historiadores levantaram a discussão da necessidade de pontuar os fatos históricos. Essa discussão chegou a um ponto, que durante o século XX mudou-se a forma de escrever a história e de elaborar narrativas, fugindo dos antigos padrões convencionais do positivismo. Dentro desta forma de pensamento, a produção historiográfica seria uma busca incessante, tanto na produção de sentido, como a de lançar uma estética à história humana. Uma reflexão que une o racional ao empírico.

A história se sustenta sob dois pilares conceituais, o pilar científico e pilar artístico, que se vale da narrativa. Ademais, há teóricos que focalizam mais os aspectos da narrativa. Tal preocupação com a narrativa poderá colocar a objetividade em segundo plano. Neste aspecto a história passa a adquirir tonalidades literárias. E conseqüentemente, as bases científicas que torna a história uma ciência são despersonalizadas. Por conseguinte, é inviável conceber a história sem o material narrativo. Embora, buscando uma história com maior ênfase no fato em si, a história contínua vinculada à narração. E uma vez colocada dentro desses dois parâmetros, narrativa versus o fato em si, a história parece como um sino a pendular entre a arte e a ciência, *ad infinitum*.

²⁰ Dentro desta linha de raciocínio, existem inúmeras formas de contar a História, e não apenas a uma história acadêmica. Sendo que o ato de narrar é algo inerente ao ser humano, temos que os contos, folclores, lendas, mitos, poesia e toda literatura são formas naturais de preservar certos acontecimentos passados. Temos aqui, que a História de uma sociedade é algo que nasce da necessidade humana, e não de um monopólio da academia.

²¹ A tentativa de oferecer à História um perfil científico surge durante o século XIX, graças à doutrina positivista e também ao pensamento romântico.

O crítico literário Salvatore D'Onófrío define narrativa como “Todo discurso que nos apresenta uma história imaginária constituída por uma pluralidade de personagens, cujo os episódios de vida se entrelaçam no tempo e no espaço determinado” (D'ONÓFRIO, 1999, p. 53). Existem formas variadas de narrativas, tais como: o romance, o conto, a novela, o poema épico, o alegórico e outras formas de literatura. Ao passo que, de acordo com as formas de linguagens que sustentam uma narrativa, podemos citar: a linguagem oral, escrita, por imagem fixa ou móvel, e por gestos. Para tanto, D'Onófrío distingue duas correntes narrativas, as quais ele separa para fins didáticos, que é o plano do discurso ou narração e o plano da fábula ou da diegese,²² considerado também como plano do enunciado. Ainda pensando na narrativa, se faz necessário sublinhar um dos problemas apresentados que é a separação entre autor e narrador.

Toda obra literária é fruto da mente de um autor, no entanto, é importante saber que no campo da narrativa, o narrador nunca é o autor, e sim, fruto de sua narração. Mesmo que o autor construa uma personagem contendo todos os traços de sua personalidade, ainda sim, será uma obra de ficção. Compete analisar que as ideias e sentimentos contidos na alma do narrador, não são necessariamente as mesmas do autor. E mesmo se fossem, seria uma obra de ficção.

Como nesta citação, a seguir: “Quem fala na narrativa, não é quem fala na vida” (DÓNÓFRIO, 1999, p. 55). Desta forma, o ‘eu’ do autor não é o mesmo ‘eu’ do narrador. E mais adiante: “O autor pensa o mundo da realidade histórica, e o narrador a do universo imaginário” (DÓNÓFRIO, 1999, p. 55). O autor que está envolvido no processo de criação de uma obra, ainda por este modo, não a tornará por si mesma em literatura. A literalidade de um texto se substancializará quando o leitor completar o circuito entre: Autor, texto e leitor. Destarte, este processo se divide em dois planos, primeiro: o plano da realidade concreta, em que estão presentes, o autor e o leitor. E segundo plano o da fantasia, na qual, estão presentes o narrador, a mensagem e o receptor.

Voltando a falar da relação entre a história e a literatura, cabe-nos refletir sobre o papel do mito como formas de narrativas. O escritor Luiz Costa Lima, autor do livro “História, Ficção e Literatura” diz: “O mito oferece uma explicação para as relações que o grupo privilegia, para suas instituições e costumes, para a natureza que cerca o homem” (LIMA, 2006, p. 15). A primeira linguagem que se destacou, antes mesmo da linguagem histórica e do pensamento racional, foi a linguagem mítica. E uma das funções da linguagem mítica era livrar-se do esquecimento. O mito não tem por objetivo construir hipóteses sobre o mundo, mas, compreendê-lo, explicá-lo e organizá-lo.

²²Diegese significa o ato de contar uma história, ou narração.

O mito, sobretudo, apresenta ser a verdade. A verdade presente no mito atua na consciência humana como um sino, sempre lembrando aquilo que é essencial para a experiência humana. Por esta via, as sociedades antigas, antes do desenvolvimento filosófico, buscavam lembrar os grandes feitos humanos por meio das narrativas mitológicas. Como nas tragédias gregas onde a exaltação das realizações humanas é mais importante do que as personagens. A poesia, portanto, funciona como um ornamento às situações que de outro modo pareceria insensato.

A memória dos antigos gregos estava de certa forma relacionada aos mitos. Somente a partir de Heródoto e Tucídides que há uma ruptura com a antiga forma de contar histórias. Então, desde a Idade Antiga, mais precisamente antes do século VI na Grécia antiga, a história era contada pelos poetas e *aedos* em forma de cantos e versos. Até a época de Platão não havia diferenciação entre a história e a literatura na tarefa de contar o passado. Para o poeta o que importa é a memória acumulada culturalmente e a memória coletiva herdada por gerações passadas. Cabe a esta história ressaltar os grandes feitos e as ações dos grandes homens. Daí, não há espaços para análises subjetivas.

Nesse momento da história, tais análises não são fundamentais. Os relatos de grandes guerreiros como: Heitor, Aquiles e Ulisses são apreciados por servirem de exemplo e de engrandecimento da nação. Aos poucos a Idade dos deuses vai passando para a Idade dos homens, a história contada pelos poetas e sacerdotes passa a ser contada por filósofos e historiadores. A história de Homero, em especial a “Odisseia”, marca muito bem esse divisor de águas.

Entretanto, esta discussão não foi inaugurada pelo historiador Hayden White que criou um alvoroço no meio dos historiadores contemporâneos ao afirmar que a historiografia não se diferencia da narrativa literária. Essa comparação pode causar incômodos nos debates atuais, todavia, vale ressaltar que a identificação da História para com a ciência é um fenômeno recente em nossa cultura. Somente a partir do século XIX que houve a aproximação entre a história e a ciência, e o distanciamento para com a literatura. Como está declarado na seguinte citação:

Reluta-se em geral em considerar as narrativas históricas em que são mais declaradamente: ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como achados, e cujas as formas tem mais em comum com seus correlatos na literatura do que nas ciências (WHITE apud LIMA, 2006, p.18).

O que Hayden White citado por Costa Lima pretende afirmar é que o historiador envolvido na tarefa de narrar um acontecimento, termina utilizando-se da ficção. É um trabalho pelo qual o historiador não conseguirá evitar. Desta maneira, a narrativa histórica não é diferente da narrativa literária. Então, podemos denotar que o relato de Auguste de Saint -

Hilaire, cujo a obra será analisada neste trabalho, também está preso a estes problemas teóricos que fazem parte da arte de narrar. Mesmo que o viajante procure relatar o que realmente observou e vivenciou, ainda sim, sempre haverá uma área de escape cujo a linguagem será incapaz de abordar.

A literatura é um testemunho eloquente porque nasce da observação humana. Pois o escritor aborda em seu texto os conflitos, relações e características da realidade observada. O mundo da literatura é o mundo do humano, logo é um mundo concreto. Quando narramos coisas e fatos, tecemos inconscientemente tais episódios dentro de uma narrativa organizada por nós. Conquanto que a narrativa organizada seja incapaz de abranger toda a dinâmica da realidade narrada, ela nasce da experiência humana. Então, podemos dizer que a literatura nasce da realidade humana. É importante considerar que em nossa imaginação há um grande repertório de experiências. Há um ‘lugar comum’ entre a experiência, imaginação e literatura.

A leitura de um texto literário pode-nos levar a pelo menos dois estágios, primeiro, a de consideramos como algo apartado da realidade restrito ao mundo da ficção. Segundo, quando a história passa a desenvolver em nós um processo de autorreflexão²³. O texto adquire nova dinâmica quando o olhar do leitor obtém novos significados e possibilidades. Embora, as personagens de uma trama não existem de fato no mundo do real, todavia, elas existem enquanto estereótipos, gestos, intenções, modelos de comportamentos, sentimentos, angústias, esperança, alegria, ordem ou caos.

Sem esse encontro qualquer texto não passa de um agrupamento de letras mortas²⁴. O texto literário é o viaduto pelo qual liga o autor ao leitor, formando uma tríade: “Escrita, texto e leitor” (PESAVENTO, 2006). Para o historiador que pretende adotar a literatura como fonte documental, alguns critérios devem ser observados. Ei-los: Primeiro; é preciso considerar o processo da escrita. Então, algumas perguntas são importantes, como: quem escreve, de onde escreve e qual a linguagem utilizada. Segundo; temos o texto: O que se fala e como se fala. Por fim temos a leitura, sobre o qual, sempre é importante investigar a postura e contexto de quem recebe o texto. A literatura consegue reunir dentro de seu tempo narrativo parte de um contexto histórico, incluindo o individual, poético até mesmo político, filosófico e social.

²³ Esse processo é chamado de anamnese que consiste no fato do indivíduo ser submetido a perguntas com finalidade de recordar o seu estado interior a fim de facilitar o diagnóstico médico. No campo da literatura pode-se afirmar que as questões levantadas pelo autor no texto, leva o leitor a um estado de profunda reflexão sobre si mesmo

²⁴ Ao analisar um texto o pesquisador deve estar atendo não só ao conteúdo, mas também aos dispositivos materiais que servem de suporte ao texto. O tipo de material no qual é impresso também são importantes para a reflexão sobre as representações.

A literatura em si não se resume ao texto escrito. Ou seja, o texto propriamente dito não é literatura. A literatura é muito mais do que isso. Ela é volátil e encontra domicílio nos olhos do leitor que a interpreta e confere significados. A literatura é sobretudo o próprio imaginário. Tomando de empréstimo o conceito da dialética hegeliana, e uma comparação um tanto metafórica, podemos aventurar-nos do mesmo modo que a semente de feijão a partir da negação do seu estado original de semente, se torna um broto, até vir a ser um pé de feijão.

Podemos então aludir que; embora possa parecer afanoso a comparação, a realidade *in natura* presente na literatura é desenvolvida por meio de uma narrativa, e ao deparar-se com o leitor adquire outras possíveis “realidades”. Assim sendo, é um processo de constante negação. E por meio dessas negações vão se construindo representações e significados. Nesta concepção, o texto coloca o leitor imerso em um oceano de possibilidades. O ato de ler é um ato de encontros. Ou seja, é a fusão de mundos e experiências diferentes que se desdobram no ato da leitura. É neste evento que a literatura passa ter existência. O livro sem o leitor não existe enquanto literatura (PESAVENTO, 2006). A literatura não existe sem o contato com a sociedade.

Foi a partir da virada histórica que a literatura passou a ser considerada como fonte documental, antes disso não havia este conceito de literatura como documento. E mesmo a literatura pertencendo ao universo ficcional, ela pode conter uma verossimilhança com a realidade. E é neste ponto que interessa ao historiador. Pois, adotada como fonte de pesquisa ela oferece ao pesquisador um portal privilegiado de acesso ao passado. Seja pela contemplação do imaginário ou das relações sociais e comportamentais da época.²⁵

Desse modo, não apenas o artefato, que é o livro, seria um documento, mas de igual maneira as representações ali descritas. A literatura permite observar as particularidades e as relações microscópicas da vida cotidiana. A personagem da obra de ficção pode não existir, porém, os seus modos, sua forma de pensar, as relações ali descritas existem no plano da realidade simbólica. “O imaginário é sempre um sistema de representação sobre o mundo que se coloca no lugar da realidade, sem com ela confundir” (PESAVENTO, 2006, p. 17). Por esse modo, percebemos que o historiador limitado às circunstâncias temporais irrevogáveis, encontra no texto literário uma alternativa de compreender o passado pelo qual pretende estudar.

Entretanto, os limites que separam a história da literatura não param por aqui. Uma outra pergunta surge no cenário do historiador. Como ele poderá investigar através de uma obra

²⁵ Ainda sobre o encontro entre a Literatura e a História, ver o prefácio do livro organizado pelos historiadores: Jacques Leenhardt e Sandra J. Pesavento, *Discurso histórico e Narrativa Literária* da editora Unicamp de 1998.

“fictícia” o que realmente aconteceu? Quais seriam as fronteiras que separam a realidade da ficção? Sobre esse dilema entre ficção e história apontamos para o que Paul Ricoeur escreve sobre a história, e como os eventos são organizados dentro de uma narrativa e posta ao leitor. A narrativa de ficção se assemelha à história quando os fatos irreais são narrados como fatos passados e apresentados ao leitor (RICOEUR, 1997).

A narrativa literária, por sua vez, não tem o compromisso de servir a um propósito. Ela é um fim em si mesma. Para o historiador é apenas um documento, para os ideólogos uma denúncia. Entretanto, a literatura como imaginário não obedece a tais pressupostos. É presunção humana lograr colocar o imaginário sob seu domínio.

A literatura e a história embora possuindo estruturas diferentes compartilham de pontos em comum. O ‘real’ serve de referência tanto para a história quanto para a literatura, as duas possuem a narrativa como seu produto. A veracidade dos fatos por ser inatingível, tanto para a história como para a literatura, buscam cada uma a seu modo alcançar a verossimilhança. Para a história o enredo está pronto, os acontecimentos não dependem do historiador para existirem, ao passo que, para a literatura o autor se permite criá-lo. O que o historiador precisa então é elaborá-lo e organizar dentro de uma narrativa.

Por outro lado, o literato pode dar asas à imaginação e projetar um mundo possível, enquanto a história está presa aos acontecimentos, o que não ocorre com a literatura. Todavia, as coisas não são assim tão simplórias. Mesmo que na literatura não haja o mesmo compromisso com o ‘real’ ela precisa ser tramada dentro de uma teia lógica, ao ponto de parecer real. Deste modo, podemos sugerir que também a literatura deva ter compromisso com o real, só que de outra forma. Por isso, a literatura, segundo os historiadores, é uma janela importante para visualizar o passado. Nela se pode resgatar o que Pesavento chama de ‘energia’ de uma realidade que já passou (PESAVENTO, 2006, p. 35-36).

A literatura era para história uma ilustração ao longo do século XIX quando a análise de documentos oficiais era a única forma válida para escrever história. No entanto, a partir da virada histórica onde o conceito de documento foi ampliado e novos objetos passaram a fazer parte do panteão historiográfico, foi que o diálogo entre a história e a literatura se tornou possível. Nesta nova conjuntura, a literatura passa a ser um testemunho sofisticado para a história. Muitas indagações podem surgir apontando o caráter ficcional da obra literária. E mesmo fictícia ela é também produto social de sua época. Contudo, enquadrar o texto literário apenas ao contexto histórico é desconsiderar possibilidades e elementos textuais e informativos naturais de outras épocas que são postas pelo autor do texto. Sobre a relação de história e ficção, Bella Josef comenta:

História e ficção partem de um mesmo tronco. São ramos da mesma árvore [...]. Ambos são formas de linguagem. Os fatos na verdade falam por si. Só adquirem significado depois de selecionados e interpretados, provocando uma familiarização do cotidiano (JOSEF, 2005, p. 35).

A literatura como criação artística é por si mesma uma forma de arte, e, por conseguinte, compartilha do conceito de mimeses, no qual, se dá pelo processo de imitação e representação. Teixeira apresenta a mimese artística sob dois focos: a de Platão e a de Aristóteles. Para Platão o processo de imitação possuía caráter negativo pois consistia no ato de copiar algo que por si mesmo era imperfeito. Por outro lado, para Aristóteles a tarefa da imitação artística era uma forma legítima de conhecimento (TEIXEIRA, 2003).

A arte não imita a vida como está afirmado no vulgo popular. Ela imita parcelas da realidade. É desta forma que a literatura como processo mimético da realidade se estabelece, como um grupo de imagens e representações de partes da realidade que busca retratar. O autor do texto literário não compartilha das mesmas prerrogativas do historiador pelo qual a sua narrativa busca ter um compromisso com o acontecido. É a poética dos fatos que conduz a narrativa literária. É a imaginação que reveste sua escrita permitindo inventar uma realidade concebida.

Por esse entendimento o processo literário se encontra no seio da semântica do mito e da utopia. Toda época possui uma poética cultural que é compartilhada tanto pelo autor como pelo leitor. No processo literário estão presentes a ideia de realidade pretendida pelo autor. Em toda a cultura há que Teixeira chama de gramática da percepção, pelo qual somos ‘guiados’ por uma identidade artística ou por algum formato de arte consagrado socialmente. Da mesma forma que outras formas artísticas a literatura apresenta uma ilusão de realidade. Teixeira escreve: “Entre a vida e arte coloca-se a linguagem da arte que determina o modo de apreensão de imagens do real a ser imitada pelo artista” (TEIXEIRA, 2003, p. 9).

O autor literário reproduz conceitos que são formulados pela poética cultural de seu tempo. Esses componentes presentes no texto nem sempre são frutos de sua genialidade. Como acontece no caso de “A Divina Comédia”, em que a obra de Dante Alighieri tampouco teria a mesma dimensão poética e simbólica se fosse escrita em outro contexto temporal.²⁶ Ainda, seria impossível mensurar sua estatura em outra esfera de valor. O autor florentino pode ter construído a narrativa e ter traduzido a consciência religiosa natural de sua sociedade para a história. Ainda, ele não inventou o universo simbólico que o retratou em sua obra literária. Porém, compreende-se que os elementos que compõem a estética literária de “A Divina Comédia”

²⁶ Esta afirmação deve ser cuidadosa, posto que segue o pensamento de Teixeira. Deve-se considerar também a genialidade do artista.

vão além da genialidade do autor. Do mesmo modo o leitor. O leitor medieval está inserido em um universo simbólico muito diferente de um leitor do século XXI. As percepções do leitor de épocas diferentes podem somar ou subtrair ao valor da obra.

A literatura consiste na dramatização do ato de construir imagens. O autor possui a liberdade de inverter uma personagem ou algum lugar, o que não ocorre com a escrita historiográfica. É a estrutura dos fatos e universalidade dos acontecimentos que motiva o literato. Enquanto o historiador se prende ao singular e ao acontecido. Se por um lado o historiador mimetiza as imagens da vida, o literato, por outro, mimetiza a poesia e uma realidade imaginosa da cultura. Falar de literatura não é resumir-se apenas à obra. É antes de tudo um conjunto de fatores e de sentidos agregados ao longo de sua existência ao ponto de ser considerado como artefato cultural. Uma personagem não é inventada apenas pelo autor do livro. É também por todos aqueles que compartilham suas leituras e conferem sentido à personagem.

Pesavento escreve que o ‘real’ da literatura se expressa “em cada ato de leitura” (PESAVENTO, 2006). A cada leitura há uma nova realidade sendo desnudada. Assim como o autor, o leitor é também reflexo de outras leituras e de outros contextos. A relação autor-leitor é um processo de interação que opera em alta voltagem. Já que o processo de leitura é um palco que permite o encontro de temporalidades e de historicidades diferentes. A leitura é, portanto, *a per se*, um ato tanto de rompimento temporal como de encontro.

A literatura não apenas permite ao leitor um acesso privilegiado ao imaginário da época, como ela própria se estabelece como um conjunto de imagens. O historiador por sua vez tem a possibilidade de sondar o “abstrato e o não visto” (PESAVENTO, 2006). Portanto, muito se pergunta sobre o fato da literatura não ser uma fonte confiável por pertencer ao universo da ficção. Por outro lado, a grande literatura traduz um mundo real, porque possível. E o elemento principal é o imaginário que não significa fantasia. A literatura pode ser uma ficção, mas os temas, as questões sociais, aspectos psicológicos, indagações ali abordadas são reais. E até mesmo as personagens podem não existir no mundo real, porém, pertencem, como bem afirma Pesavento, ‘ao real do universo simbólico’. O diálogo entre história e literatura segue os caminhos do imaginário e das representações

A história assim como a literatura organiza os acontecimentos pela narrativa, pelo qual é o meio utilizado tanto pela literatura como pela história, a fim de capturar a atenção do leitor. Embora a história compartilhe com a literatura da arte da narrativa, ela se vê no compromisso de apresentar as fontes, ao contrário do texto literário que se caracteriza pelo imaginável. A realidade é o envoltório do historiador, ainda que o ‘real’ seja a referência tanto para a história

quanto para a literatura. A narrativa literária não compartilha do mesmo compromisso da história. O poeta se permite imaginar e recriar o mundo conforme seus desejos. Destarte, a linguagem literária se aproxima do mito, uma vez que o mito não se relaciona com o real, mas com o possível. Em outras palavras; não há um divórcio entre a literatura e o real, não, a literatura vai além, a de perceber no real a dimensão do possível.

Portanto, para esse diálogo acontecer é preciso repensar as fronteiras que as separam. E problematizar o que é verdade e o que é ficção ou o que é real e irreal. Posto que a realidade dos fatos e a reconstituição exata do passado seja um ponto jamais alcançado pelo historiador, mesmo com todas as estratégias e métodos formulados para este fim, O historiador, pode alcançar a verossimilhança do objeto estudado e daquilo que já aconteceu. Entretanto, a literatura se ocupa em construir o mundo por meio da narrativa, e por meio dela propor algo novo.²⁷

Também devemos nos preocupar para o suporte onde são encontrados os textos, como o livro. A este respeito, temos: livros grandes e pequenos, com ou sem figura, letras grandes e pequenas, capa dura ou brochura, livros antigos ou novos, epígrafes, prólogos e prefácios. Todos estes ou mais componentes interferem na relação que o autor tem para com a leitura, influenciando-o na interpretação. Ainda mais: “Outro tipo de materialidade são as formas de transmissão oral, nem sempre os textos eram lidos individualmente, eram lidos em voz alta, coletivamente e compartilhados com o público” (NAVARRETE, 2011, p. 6).

A leitura era uma atividade coletiva. E com a chegada da modernidade os hábitos foram mudando. A leitura individual é uma construção do período moderno, motivado pela descoberta do indivíduo. É neste período que o homem se descobre enquanto indivíduo, com forte inclinação ao antropocentrismo.²⁸ E neste contexto brotam ideologias como liberalismo, nacionalismo, cientificismo, romantismo e etc. São estas ideologias que irão compor o imaginário dos viajantes naturalistas que cruzaram os oceanos rumo ao Novo Mundo. Em consequência, os relatos desses viajantes passam a ocupar um lugar de destaque no mercado europeu. Em virtude de uma ampla circulação, estes relatos passam a contribuir consideravelmente para a formação de um imaginário baseado em lendas e histórias fantásticas sobre o Novo Mundo.

²⁷ É importante notar que de modo natural lançamos uma alta carga de subjetividade quando nos propomos a narrar acontecimentos. A busca pelo passado se faz indubitavelmente pela linguagem, nela utilizamos elementos da época a ser contada como também traços do presente do historiador. Deste modo a linguagem não é um território neutro.

²⁸ Para maiores informações acerca das transformações que marcaram o início da Idade Moderna, ler o prefácio do Livro História da Vida Privada volume 3 da Editora Companhia de Bolso. Livro organizado e prefaciado pelo historiador Philippe Ariès. Neste volume, Philippe Ariès irá descrever os modelos de pensamento, concepções e hábitos que vão ganhando novos contornos com a chegada da modernidade.

Portanto, muitas destas histórias fantásticas sobre o Novo Mundo, acontecia de duas formas, por transmissões orais e por texto escrito. A transmissão destas histórias em formas de contos e lendas influenciavam o imaginário da população europeia. Estas histórias e contos que circulavam pela Europa, consolidam-se como práticas criadoras de imaginários.²⁹ Tais práticas nos chamam a atenção para o fato de que a leitura é por natureza uma prática não determinista. Pode-se dizer que as correntes teóricas que buscam compreender quaisquer produções literárias, atrelando tão somente ao contexto e às configurações ideológicas é, portanto, simplificar a literatura a um reducionismo.

O processo de leitura atua na psique humana formando um mundo de fantasias, ao passo, que a ficção, em alguns casos, seja considerada mais ‘real’ do que os conceitos absorvidos empiricamente. A tal ponto que a experiência passe a desempenhar valor secundário diante do complexo de fantasias que formam o imaginário de um povo. Este processo, ocorreu na Europa do século XVIII, como aponta Flora Süssekind em seu livro, *o Brasil não é longe daqui*. O próprio título da obra nos remete às cantigas que circulavam pela Europa do século XVIII, referente ao Novo Mundo (SÜSSEKIND, 1990).

O imaginário que criamos por meio da leitura, lendas e contos, leva-nos a refletir sobre a nossa relação para com a realidade experimental. O encontro dessas duas naturezas parece se confundir de tal forma, que a percepção humana não seja capaz de diferenciar a ficção da realidade. Destarte, os relatos de viagens não se resumem unicamente a seu contexto histórico, mas também a literalidade e simbolismos que formam as representações. Além do mais, o ato de ler é um ato cultural, e dependente de cada época as relações entre leitor- texto são diferentes. É dentro deste quadro que procuramos discutir os relatos de viagens entre a história e a literatura. Entretanto, antes de falarmos da leitura, são necessários alguns comentários sobre os diferentes métodos de analisar um texto.

Destacam-se duas análises do texto que são fundamentais, uma delas é a crítica ligada ao método positivismo, e a outra é a análise imanente do texto. A crítica literária ligada ao método positivista parte de análise extrínseca ao texto. Ou seja, busca-se observar os elementos extraliterários. Ao passo que a crítica imanente parte do próprio texto. De acordo com a análise extrínseca a crítica é feita partindo da análise do autor, considerando o contexto pela qual o texto foi produzido, como as escolas literárias que forneceram os elementos estéticos, e a ideologia do autor. É uma análise que busca verificar em até que ponto o autor é filho de sua

²⁹ Um historiador que vai escrever sobre o imaginário ardente do Europeu sobre o Novo Mundo é Sérgio Buarque de Holanda em seu livro: *Visões do Paraíso*, que será comentado mais adiante neste trabalho.

época. Este enfoque analítico se divide em algumas modalidades, ei-los: Crítica sociológica, psicológica e arquetípica.

A crítica sociológica considera a literatura como expressão da cultura de um povo. Procura relacionar o escritor com a sociedade, este método procura ressaltar sempre o contexto. Entretanto, a crítica psicológica avalia uma obra de fora para dentro, o autor aqui é o ponto mais focal. A ponto que a sua personalidade é componente importante para a análise de sua obra. Esse enfoque parte da premissa de que a arte seja fruto de uma personalidade psiquicamente fenomenal. A crítica psicológica, contudo, afasta as possibilidades metafísicas de inspiração para estudar os aspectos bio-psíquicos do autor. De acordo com D'Onófrio esse enfoque possui alguns problemas, tais como: primeiro, seria nula em um estudo de obras de autoria anônima.³⁰ Segundo, confunde o 'eu' do narrador com o 'eu' do autor. Terceiro, transfere elementos do mundo real para o fictício. Quarto, consegue explicar apenas a gênese da compreensão literária e não a sua forma estética (D'ONÓFRIO, 1999, p. 35).

O filósofo Platão acreditava que o poeta estaria possesso por uma divindade. Esta questão não se resume apenas a Platão, uma vez que a influência platônica associada mais tarde ao cristianismo veio contribuir para estruturar o conceito de inspiração divina. Deste modo, os livros sagrados e a arte sacra são resultados da inspiração do Espírito Santo, ou o mito da musa inspiradora. No entanto, Aristóteles entende a arte como resultado do exercício das faculdades mentais, ou seja, fruto de um trabalho racional.

A outra modalidade da análise extrínseca é a crítica arquetípica. Este enfoque também se subdivide, portanto, o ponto central deste enfoque é a análise de modos, tempos, escolas literárias e os aspectos da cultura. Iniciando com uma análise histórica que são, teorias dos modos, como o trágico, o cômico e o temático. Analisa os símbolos e os mitos que compõem o pensamento que permeia o texto. (D'ONÓFRIO, 1999).

Outra análise que conhecemos é aquela crítica que parte do próprio texto. É uma forma de exame que aborda os elementos estruturais dentro do próprio texto. Entretanto, antes de adentrarmos ao que é conhecido como crítica intrínseca, vamos trazer uma reflexão baseada no filósofo e romancista Umberto Eco. Ele critica a semiótica ilimitada, aquela corrente que aponta para o Leitor, como aquele que dá sentido ao texto, pelo qual não deve ter critérios quanto à leitura.

Para Umberto Eco a interpretação não é tão livre. Ou seja, a noção de uma semiótica ilimitada não leva a uma interpretação livre. A leitura segue alguns objetivos, não podendo

³⁰ Também existe um outro problema, que é a literatura espírita, na qual o 'autor' serve-se da mediunidade para elaborar a obra.

chegar a qualquer conclusão. Nesta citação: “Um texto é apenas um piquenique onde o autor entra com as palavras e os leitores com o sentido” (ECO, 2005, p. 28). Esta frase foi proferida por Lichtenberj, no qual Todorov repetiu-a com um humor bem refinado. Essa ironia relatada por Umberto Eco aconteceu devido a algumas teorias da crítica contemporânea que atribui a livre interpretação ao leitor. Porém, a realidade é que nenhum texto é um piquenique onde qualquer um poderá ter a interpretação que lhe apetecer. A leitura e o texto seguem alguns parâmetros.

Essa onipotência do leitor em relação à leitura, torna o texto vago. Na medida que as palavras trazidas pelo autor, são “um conjunto um tanto embaraçoso de evidências materiais que o leitor não pode deixar passar em silêncio nem em barulho (ECO, 2005, p. 28). O leitor não tem livre arbítrio se tratando em conclusões, pois sempre estará preso às palavras presentes no texto. Interpretar é compreender, porque uma palavra pode ter um sentido dentro do texto e não outro.

Assim, quando todos que leem o conto da Branca de Neve, não irão entender que trata de uma pessoa de origem indígena, a título de exemplo. Embora, haja uma série de simbolismos, e possibilidades de interpretações que podem variar de acordo com a época, sempre haverá um limite para tais interpretações. E que mesmo que ocorra interpretações das mais variadas, sempre poderemos lidar com algumas interpretações ruins. Todavia, para Eco, é impossível ter certezas da verdadeira intenção do autor. E sobre a liberdade interpretativa por parte do leitor, Eco alerta:

Existe pelo menos um caso em que é possível dizer que uma determinada interpretação é ruim, segundo os termos da pesquisa científica de Popper isso é o suficiente para refutar a hipótese de que a interpretação não tem critérios públicos (ECO, 2005, p. 29).

Umberto Eco vai percorrer um caminho intermediário entre os críticos que defendem a tese de que é preciso descobrir a intenção do autor, para garantir uma boa interpretação, e daqueles que pendem para o lado do leitor.

A crítica intrínseca do texto, pela qual, baseia-se no método histórico-comparativo é um método que contém um sentido imanente, ou seja, o sentido parte do próprio texto. Neste método destacam-se os aspectos linguísticos, formalista, estruturalista, semiólogo, fenomenológico, estilístico e temático. O enfoque linguístico vai se preocupar com as relações entre as palavras e as funções sintáticas. O enfoque formalista, vai partir da ideia de que um texto para ter literalidade deve, por sua vez, ter algum valor estético, como os elementos sintáticos e fonéticos.

Do mesmo modo é o enfoque estruturalista, que compreende o texto como um grande organismo e dividido em formas. Ou seja, analisa as estruturas que caracteriza o texto literário, como as personagens, o enredo e a narrativa de um texto. O enfoque semiológico compreende a relação entre significante e significado. Um texto é um sistema de signos, cujo objetivo é a comunicação. E o enfoque fenomenológico considera a obra literária como um fenômeno e como ele aparece aos olhos do observador. É quando o estudioso se depara com a obra isento de quaisquer preconceitos.

O fenomenólogo se aproxima da obra com a mente pura sem qualquer influência da crítica literária. A leitura de prefácios e de comentadores, acabam por agregar uma gama de percepções que podem interferir na análise de uma obra. A fenomenologia vai estudar o aspecto fônico, sintático, lexical, figural e ideológico do texto. Temos também o enfoque estilístico que é semelhante ao estudo retórico de uma obra literária.

Essa análise acontece de diversas maneiras, primeiro: análise do estilo do plano do enunciado e análise do plano da enunciação. Segundo: Examinar o discurso literário entre o emissor e o receptor, pode ser um discurso indireto ou misto, monológico ou dialógico, estilo emotivo ou avaliativo. Terceiro, enunciado que estuda se alguns elementos fônicos, propriedades rítmicas e metódicos de uma frase. E por fim o enfoque temático que é considerado uma das mais tradicionais formas de análise literária. Esse enfoque foi revitalizado pelo método psicanalista, formalista e pelos estudos de arquétipos. Este aspecto vai se preocupar com o material narrativo cronologicamente organizados, motivos dinâmicos que diz respeito ao fazer das personagens, aos motivos estáticos que é a relação das personagens com o ambiente que os cercam.

O filósofo italiano Umberto Eco, conta sobre a lenda do Califa egípcio, Amir Ibne Alas, que ordenou a destruição da biblioteca de Alexandria. O argumento era de que os livros lá encontrados não possuíam valor algum. Amir Ibne Alas julgou os livros com base nesta verdade. Eco diz que o Hermetismo do século II estava sempre em busca da verdade, no qual cada livro abriga em si uma centelha desta verdade. Então, os modelos racionalistas gregos entram em crise, porque é possível muitas coisas serem verdadeiras e ao mesmo tempo serem contraditórias. Mas, se os livros falam a verdade mesmo que se contradizem, quer dizer então que cada palavra contida em cada livro possa ser uma alusão à verdade.

Portanto, para compreender estas palavras alegóricas era necessária uma revelação além da fala humana. Uma revelação superior que tenha mais autoridade que a fala humana. Um bom exemplo neste sentido são as leituras das sagradas escrituras, pelos quais, acredita-se na necessidade da revelação do Espírito Santo.

Observe que nestes casos, a intenção do autor é o que tem menos valor. No caso grego, esta intenção vinha de um sonho ou de um oráculo, e para os cristãos vem do Espírito Santo. Sem a revelação de um ser superior, toda a verdade presente do texto, estaria em completo segredo. De outra forma, as palavras do texto possuíam sentido alegórico. A verdade sempre estaria sob a superfície de um texto. A verdade passa a identificar com aquilo que não é dito, ou que é dito de forma obscura, precisando, contudo, de uma divindade para o seu devido esclarecimento. Esta divindade se revelaria por meio de uma classe sacerdotal, que possuísse a autoridade sobre os ‘segredos’ contidos nos textos sagrados.

A literatura como representação social de sua época passa a obter significado quando encontra os olhos do leitor, pois a partir de então outras interpretações ganham formas e passam a compor seu imaginário. É por intermédio da leitura que o escritor e o leitor se encontram. A leitura é a fronteira que une tempos diferentes e realidades distantes.

A realidade social é dinâmica, sendo impossível ser concebida em sua totalidade. Um bom exemplo é uma fotografia que retrata parte de uma realidade e nunca a sua plenitude. O texto literário assim como qualquer outro gênero artístico, comporta frações de uma estrutura bem mais complexa. E entre a realidade e o texto que a busca representar existe o crivo do olhar. Por isso, a existência de muitos textos sobre uma realidade e muitas realidades sobre um único texto. Então, a relação estabelecida entre o texto e o leitor é móvel em nível individual e variável em termos de sociedade.

3 AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA

3.1 Saint- Hilaire, uma breve biografia

As viagens filosóficas e científicas ocupavam um lugar de prestígios nos estudos das ciências humanas. Todavia, ao tratar sobre este tema é preciso compreender os conceitos de viagem. As viagens europeias não surgem com a ascensão da ciência no século XVIII, elas aconteceram bem antes deste período. No século XV e XVI as viagens europeias, dentro do contexto das grandes navegações, tinham outro objetivo de descobrir novas rotas comerciais, destinos, territórios a serem colonizados e explorados. Ou seja, as grandes viagens marítimas estão diretamente ligadas a formação dos Estados Nacionais na Europa. No entanto, com a consolidação destes Estados e a transformação dos modos de produção, a ciência passa a ser utilizada como instrumento político e social.

A ciência ao longo da Idade Moderna vai se distanciando do conceito que ocupava na Idade Média, como uma arte a ser exercida em busca do conhecimento que vem de Deus. É óbvio que na Idade Média houve um acurado estudo científico, filosófico e teológico, contudo, na Idade Moderna ela vai assumindo uma nova roupagem e ocupando um lugar cada vez mais importante no centro da vida do Estado. A ciência passa a explicar os mistérios da natureza, a respaldar as pautas políticas e a organização da nova sociedade. As decisões dos governantes, as ações dos intelectuais e a formação das primeiras indústrias, levam os Estados europeus a buscarem novos conhecimentos.

A Idade Moderna é marcada por profundas mudanças de cosmovisões, o pensamento mítico e religioso dá lugar gradualmente a uma perspectiva lógica e racional. É preciso, portanto, buscar novas matérias-primas e ampliar mercados. As viagens neste novo contexto passam a assumir caráter científico. Inúmeros cientistas europeus são enviados a toda a parte do globo, a fim de engendrar pesquisas e relatos. E claro, o Brasil não ficaria de fora desta empreitada. Fechada no pacto colonial, Portugal que até então proibia a presença de viajantes estrangeiros em sua principal colônia o Brasil, se vê numa situação de permitir a chegada desses cientistas à colônia além-mar. O fato que marcou esta chegada foi a abertura dos Portos em 1815.³¹

O apogeu destas viagens filosóficas ocorre por volta da metade do século XVIII até metade do século XIX. No Brasil mais precisamente é no século XIX que marcará a chegada

³¹ A iniciativa de reunir artistas e técnicos e envia-los ao Brasil veio de Antônio Araújo e Azevedo o primeiro Conde da Barca, diplomata português. Esta informação encontra-se no livro: A construção francesa do Brasil organizado pelo historiador Jacques Leenhardt, p. 22.

de estrangeiros de toda parte da Europa. Entretanto, há um outro contexto que precisa ser analisado, é a situação política que varria a Europa de então. É justamente em 1815 com a queda de Napoleão, e com o Congresso de Viena que se inicia o processo de restauração das antigas Monarquias europeias outrora depostas pelo imperador francês Napoleão Bonaparte, como também o restabelecimento das antigas fronteiras. Com as forças restauradoras ressurgindo na Europa, muitos intelectuais, homens de ciência, artistas, inimigos declarados do antigo regime buscavam refúgio no Novo Mundo, onde poderiam dar vazão às suas ideias e desfrutar de uma relativa liberdade.³²

A figura dos cientistas naturalistas é um marco decisivo tanto para a história do Novo Mundo quanto para a Europa. Este acontecimento aponta para a ligação e aproximação de territórios antes desconhecidos e isolados. A América passa por um novo processo de redescoberta e isto inclui o Brasil. Estes viajantes naturalistas são fundamentais para a formação do imaginário que é construído sobre o Brasil e o restante do continente americano. Aqui no Brasil temos a presença dos viajantes naturalistas na formação de nossa historiografia e literatura. Temos também a formação do IHGB fortemente ligada às contribuições oferecidas pelos viajantes naturalistas.

Tem mais um fator importante, os relatos de viagens eram consumidos na Europa como literatura, despertando ainda mais a curiosidade e histórias sobre o Novo Continente, inclusive o Brasil. A chegada destes cientistas no Brasil, significa o advento de novos costumes, ideias, hábitos, comportamentos e uma intelectualidade que irá se deparar com um território dividido. Dividido por brasileiros do litoral, reconhecidos como a parte civilizada do Brasil e os brasileiros do interior, relegados à barbárie. Um Brasil distante e desconhecido por outros brasileiros do litoral, com um povo singular e com uma fauna e flora desconhecida. Feito esta breve contextualização, irei aqui traçar uma modesta biografia de um destes viajantes naturalistas, o botânico Auguste de Saint-Hilaire.

Auguste François Cesar Provençal de Saint-Hilaire nasceu em 4 de outubro de 1779 na cidade de Orleans na França. Realizou seus estudos em um Mosteiro beneditino na cidade de Soslesmes.³³ Motivado pelos negócios da família estudou comércio e indústria no norte da Europa. Entretanto, a sua perspectiva não era atuar no ramo comercial, como a refinaria de açúcar de sua família, ele possuía outras ambições, pretendia ingressar no mundo acadêmico.

³²O Brasil tornou-se um lugar de abrigo de muitos decepcionados e perseguidos pelas forças de Restauração que emergiam na Europa.

³³Esta informação se encontra numa breve biografia de Saint-Hilaire contida no site da Biblioteca Nacional, cujo a referência está no final deste trabalho.

Então, decidiu aprender alemão e inglês, e era apaixonado pela literatura romântica e pelos relatos de viagens. À medida que se aprofunda em seus estudos, passou a ter contato com relatos de outros viajantes naturalistas. E a partir deste contato sua personalidade e intelectualidade vão se formando. Os intelectuais que estão entre os principais influenciadores de Saint Hilaire são: Humboldt, Buffon, Herder e outros.

Dentre tantos cientistas naturalistas que percorreram o Brasil, Saint-Hilaire talvez ocupa a posição de maior destaque. As viagens ao interior do Brasil passando por diversas províncias, em especial a Província goiana, lhes renderam mais de três mil páginas que foram publicadas entre os anos de 1830 e 1851 por editoras parisienses. No entanto, o primeiro relato traduzido para o Português foi no ano de 1845 pela revista *Recriador Mineiro*. As demais publicações do viajante francês só foram traduzidas para o português por diversas editoras brasileiras a partir de 1920.

A fim de entender o termo ‘naturalista’ é preciso compreender o lugar ocupado pela história natural em meio aos demais ramos científicos. O desenvolvimento da história natural acontece na França por uma razão política e econômica em relação a Inglaterra. A Europa do século XVIII assistia uma acirrada disputa comercial entre Inglaterra e França. A partir daí novas teorias são forjadas a respeito da natureza do Novo Mundo. Muitos filósofos como os iluministas estabeleciam a supremacia do conhecimento científico e o controle sobre a natureza. A outra corrente é o romantismo que surge como oposição ao pensamento ilustrado. O pensamento romântico irá transformar a forma de ver o mundo e a natureza.

Sobre a concepção de natureza é preciso explicar melhor. A priori, na Idade Média a natureza era concebida como algo imutável, assombrosa e uma criação divina. Havia uma relação mágica ou mítica do homem diante da natureza. Foi com os iluministas que a natureza passou a ser concebida como objeto científico e de estudo. Período no qual o homem se relaciona com o mundo de forma mais racional.³⁴ Para a Idade moderna dos iluministas a natureza é algo que pode ser domesticada. Já no romantismo esta percepção iluminista vai ser alterada significativamente. Aqui, o verdadeiro tom será a subjetividade, é como se tudo fosse

³⁴ Quando se refere que o homem moderno fazia uso da razão em sua relação com o mundo, isto não significa de todo que o pensamento mítico na sociedade estava anulado. Significa que na Idade Moderna pressupunha compreender o mundo por meio de uma metodologia científica distante das concepções espirituais e religiosas. O mito da razão como fonte pura e objetiva, e utilizada largamente pelos filósofos e homens de ciência da época pode ser muito bem questionada. O historiador Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Visões do Paraíso* vai questionar que o pensamento mítico e empírico não fora tão prontamente abandonado. O historiador vai apontar rastros de muitas concepções mágicas através do pensamento moderno de homens como Francis Bacon e René Descartes. (HOLANDA, 2000, p.4). Temos também o professor e historiador Luiz Francisco de Albuquerque Miranda que desenvolve diversos trabalhos envolvendo os viajantes naturalistas, e aponta a presença de um imaginário medieval nos relatos de alguns viajantes sobre o sertão brasileiro. Sobre o trabalho deste pesquisador, conferir: <https://www.escavador.com/sobre/507354/luiz-francisco-albuquerque-de-miranda>

interligado por uma espécie de ‘panteísmo,’ ou como uma subjetividade que interligasse todas as coisas. Em certos aspectos, é uma retomada de concepções medievais.

Durante a Idade Moderna a ciência se torna uma ferramenta política que permitia aos europeus lançarem seus conhecimentos a regiões distante da Europa, como também buscar conhecimentos e informações uteis ao avanço econômico. É nesta época que diversos estudiosos e homens de cátedra surgem escrevendo e elaborando teorias sobre a natureza. Pensadores como Conde de Buffon que nasceu em 1707 e faleceu em 1788 vai defender a teoria da degenerescência da natureza. A natureza do Novo Mundo, de acordo com esta teoria, impossibilita a evolução dos seres vivos, ocasionando indivíduos atrofiados, por conta da temperatura, do clima úmido e da força da natureza que age sobre seus habitantes. Assim sendo, o continente americano é hostil ao desenvolvimento.

Outro estudioso foi Cornelius de Paw que seguirá a mesma linha de pensamento de Buffon. Ambos os teóricos vão deixar impressões no pensamento de Saint-Hilaire. Todavia, ele não vai absorver apenas os pensamentos de Buffon, outros elementos teóricos irão compor sua formação intelectual. Como é o caso da influência recebida de Humboldt que exalta a natureza tropical. O cerne do pensamento de Humboldt é baseado fortemente na filosofia romântica. É diante de tal cenário, que se consolida o papel das ciências naturais. Ao longo do século XVIII é consolidado um conceito de civilização. Conceito este que dividiria a forma da Europa ver o mundo. As populações que não fossem marcadas pelo progresso científico estariam enquadradas como bárbaras. A ciência apontaria, portanto, a passagem do selvagismo ao progresso.³⁵ Nessa esteira, a história natural é uma das responsáveis pela afirmação dos valores civilizatórios que toma conta do imaginário francês e conseqüentemente europeu. Ademais, as nações europeias deveriam ser as pioneiras destes ideais de civilização e transmiti-las às regiões onde reina a barbárie. Saint-Hilaire como um viajante naturalista tinha por missão levar tais valores aos trópicos.

Todavia, a presença destes viajantes em terras brasileiras vai percorrer um outro caminho. Primeiro, a conhecida missão civilizatória abre importantes debates em Portugal. Em 24 de dezembro de 1779 é criada a Academia das Ciências de Lisboa, é a partir deste Instituto que vai torna-se possível a cientistas naturalistas de outras nacionalidades conhecerem as terras portuguesas além mar. Segundo, é a chegada da família real em 1808 que dará o próximo passo em direção ao reformismo ilustrado, Portugal não permitia que cientistas, artistas e

³⁵Essa dicotomia entre barbárie e civilização nasce da antiga civilização grega, porém, ganha um novo reforço na filosofia fisiocrata no início do século XVIII, onde a nobreza se distingue do povo por seus modos refinados e no controle das paixões.

pesquisadores de outros países viajassem às suas terras. Foi sobretudo a influência da filosofia iluminista que impulsiona Portugal a tomar medidas voltadas para o progresso material, bem como a racionalização da política. O terreno para a presença de cientistas estrangeiros estava preparado.³⁶

No ano de 1816 Auguste de Saint-Hilaire embarca numa expedição que trazia ao Brasil o Duque de Luxemburgo, embaixador francês. (LEENHARDT, 2008, p.23) A razão de sua chegada era assuntos políticos que envolvia a posse da Guiana Francesa. Saint-Hilaire era muito interessado sobre os aspectos exuberantes da natureza brasileira e vai permanecer no Brasil ao longo de seis anos. 1816 é o primeiro ano do novo pacto político que denominava Reino Unido de Portugal e Algarves. No decorrer de suas viagens as plantas coletadas eram enviadas ao Rio de Janeiro e de lá, encomendadas ao Museu de Paris aos cuidados de Joseph-Philippe-François Deleuze. É em Minas Gerais que Saint-Hilaire vai ter as primeiras experiências de alteridade, como está descrito em sua biografia na Biblioteca Nacional, eis:

Antes de empreender a série de grandes périplos, ele herboriza durante vários meses nos arredores do Rio, e faz uma viagem experimental a Ubá, fronteira indígena situada a trinta léguas do litoral, na estrada de Minas Gerais. É verdadeiramente sua primeira experiência de alteridade: o encontro com um grupo de índios Coroados o perturba, e ele não esconde sua desaprovação quando descobre certos costumes dos escravos como os batuques e as danças ‘indecentes’ praticadas pelas negras (BIBLIOTECA Nacional, 2010).

As viagens ao Brasil despendiam muitos recursos e meses de preparo. Era preciso organizar previamente os itinerários, patrocínios, cartas de recomendação e a equipe auxiliadora. Os viajantes que não conseguiam o financiamento vendiam os materiais coletados aos institutos de pesquisa. Geralmente eram os governos europeus que arcavam com as despesas.

Auguste de Saint-Hilaire chega ao Brasil com 37 anos em 1816 e volta para a França no ano da independência, 1822. Durante este tempo dedicou-se parte dele à Província de Goiás, na qual esteve em 1819. A Província de Goiás se destacava por estar estabelecida no coração do território brasileiro, esta região passaria a ser o centro das discussões acerca da integração do território nacional durante todo o século XIX. Sobretudo, que Goiás apresenta um cenário paisagista diferente do restante do território nacional, em Goiás era o cerrado que predominava, até então pouco atraente ao cientista europeu. Não havia estradas completas no sertão do Brasil como havia na Europa, pelo contrário, as estradas eram precárias e cada trecho era de

³⁶ O que permite a chegada de muitos cientistas franceses, inclusive o próprio Saint-Hilaire foi a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e França em 1814 rompida desde 1807 com a invasão das tropas napoleônicas em Portugal.

responsabilidade de algum dono de terra. As pessoas viviam em casas simples, rústicas, agrestes e pobres. Aos olhos dos viajantes seus habitantes eram preguiçosos. Além do mais, o sertão é retratado como região desértica, haja vista que a designação da palavra deserto significa no imaginário corrente da época, regiões distantes da vida civilizada.

Segundo a historiadora Lorelay Kury o objetivo de Saint-Hilaire era que sua viagem servisse de modelo para os demais cientistas europeus. Era formado em Botânica³⁷, e a respeito de sua formação é preciso contextualizar como este saber científico era considerada no século XIX. (KURY,2003). No início dos Oitocentos não havia uma definição clara entre as ciências aplicadas e as ciências teóricas. A história natural relacionada a botânica possuía para a época o status de conhecimento filosófico. Como parte deste conhecimento havia o conceito de filantropia na qual movido por sentimentos naturais, o homem de ciência poderia ser útil à humanidade. Destarte, o próprio Saint-Hilaire consciente de sua missão considerava-se um filantropo. E sobre Saint Hilaire, Kury comenta:

O famoso viajante Saint-Hilaire é, na verdade, um desconhecido entre nós. Poucos detalhes de sua vida e de sua obra foram estudados. Na França atual, ele é um personagem esquecido, o que não aconteceu em sua época, quando ocupou posição de prestígio no meio científico parisiense e francês. Saint-Hilaire buscou fazer de sua viagem ao Brasil, realizada entre 1816 e 1822, um modelo no que diz respeito à forma como os cientistas da Europa civilizada deveriam se relacionar com os demais países do globo (KURY, 2003, p. 1).

Mesmo sendo um dos mais relevantes naturalistas que passaram pelo Brasil, a historiadora Kury aponta que é um personagem desconhecido tanto na historiografia brasileira quanto na francesa. No entanto, o conhecimento desenvolvido sobre as plantas e demais aspectos da natureza permitia ao naturalista mergulhar em um intercâmbio político e cultural de troca de informações e de influências promovendo o avanço do conhecimento científico ao redor do globo. É por isso, que viajantes como Saint-Hilaire vão ter a plena consciência que são portadores das ‘boas novas’ do mundo científico a um mundo ainda marcado por tradições empíricas e supersticiosas.

O estudo sobre as plantas naturais de uma localidade envolvia, contudo, o estudo sobre o clima, o solo, bem como observações dos seus habitantes. Estes conhecimentos entravam em rota de comparação com conhecimentos obtidos em outras localidades. Estas trocas de conhecimentos estavam para além de um saber técnico, pois, abrangia informações culturais e políticas. Saint-Hilaire volta para França no ano de 1822 onde começa a organizar as notas de

³⁷ O historiador Jacques Leenhardt no livro *A Construção Francesa do Brasil*, na página 23, vai afirmar que Saint-Hilaire era um naturalista autodidata. A maioria das referências encontradas apontam que Saint-Hilaire era naturalista. Até o momento da construção deste trabalho, não encontrei nenhuma outra informação que viesse a corroborar à afirmativa de Leenhardt.

viagens, seu relatório e um herbário. Seus relatos foram publicados na forma de relatórios e catálogos nos anos de 1830 a 1851. Seu livro sobre a Província goiana é publicado em 1848. Auguste de Saint Hilaire morre na mesma cidade de nascimento, Orleans na França no ano de 1853.

3.2 Considerações sobre o romantismo na formação de Auguste de Saint-Hilaire

O romantismo como corrente de pensamento aparece como negação aos ideais iluministas. É por meio desta corrente que irão se fortalecer nos países europeus a tentativa de explicar as origens particulares de cada Estado. Nesse contexto surge o historicismo que pretende buscar na história o sentido da nação. Outro elemento natural do romantismo é o nacionalismo que é a ideologia que confere a nação o sentido unificador dos povos. O romantismo irá lançar uma nova cosmovisão sobre o homem, o mundo e a natureza. Enfatizará a intuição intelectual ao invés do racionalismo de séculos anteriores. A formação intelectual de Auguste de Saint-Hilaire recebe profundas influências deste pensamento, seja pelos seus estudos universitários na Alemanha,³⁸ seja pela leitura de Humboldt.

As escolas literárias que foram se sucedendo ao longo do tempo geraram conceitos sobre períodos anteriores. É comum entender sobre o romantismo como uma corrente, ou mesmo uma escola literária com maior ênfase no estilo. E assim, reduz o romantismo ao um mero estilo de arte. No entanto, o romantismo é muito mais do que um simples estilo, ele transborda os conceitos e insurge como uma emergência histórica. O romantismo é o espírito de uma época, e como o ar que impregna todas as coisas. Como nas palavras de Guinsburg: “Seja como for, o romantismo é um fato histórico e, mais do que isso, é um fato histórico que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica” (GUINSBURG, 1978, p. 14).

O pensador Erich Auerbach conclui que o romantismo irrompe na Alemanha a partir de 1770, porém se espalhou vigorosamente na França, fazendo frente ao gosto clássico francês.³⁹ (AUERBACH, 2015, p.346,347). Então, muito mais do que um estilo o romantismo é uma forma de pensar, uma nova forma de se relacionar com o mundo. O romantismo aparece como

³⁸ Erich Auerbach, em seu livro *Introdução aos Estudos Literários*, escreve que é na Alemanha que o Romantismo irá se desenvolver com mais intensidade. Isto faz sentido ao saber que Saint-Hilaire teve sua formação na Alemanha.

³⁹ O termo romantismo vem do antigo adverbio do latim popular *romanice* que significa à maneira dos romanos. No francês o termo evolui do *romanz*, *romant* e por fim *roman*. No século XII designa qualquer narrativa em língua popular contrário ao latim clássico. No século XIV sentido se altera para romances de aventuras e no Século XV aos contos de cavalaria. Somente no século XVII que adquire o sentido que temos até os dias atuais.

uma contradição do iluminismo. Na França será uma forte oposição ao pensamento racionalista presente na literatura. O romantismo é um fenômeno complexo pois suas raízes são diversas que não se pode explicar facilmente. É uma forma de arte, mas, também é um estilo de vida, e uma nova forma de consciência histórica. Há semelhanças e diferenças, rupturas e continuidades nesta corrente, e em partes, se confundindo com um tipo de religiosidade próxima do panteísmo ou mesmo com o cristianismo em alguns aspectos. O cristianismo concebia a história como um ciclo de revelação do poder divino, onde Deus está intimamente relacionado com os episódios humanos. Os eventos humanos não passam de um desenrolar da vontade divina, que começa no livro de Gênesis e se consuma no fim dos tempos com o Juízo Final.

Já os iluministas procuram justificar todos os acontecimentos históricos sob a batuta da razão. Para os iluministas os acontecimentos são frutos da razão humana, e colocam de lado a concepção mítica da história. Neste mesmo tempo acreditava-se que embora os homens sendo falhos, reis sendo déspotas, surge a ciência e a política como ferramentas para ‘melhorar’ o homem. O romantismo é um resgate a este passado medieval, não mais tendo a razão como guia. A razão por sua vez é um instrumento que divide, separa, calcula e não leva o homem ao absoluto. O romantismo vai buscar a intuição e a unidade do espírito para com o absoluto.

Vemos que a partir do renascimento a estrutura cultural vai se alterando, e aos poucos inserindo no imaginário social a crença na política e na ciência como agentes transformadoras da realidade. Ao passo que a fé e a religião são minimizadas à crendices e superstições. Se por um lado os iluministas acreditavam fundamentalmente no poder exemplar e didático da razão natural, em que para os iluministas o universo e a natureza são concebidos dentro de uma lógica matemática, a Idade Média, contudo, será um período marcado pela escuridão da fé. A fé é acreditar em algo que não se vê e que não podemos entender racionalmente. Por outro, no contexto medieval o mundo era gerido por meio da intervenção divina, diferentemente no mundo moderno cujo os fenômenos são explicados por meio de fórmulas e leis da matemática (GUINSBURG, 1978, p. 15).

No entanto, o romantismo marca uma outra mudança nesta cosmovisão de mundo, nestas palavras:

O discurso histórico sofre mudança revolucionária. Deixa de ser meramente descritivo e repetitivo, para se tornar basicamente tanto interpretativo como formativo. É a história que produz a civilização. O romantismo vai entender o ser humano não apenas dentro de sua ratio, mas o homem dotado de sentimentos, de sensibilidades de gênio intuitivo, um indivíduo fantasioso, com alta complexidade psicológica, investido de uma missão que é inerente a sua personalidade que é o herói romântico encarnação da vontade ante social do que pessoal (GUINSBURG, 1978, p. 15).

O herói romântico encarna uma vontade social, esta missão social é mais forte do que o interesse individual. Ou seja, tanto o ser humano quanto o universo são dotados de uma subjetividade que une todas as coisas. O homem é dotado de corpo e de alma, mas com uma observação, a alma é superior ao corpo. O espírito é a coluna cervical e alimentador de toda uma existência conjunta que aglutina em torno de si todo o universo e a alma humana. Aqui observamos que o romantismo é fundamentado no historicismo, cujo a crença de que a história é o pilar da civilização pela qual tudo se explica.

Logo, todas as sociedades são agregadas dentro de um historicismo. Este espírito histórico reúne comunidades, nações e raças, conferindo-lhes uma identidade. Esta característica do romantismo produz um idealismo romântico que sustenta muitas correntes filosóficas que surgiram no século XVIII E XIX, tais como: liberalismo filosófico, positivismo, socialismo utópico e científico. Estes idealismos são de certa forma uma estrela guia para os viajantes naturalistas.

Merece destaque o papel do poeta romântico o poeta aqui é um ser melancólico, sensível com sentimentos aflorados. Estes sentimentos se tornam fundamentais para a poesia romântica.⁴⁰ O abandono do lado prático da vida e a solidão do campo passam a serem valorizadas na formação do intelecto. Auerbach explica: “As almas superiores são almas incompreendidas, feridas pela bulha vã da vida pública e civilizada, pela falta de virtude, de franqueza, de liberdade e de poesia da vida moderna.” (AUERBACH, 2015, p.348)

O romantismo serve de base para o nacionalismo moderno, sendo o fermento para as revoluções liberais de 1848, que ficou conhecido como a primavera dos povos. Por meio dos princípios filosóficos que pertencem ao romantismo, há também o socialismo utópico de Saint-Simon e Proudhon, entre outros. E através da cosmovisão romântica podemos entender o idealismo alemão protagonizado por Hegel que pressupõe a história como a verdadeira explicação das coisas e também do Estado. Anteriormente, a concepção da história ocorria dentro de um universo mítico.

No romantismo, a história passa a ser conceituada dentro de um tempo real, concreto e científico. Os anos e os séculos passam a ser calculados por números. Ou seja, uma contagem matemática do tempo. Entretanto, em uma análise mais pormenorizada os acontecimentos não se enquadram logicamente dentro de datas estabelecidas. Os acontecimentos de um século podem começar em um século anterior. Podemos ver o próprio fenômeno do romantismo que se inicia no século XVIII e se estende até a metade do século XIX.

⁴⁰ Como afirma Silvio Elia em seu capítulo: Romantismo e Linguística, incluso no livro organizado por Jaime Guinsburg O romantismo; “ O romantismo antes de ser uma ideia foi um sentimento.” (p.115)

Então, quando pensamos no período do romantismo é comum associarmos apenas à escola literária destacando o estilo melodramático, no qual, os escritores estão em busca de romances com histórias fabulosas. Porém, o romantismo é mais amplo, e se estende a uma concepção de mundo e da história. Desta forma, princípios que julgamos pertencentes à escola positivista, se encontram, contudo no seio do pensamento romântico. É a partir destes princípios que a própria história passa por uma estruturação mais pragmática, dividindo-a em etapas e períodos. Como afirma Jaime Guizburg: “Assim por que tudo se faz história no romantismo, a história se faz realidade [...]. O papel da cronologia cresce, pois consideravelmente” (GUIZBURG, 1978, p. 18-19).

O romantismo é um fato histórico. Foi uma forma de pensar, que deixando de lado o enfoque judaico cristão estabelece em seu lugar a crença no progresso científico e a história como construtora da nação. O pensamento do romantismo aponta para o fato de que cada sociedade esconde uma gênese. O romantismo foi um movimento espiritual, portanto, é impossível fixá-lo em balizas cronológicas definidas. O período do romantismo foi fruto de dois grandes acontecimentos na história, a revolução industrial e a francesa e suas derivações. Valores sociais outrora tradicionais foram alterados.

Um novo equilíbrio surge em um mundo onde as fronteiras foram modificadas. Em meio às forças restauradoras que pretendiam resgatar o antigo regime, nasce o nacionalismo como uma força motriz entre os países da Europa. Nesta conjuntura novas ideologias acerca dos Estados ganham força. A ciência se amplia em diversas áreas do conhecimento humano. Nestas palavras: “As ciências se ampliam em vasto número em vasta área do conhecimento humano que se abre para a investigação e o estudo” (GUINZBURG, 1978, p. 24).

O século XVIII é o século das revoluções, que irá respingar no século XIX. Teremos entre 1770 e 1783 a revolução americana. De 1787 a 1790 deparamos com uma onda revolucionária nos países baixos como a Áustria que se levantam contra o absolutismo ilustrado de Jose II. De 1789 a 1799 temos a revolução francesa. De 1788 a 1794 a Polônia trava uma luta revolucionária em favor de sua liberdade nacional. Boa parte de países europeus adotam formas de governo republicano que substituem os estados monárquicos absolutistas. Estes são alguns valores que estavam na formação intelectual de Auguste de Saint-Hilaire.

3.3 Relatos de viagens entre a literatura e a história

A professora e crítica literária Flora Süssekind em seu livro “O Brasil não é longe daqui” faz importantes reflexões sobre o perfil do narrador de ficção da literatura nacional nos idos do século XIX. Viajantes europeus chegavam em solos brasileiros como portadores do conhecimento científico e representantes do progresso. Adeptos do pensamento científico se viam fragilizados e tomados de espanto por um continente inabalável e desconhecido. Nas palavras de Süssekind: “Não são os naufragos que conquistaram o Continente descoberto, é este que parece devorá-los” (SÜSSEKIND, 2008, p. 14). Portadores de uma missão que é a de contribuir para o progresso científico, o viajante se vê mergulhado em uma solidão de um continente inexorável. Diante de uma natureza desconhecida, enfrentando, o calor, a seca, chuva, fome, sede, ataques dos mais variados insetos e de uma população diferente do que ele conhecia nos espaços urbanos da Europa, o viajante, como bem aponta Süssekind, é absorvido pela natureza do novo mundo a qual pretendia dominar.

A literatura nacional intimamente aliançada pelo romantismo e pelos relatos de viagens oferecem forte ênfase aos aspectos pictóricos da natureza brasileira. A autora busca problematizar como o narrador de ficção e da prosa nacional adquire perfil próprio. Daí ela vai buscar a partir da era colonial as primeiras sementes do sentimento nacional que separam do estilo português. Dentro desse torvelinho de identidades, tanto no aspecto da nação, quanto no caráter literário brasileiro, os viajantes naturalistas desempenharam um importante papel.

Os relatos destes viajantes compartilham alguns pontos semelhantes com a literatura nacional, como a exaltação demasiada da natureza. Aos olhos do Europeu, a natureza era concebida de várias maneiras, ora era um estorvo ao desenvolvimento, ora era a identidade do Brasil. Há um intenso debate sobre quais a verdadeira definição dos relatos de viagens. Se tais relatos podem servir à história como fonte documental ou se são obras literárias. Para auxiliar na solução desta celeuma alguns passos são importantes observar, como: o objetivo da viagem se eram de caráter exploratório, comercial ou científico. Também, o estilo do relato se é uma crônica, diário, memória ou um documento governamental. Sobre o tempo da escrita: Se o relato foi escrito no decorrer da viagem ou após. Seguindo estes passos poderemos com maior clareza localizar em que ponto os relatos de viagens se encontra entre a Literatura e a História.

A classificação de que gênero textual os relatos de viagem pertencem, ainda é motivo de muitos teóricos se debruçarem sobre o tema. Entrementes, para uma breve reflexão citarei o historiador Hugo Moura Tavares. O escritor afirma que os relatos de viagens são considerados um gênero híbrido. O próprio relato de viagem se configura dentro de vários aspectos, desde a

uma biografia até um memorial. Atende a diversos fins, sejam eles governamentais, pessoais ou em nome da ciência. O relato de viagem passa a ser considerado literatura de viagem quando a relação do leitor para com o texto leva-o a tal fim. Muitos relatos extrapolam à barreira do concreto, ou seja, do real. O próprio conceito do real entra na esfera da subjetividade do olhar (TAVARES, 2014). E muitos desses textos antes de serem publicados passam por uma revisão, que não raro são ornamentados de modo a ser tornar uma leitura mais atraente. Por isso, as fronteiras que separam o real do fictício são espaços muito tênues.

A viagem não é apenas uma prerrogativa do cientista naturalista. Ela é um tema comum da literatura. O relato dos irmãos de José do Egito que viajam de sua terra em busca de alimento. Moisés que viaja com o povo escolhido rumo à terra prometida, descrito no livro de Êxodo. Chegando próximo à terra envia dois viajantes Josué e Calebe a fim de colher informações. Temos Ulisses na Odisseia que parte de Tróia rumo ao reino de Ítaca. Até mesmo o próprio Dante Alighieri em sua ‘viagem’ ao inferno até ao paraíso, a Eneida de Virgílio. Portanto, a ‘viagem’ é um termo muito familiar dentro da literatura. Para isso, o estudante precisa caracterizar os relatos de viagens. Tavares propõe que os relatos podem ser de natureza poética ou representativa. Quando os relatos condicionam os fatos e o fio da narrativa, contendo elementos ficcionais ele se aproxima mais da literatura. Porém, quando os relatos têm por objetivo ser informativo e de valor documental, ele se aproxima mais da história (TAVARES, 2014).

Se as raízes da literatura brasileira encontram nos relatos de viagens uma linha mestra, a historiografia também, como o Instituto Histórico geográfico brasileiro, o IHGB. Desde a sua fundação cedeu espaço para divulgação de relatos de viagens, do mesmo modo que historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire e Capistrano de Abreu que encontraram nestes relatos um valioso documento historiográfico. Capistrano em sua obra sobre Capítulos da História Colonial ao descrever os costumes, comportamentos, aspectos físicos, relações de trabalho, a vida social do sertão, busca, contudo, nos relatos dos viajantes naturalistas como, Spix, Martius, Emmanuel Pohl e Saint-Hilaire (ABREU, 1998, p. 188-193). O estudo dos relatos dos viajantes é um exercício de alteridade. Uma oportunidade de perceber como o viajante concebia a realidade do outro. Não se trata somente de buscar o retrato do acontecido, mas observar o modo de analisar do viajante.

A historiadora Mary Anne Junqueira em seu artigo: “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador”, contribui de forma significativa para o debate. A historiadora faz alguns apontamentos sobre o que se deve considerar em um relato, como: o universo cultural, o período que escreveu, se foi durante ou

após a viagem, e como foi feito o relato, se é crônica, memória, diário, cartas entre outras. Também a época da publicação e sobre o público consumidor. O relato nem sempre é o retrato do que o viajante viu (JUNQUEIRA, 2011).

Outro elemento importante é a intertextualidade. Isto ocorre quando acontece a presença direta ou indireta de um texto em outro. Características presentes em muitos relatos de viagens. As curiosidades sobre lugares distantes aguçam a ambição das pessoas, em especial de aventureiros. Uma viagem pode servir de inspiração para outras viagens. Como é o caso de Alexander Humboldt que serviu de inspiração para muitos outros viajantes. Temos também a presença de profissionais da escrita que buscavam ornamentar os relatos de viagens. Esta prática era bastante comum nos séculos XVIII e XIX, como aponta Mary Louise Pratt, citada por Junqueira. Era comum oficiais da escrita retocarem o texto e até mesmo acrescentando elementos nunca presenciados pelo viajante. (PRATT apud JUNQUEIRA,2011). Logo, muitos relatos foram escritos por pessoas que nunca participaram de nenhuma expedição. E em muitos casos o interesse era o engrandecimento da viagem. No século XVIII e XIX os relatos eram bastante lidos pelo público.

No caso de Saint-Hilaire houve muita consulta a outros pesquisadores e viajantes. Dentre os viajantes e intelectuais consultados destacam-se: Luiz Antônio da Silva e Sousa, Manoel Aires do Casal, W.L. Eschwege, José de Azevedo Pizarro e Araújo. J. Emanuel Pohl. Raimundo José da Cunha Mattos entre outros.⁴¹ (MARTINS,2017, p.121)

Na discussão em que categoria se enquadram os relatos de viagens verificam-se que podem estar contidos no subgênero da biografia. Tanto a biografia como os relatos de viagens são relatos de uma vida. A leitura que se fará do texto deverá ser permeada de algumas perguntas, tais como: se houve alguma intervenção por parte do viajante ao lugar visitado, qual foi a instituição que o financiou, se o viajante possuía conhecimento prévio do lugar a ser visitado. Além do mais, os relatos de viagens são utilizados como fonte de pesquisa para diversas ciências humanas.

O período que o relato foi escrito é importante, pois, se foi escrito após à viagem e em contato com outras fontes de pesquisa, então o texto passou por uma ressignificação. Onde a leitura de outras viagens oferece as bases para a formulação de outros relatos estreitando ainda mais os laços entre ficção e realidade. Essas proximidades entre o fictício e o real acirram ainda mais as problematizações entre história e literatura.

⁴¹ Saint-Hilaire solicita ao seu relator Jussieu em Paris que enviasse relatos de viajantes que estiveram no Brasil.

No trabalho conceitual que busca delimitar a posição topográfica dos relatos de viagens em algum ponto entre a história e a literatura depara-se com a difícil missão de defini-lo. Por outro lado, se reunirmos todos os elementos que caracterizam um texto como literatura, concluir-se-á que não existe nenhum texto que comporte todos estes elementos. O conceito de literatura não reside apenas nestes componentes, mas sobretudo nas relações que os leitores estabelecem com os textos. O escritor Roberto Carlos Ribeiro aponta que os relatos de viagens no século XVI passaria de mera crônica de informação para relatos científico no século XIX, e no fim do mesmo século e início do século XX culmina como relatos de reportagens com tintas literárias (RIBEIRO, 2007).

Por meio da leitura dos relatos de viagens, podemos entender a alteridade do viajante naturalista. Este ao chegar ao Brasil se deparou com um mundo desconhecido do seu. Os relatos são, portanto, um encontro de dois mundos. Os hábitos do viajante estrangeiro e a sua relação para com a natureza vai entrar em ‘choque’ com a visão de mundo dos nativos, e como estes se relacionam com a natureza. Assim sendo, é preciso entender esse estrangeiro, e de como ele vai procurar compreender toda esta cultura que lhe é estranha. É um esforço de alteridade tanto por parte de quem estuda o viajante, como foi um esforço de alteridade do viajante em entender a cultura das populações brasileiras.

Há muitos questionamentos sobre as posturas eurocêntricas presentes nos relatos dos viajantes naturalistas. No entanto, é importante se colocar no lugar desses estrangeiros, e entendê-lo em suas dimensões sócio culturais. A crítica literária especializada aponta diversas atitudes e abordagens eurocêntricas na forma de analisar um Brasil à moda europeia. Entretanto, não é uma tarefa fácil, para um cientista do século XIX despir-se de seus conceitos ao defrontar-se com uma natureza bem diferente, e com um povo cujo costumes e hábitos se divergem diametralmente dos seus.⁴²

Também, não se pode jogar os relatos destes viajantes em uma ‘vala comum’ sob a premissa de que se trata simplesmente de um ‘olhar europeu’. Tal tratamento ocorre em um método generalizante. Tanto no trato com os relatos, quanto as considerações que repousam sobre o viajante, como se todo europeu compartilhasse das mesmas convicções e visões de

⁴² É bastante comum a retórica dos especialistas em estudos de relatos de viagens, apontarem as interpretações dos viajantes naturalistas como eurocentrismo, ou até mesmo euroimperialismo, termo este utilizado por Mary Loise Pratt em seu livro *Olhos do Império*, página 28. Uma vez, **que** os discursos permeados no multiculturalismo e estudos pós-coloniais que buscam relativizar estes termos, provém, eles mesmos de Universidades europeias e norte-americanas, sendo sobretudo um novo tipo imperialismo. Para maiores informações sobre a origem destes discursos, ver: *O Declínio da Cultura Ocidental* de Allan Bloom.

mundo.⁴³ E os habitantes nativos observavam para estes estrangeiros com que ‘olhar’, senão, aquele de acordo com as vicissitudes de sua própria cultura? Enfim, havia também entre os nativos uma variedade de culturas e cosmovisões.

Roberto D’Mata citada por Elisa Freitas Schemes diz que “Cada sociedade humana conhecida é um espelho onde nossa própria existência é refletida. (D’MATA apud SCHEMES, 2015, p. 1). É no contato com o outro que nós reconhecemos quem somos, onde nossa existência é reconhecida e tornamos mais aptos a desenvolver uma reflexão sobre nós mesmos. Por isso, que pode ser mais fácil entender o universo do viajante do que aquilo que foi relatado nos livros. Também há de se questionar sobre a questão de valor, quando um relato de um viajante estrangeiro tem mais credibilidade do que um relato feito por viajante brasileiro, ou mesmo ao contrário. São perguntas pertinentes ao tema.

Os Estados Nacionais a partir do século XV financiaram diversas viagens exploratórias e de caráter comercial. Estas expedições tinham por objetivo descobrir novos territórios e obter lucros. Os principais objetivos eram a África e América. Entretanto, a partir da segunda metade do século XVIII as viagens ultramarinas mudam de formato, passando a ter caráter objetivo, um resultado de alianças políticas e comerciais como foi o caso de Sant-Hilaire e Emanuel Pohl dentre tantos outros. No entanto, antes destes dois viajantes, no ano de 1735 sob a liderança do governo francês foi montada uma expedição que iria contribuir de forma grandiosa tanto para o conhecimento ‘científico’ como para o imaginário europeu sobre o Novo Mundo. A expedição ganhou o nome de um de seus poucos sobreviventes, o geógrafo Charles de La Condamine.⁴⁴ Do ponto de vista científico, esta viagem deixou bastante a desejar, mas serviu de laboratório para outras que sucederam. Havia nestes viajantes a crença, natural da época moderna, de que a ciência poderia levar o homem ao progresso pleno. É com este conceito que os viajantes acreditam ser portadores de uma cultura e de conhecimentos uteis aos povos mais distantes ao redor do globo.

Os viajantes naturalistas muitas vezes tinham o cuidado de completar seus relatos com informações de outras fontes. Seus textos passavam por revisores que, por sua vez acrescentavam detalhes com finalidade de atrair atenção do leitor. São também estes acréscimos

⁴³ Outra problemática em atribuir ao viajante um certo eurocentrismo, é cometer uma grande generalização, como se na Europa houvesse uma identidade unívoca e não houvesse uma variedade de visões sócio-culturais. Ou seja, de qual Europa estamos falando? O termo Eurocentrismo soa como se toda Europa partilhasse de uma mesma identidade e cosmovisão.

⁴⁴ Na verdade, foram duas expedições, a Primeira liderada pelo Físico francês Maupertuis enviada para o Norte, e La Condamine enviada para a América do Sul na direção da linha do Equador em Quito. Estas expedições tinham por objetivo também resolver um problema teórico que envolvia a rivalidade da França e Inglaterra. A geografia cartesiana de origem francesa descrevia a terra como se fosse uma esfera, já a geografia inglesa de inspiração Newtoniana afirmava a terra ser um esferoide, ou seja, achatada nos pólos.

que sustentam o questionamento da verossimilhança e da veracidade do relato. A historiadora Lorelai Kury dedicada a estudar os relatos de viagens, em seu artigo “Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar”, afirma que os viajantes naturalistas são pouco estudados no seu contexto europeu, e muitas vezes retratados pelos historiadores nacionais como um simples olhar de fora. E mesmo com o prestígio que Saint Hilaire construiu na França pelas suas pesquisas, acabou caindo no esquecimento (KURY, 2003).

E de fato há uma tendência nos pesquisadores atuais em nossas academias interpretar os relatos de viajantes dentro desta ótica apontada por Kury, como um ‘um olhar eurocêntrico’. Acreditamos que essa conclusão incorra em uma interpretação um pouco descuidada ou mesmo simplista. Mesmo sendo considerada um pouco descuidada, vale entender que é devido ao estranhamento que a cultura sertaneja provocara no viajante, e que este procurou analisar todos os fatos à europeia, no qual era a única luz metodológica que possuía. E desta forma, o relato de todo viajante corre o risco em cair em um lugar comum, previamente apontado pelos estudiosos como: um olhar europeu. Por outro lado, a própria ‘Europa’ se formou a partir de diversas contribuições culturais de outras civilizações.

E por esse modo, torna-se simplista porque busca reduzir a complexidade da narrativa produzida pelo viajante pelos motivos já acima mencionados. Estas abordagens parecem rotular uma complexidade maior. O estranhamento diante do diferente pode ser normal, pois nem sempre se separam o indivíduo do pesquisador. Uma cultura diferente, uma natureza desconhecida, clima tropical, doenças, falta de conforto pode intermediar o pesquisador em face de seu objeto de análise. Não há garantias que um relato pode ter mais ou menos valor científico se o viajante é ou não um estrangeiro.⁴⁵ É simplista porque os problemas relatados geralmente são suavizados por ser um olhar temperado por valores europeus.

A flora e as demais riquezas naturais eram objetos de atenção de Saint- Hilaire e de outros viajantes. Entretanto, a sua observação não se resumia apenas a isso. Pelo contrário, ele estendia seu olhar para os aspectos comportamentais e práticas culturais dos habitantes do sertão. Saint-Hilaire era botânico e catalogou várias espécies de plantas e levou algumas para a França. Neste traslado exigia que o viajante estivesse a par dos conhecimentos a respeito do clima e do solo de diversas regiões. Essa atividade fazia com que os viajantes tivessem mais conhecimento do interior do Brasil, tanto nos aspectos naturais como humanos, mais do que muitos brasileiros residentes nas cidades litorâneas. A respeito destes brasileiros do interior, o

⁴⁵ Um valioso exemplo é o caso de Euclides da Cunha que relatou a Guerra de Canudos, e mesmo sendo uma testemunha ocular dos eventos ocorridos há inúmeros trabalhos que apontam para os problemas criados pela narrativa em relação ao fato observado.

jornalista Euclides da Cunha veio a alertar que os habitantes do sertão estariam distantes há três séculos dos moradores da capital do Brasil (CUNHA, 2009, p. 42).

Por mais que estes viajantes se sentissem portadores de uma missão e úteis ao desenvolvimento científico, suas viagens buscavam atender exigências políticas e pessoais. Saint-Hilaire estava vinculado aos interesses da filantropia e a critérios que viriam a consolidar sua carreira, ganhando assim, notoriedade no mundo científico. Auguste de Saint-Hilaire enfatiza em suas cartas que não apenas enviava as plantas ao museu de Paris, aos cuidados de seu amigo Deleuze, mas, as analisava no próprio local *in situ*. Dentro daquilo que eram enviados estavam: animais, sementes, mudas de plantas e até minerais. O relator de Saint-Hilaire chamava-se Antoine Laurent de Jussieu. Dentro do universo de pesquisa do viajante estavam alguns pontos que mereciam atenção especial, eram eles: Observar aquilo que traz bem-estar da humanidade e a felicidade geral. O viajante deveria avaliar se os objetos colhidos trariam conhecimentos importantes para o país, e se estariam relacionados com o bem-estar da humanidade.

Havia a crença de que o Criador espalhou diversas espécies de plantas ao redor do globo, e cabia ao naturalista estudá-las e aproximá-las. Esta tarefa de unir plantas da mesma espécie em localidades geográficas diferentes fazia que o naturalista se sentisse útil à humanidade e à pátria. Este conhecimento enobrecia o trabalho do naturalista. Saint-Hilaire afirmava que a botânica era útil ao espírito, e acreditava que seus conhecimentos em favor desta ciência a elevaria ao nível de um status filosófico. Filosófica era também sua viagem ao Brasil. É provável que a flora e outros aspectos naturais e sociais do Brasil não eram totalmente desconhecidos.

É válido abrir um espaço aqui sobre a função da história natural e seu papel no processo civilizatório. No decorrer do século XVIII desenvolve-se um conceito de que a civilização seria a marca de distinção do progresso para o selvagismo. A história natural seria uma das responsáveis pela afirmação dos valores civilizatórios. E levar esta civilização aos trópicos era responsabilidade dos viajantes naturalistas. Na passagem dos setecentos para os oitocentos, muito se fala sobre a função da botânica e da história natural, porém, nos dias atuais, poucos sabem a origem do termo botânica que passou a ser atribuída às plantas. Foi no ano de 1751 que o sueco Carl Linné ou em latim: *Carolus Linnaeus* publicou duas obras fundamentais sobre os estudos das espécies vegetais; Primeiro, o livro *Philosophia Botânica*, e depois no ano de 1753 o outro livro, *Species Plantarum*. Foi a Lineu que se deve a utilização do latim para as nomenclaturas científicas das plantas, além de elaborar um sistema de identificação de plantas por meio de seu sistema de reprodução. (PRATT, 1999, p.60)

É certo que esta missão de levar a civilização serviria muito bem para a expansão da Europa em termos comerciais e políticos. Como também, foi útil para os países que tiveram em suas colônias, ou no próprio território a presença destes cientistas. Os relatos de viagens passaram a ocupar a principal ponte que unia a Europa a outros continentes. Também promoveu mudanças profundas no campo sócio e econômico da Europa. Teremos então uma maior demanda por melhores meios de preservação, de transportes, novas profissões como relatores, desenhistas, zoologistas em botânica. Novos e melhores instrumentos uteis para o trabalho em botânica, bem como para o aperfeiçoamento das técnicas de navegação. Seguindo neste contexto, observamos a supervalorização das coleções de história que passaram a ter valor comercial estimável, jardins botânicos tornaram-se em atrações públicas e turísticas. (PRATT,1999, p. 62)

Neste processo, os países Ibéricos eram considerados pelos países como França e Inglaterra como regiões atrasadas. Isto acontece porque ali, o iluminismo demorou a acontecer. Enquanto o restante da Europa se convulsionava em rupturas religiosas, com a Reforma Protestante, e ideológicas com o racionalismo e iluminismo, os países ibéricos ainda conservava antigas estruturas econômicas e religiosas. Por isso, que quando o reformismo ilustrado chegou a Portugal por meio de Marques de Pombal (de 1750- 1777,⁴⁶ houve uma onda de rupturas com a antiga política. Outro caso, foi o fato de que os viajantes naturalistas achavam que o Brasil só alcançaria o progresso, se rompesse o pacto com Portugal.⁴⁷

O traslado desses exemplares colhidos rumo à França não eram considerados uma atividade de contrabando ou de pirataria. Pois acreditava que tal trabalho era de grande contribuição para o conhecimento científico e da humanidade. Durante o século XVIII e XIX havia o entendimento de que os povos se classificavam em nações civilizadas, baseadas no conhecimento científico, e as nações menos civilizadas, baseadas em conhecimentos empíricos e tradicionais, como por exemplo o Brasil. E apenas através da ciência, as fronteiras que separavam os dois mundos deveriam ser abolidas.

⁴⁶ Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, exerceu o cargo de primeiro-ministro português, sob nomeação do rei de Portugal, Dom José I

⁴⁷ É importante ressaltar até mesmo para quebrar certas concepções equivocadas, é o fato de que os portugueses foram os primeiros a fazer intercâmbio de vegetais por todo o Império. Porém, tal tarefa fora feita de modo sigilosa e protegida pelo Estado português. Daí vem a razão de que Portugal não teria contribuído para o desenvolvimento da História Natural. Todavia, no interior do reino já avançava as discussões neste sentido. Tanto que em 1779 foi criado a Academia de Ciências de Lisboa. Neste Instituto constava um imenso inventário sobre a natureza, os povos, territórios e aspectos geográficos de suas colônias. (MARTINS,2017, p.69). No mesmo livro na página 70 Martins vai contar das pilhagens de dezenas de coleções de plantas que as tropas napoleônicas saquearam do Instituto português.

Então, se Saint-Hilaire vem de um continente que compreende o papel da ciência como fator importante para o progresso e formação das nações, e se depara em outro continente do outro lado do Atlântico, no qual prevalece os conhecimentos empíricos herdados de geração em geração, não comprovados pela ciência, significa que ele está inserido em ambiente marcado pela barbárie e pelo atraso. Estes dois últimos elementos vão fazer parte de seu olhar pelo Novo Mundo. Entretanto, estes conceitos não são exclusividade apenas dos viajantes estrangeiros, todavia são compartilhados por grande parte da intelectualidade política dos Oitocentos.

De acordo com o texto “Relatos de viajantes em Goiás – discussões com a historiografia regional” dos autores: Adriano Freitas Silva e Marcos Antônio de Menezes, afirmam que os viajantes consideravam as populações do sertão brasileiro como um obstáculo ao processo civilizador (SILVA; MENEZES, 2012). E Portugal buscava resguardar as potencialidades econômicas da colônia, e para isso dificultava o acesso a estrangeiros no território. Essa proibição servia como combustível ao imaginário do europeu sobre o território brasileiro. No entanto, com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro em 1808 e com a abertura dos portos, o acesso ao território brasileiro tornou-se mais acessível. Diante desta conjuntura de acontecimentos, a Europa estava submersa em eventos e transformações política e econômicas. Diante deste cenário desenvolve a crença de que a ciência deveria exercer um papel de protagonismo dentro das questões de Estado.

Entretanto, o ideal romântico sobre a natureza contribuía para este imaginário. Sempre dispostos a enfatizar as belezas e riquezas presentes na natureza, tendo por base o relato o imaginário bíblico da terra prometida. Na prática, a natureza não se apresentava como simples objeto de estudo, como preconizava o racionalismo europeu. O viajante presumindo dominar a natureza se encontrava ‘engolido’ por ela. O clima quente e seco do cerrado, bem como a falta de água, a ataques de pernilongos, pulgas, carrapatos entre outras adversidades, como andar vários dias no lombo de mulas, dormindo em lugares ermos tornava a viagem difícil. Todas estas desventuras não somente afetava o corpo, como também a alma do viajante. É possível que tais cousas pudessem interferir nas concepções de mundo e análises dos objetos a serem estudados.

O conflito de visões entre os dois ‘mundos’ é compreensível pelo fato que a referência do naturalista era a sociedade europeia, concebida por ele como modelo civilizador. E o deparar com a simplicidade do sertanejo, sua rotina de vida, o trabalho no campo ou como criador de gado, a vida bucólica, ou de minerador, longe de todo luxo e requintes dos grandes centros urbanos, da moda parisiense, longe das peças teatrais e das grandes apresentações de óperas, fazia com que o viajante depreciasse a cultura do sertão. E enquanto os povos da Europa já

sentiam a brisa da Segunda revolução industrial, os povos sertanejos do lado de cá do Atlântico pareciam não estar no mesmo nível cultural de progresso idealizado pelo viajante.

A chegada desses viajantes ao território português na América se intensifica a partir do século XVIII. A natureza do novo mundo já era conhecida pelos portugueses, todavia, Portugal procura proteger suas riquezas de cientistas estrangeiros, como já explicados em parágrafos anteriores. O conhecimento da flora do Brasil não fora feito de forma sistematizada, sendo apenas de modo informal. Ao longo do século XVIII várias instituições científicas na Europa, e estas sob as ‘luzes’ dos ideais iluministas se propuseram a estender seus conhecimentos a outros continentes. O Brasil era para a Europa, um lugar desconhecido, e ao mesmo tempo um solo que arvoravam as mais variadas imaginações.

A Natureza do Novo Mundo se figurava como; ao mesmo tempo majestoso, como também, um obstáculo à evolução das espécies. Os mistérios que orbitavam a natureza do Brasil, fazia insurgir nos Europeus as mais diversas lendas e fantasias. Estas estórias que habitavam o imaginário europeu, levariam muitos aventureiros e homens letrados a cruzarem o Atlântico em direção à “Terra prometida”. É neste contexto que as vozes dos relatos de viagens encontram ecos em muitos corações. A figura do Viajante é enobrecida, elevada a um patamar de alto prestígio. Ele sonha em conquistar o sucesso e reconhecimento pelo seu trabalho científico. Ele se sente como um ‘portador de boas-novas’, um desbravador de mundos não conhecidos.

A participação dos viajantes no Brasil Colônia ganha destaque com a Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808. Pode-se dizer que houve um novo descobrimento. Uma grande quantidade de cientistas europeus desembarcou no Rio de Janeiro envolvidos nas mais diversas missões. Nestas missões havia vários interesses, a do viajante, da instituição patrocinadora e de Portugal por permitir a chegada deles à América portuguesa. Os interesses dos burocratas que protegiam os viajantes eram de aumentar o conhecimento sobre a exploração de recursos naturais e prover os institutos, como museus, universidades e jardim Botânico de espécies e exemplares que eram estudados pelos viajantes. Já para os burocratas luso-brasileiros o interesse era de criar um ambiente metropolitano e auxiliar nas reformas do Estado e no avanço da ciência.

O Brasil encontrado pela Corte portuguesa era de maioria de mestiços, escravos, comerciantes, com um território vasto e desconhecido. A população sertaneja era, contudo, considerada desprovidos de laços civilizatórios. Este contexto motiva os intelectuais e políticos da Corte a elaborar propostas para o Brasil. Neste cenário, os viajantes desempenhariam papel

fundamental tanto para o conhecimento sistematizado e científico sobre os povos, como também em relação aos recursos naturais.

Além do mais, o viajante naturalista carregava o símbolo civilizatório. Havia a necessidade de se obter um conhecimento mais aprofundado sobre a população do interior. Como também a importância de colocar o Brasil nos mesmos trilhos no qual a Europa percorria há alguns séculos. O processo civilizador do Brasil se dá pela colonização europeia, para tanto, é necessário abrir as fronteiras nacionais. Na busca pela necessidade de distinguir um perfil próprio nacional, a política joanina procurou colocar o índio como o tipo original do Brasil.⁴⁸ Influência direta do Romantismo em sua busca de exaltar os aspectos da nação. Na construção dos símbolos da nova nação infante, os intelectuais da época entenderam que o índio seria o tipo original do brasileiro, o símbolo de brasilidade.

⁴⁸ Um dos principais expoentes no Brasil em matéria de romantismo e indianismo é o literato, escritor de *Guarani* (1857) e de *Iracema* (1865) José Martiniano de Alencar

4 ANÁLISE DA NARRATIVA DE SAINT-HILAIRE

4.1 A busca pelo fabuloso por meio da narrativa de viagem

Até o presente momento deste trabalho, foi debatido as diferenças e semelhanças entre a narrativa literária e a narrativa histórica. Depois, foi problematizado o lugar ocupado pelos relatos de viagens entre a história e a literatura, como também seus conceitos enquanto narrativa. Para poder compreender como diferentes campos de ação podem interagir entre si, foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho alguns tópicos sobre o método comparatista. Neste último capítulo abordaremos à luz dos arcabouços teóricos já discutidos, a narrativa de viagem do botânico francês, Auguste de Saint-Hilaire

O antropólogo Jacques Godoy citado pelo teórico Luiz Costa Lima comenta que a narrativa de ficção não é muito presente em culturas tradicionalmente orais, e verifica também que nas sociedades africanas primitivas, os relatos de ficção eram características dos contos infantis. (GODOY apud LIMA, 2006, p. 177) O próprio Jacques Godoy afirma que a atividade narrativa esconde uma verdade ambígua, pois as narrativas ficcionais são, muitas vezes, utilizadas pelas sociedades ao se referir a alguma verdade que visa representar, ou a algum acontecimento que não seja explicado de forma racional. O impulso de ficcionar a realidade é fator *sine qua non* de todo o processo de escrita, pois há um intervalo entre aquilo que o autor vê, e aquilo que ele escreve. Do mesmo modo o leitor, que no ato da leitura há pausas e retomadas ao longo do processo. Ao passo que a oralidade é praticamente automática e instantânea, o que não ocorre com a escrita por ser um método lento e cadenciado. Embora a preocupação de Costa Lima seja traçar os caminhos da narrativa histórica e a ficção na Grécia antiga, o seu texto nos permite extrair valiosos *Insights*, a fim de compreender as tensões entre o real e o fictício na narrativa do viajante Auguste de Saint-Hilaire.

A narrativa do viajante francês Saint-Hilaire por mais verossímil que possa aproximar da realidade, há sempre distanciamentos e hiatos que permitem a ficcionalização do objeto observado e relatado. Além do mais, os seus escritos foram redigidos a posteriori, obedecendo todos os trâmites natural de uma narrativa, que vai deste a busca pela memória de fatos passados, a escrita, revisão e publicação. Ao passo, que o relato chegue ao leitor comum com tonalidades literárias. Os detalhes presentes em uma narrativa é um artifício utilizado pelo autor para que o leitor possa visualizar. Estes detalhes na vida prática passam despercebidos, mas estão lá. Este é o grande trunfo da escrita que embora verossímil, ela é capaz de criar um imaginário ficcional. O papel do leitor também contribui para o processo, a partir do momento que para muitos escritores existem a presença do público alvo, ou como argumenta Umberto

Eco, o conceito de leitor-modelo.⁴⁹ (ECO, 1994, p. 15, 16) E os viajantes sabiam que havia um público consumidor ávido pelos seus relatos, e isto lhe traria o reconhecimento desejado.

No entanto, com o objetivo de entender o universo político-cultural que envolvia Sant-Hilaire, faremos uma busca histórica em ao menos dois séculos anteriores. O período que marca uma transição da antiguidade medieval para os tempos modernos. Começamos com o Renascimento e suas significativas e duradouras consequências. Temos aqui a formação dos Estados modernos, a crise política que varria a Europa pelo qual levava homens aventureiros financiados pela burguesia crescente, e pelo Estado a buscar novas rotas em direção ao Oriente. A expansão marítima europeia vai provocar um abalo profundo no imaginário social da Europa Moderna. Sob as influências do Renascimento a população de parte da Europa vai experimentar o crescimento urbano, a revolução religiosa, o surgimento de filósofos iluministas que tentarão substituir a fé pela razão. Mesmo com a ascensão do racionalismo verifica-se ainda em plena Idade Moderna o predomínio da mentalidade mítica. É interessante notar que em plena época em que estão localizadas as raízes do racionalismo, pode-se notar que por baixo da superfície racional do século das luzes ainda predominava o pensamento mágico. O historiador Sérgio Buarque de Holanda vai afirmar sobre o período quinhentista que:

Não é inteiramente justo pretender-se, e houve, no entanto, quem o pretendesse, que o ocultismo da Idade Média se reduz à baixa magia dos bruxedos, ao passo que a grande magia pertence de fato ao Renascimento. (HOLANDA, 2000, p. 4)

Sérgio Buarque de Holanda desconstrói o conceito predominante no imaginário de muitos estudantes e professores de que a Idade média seria um momento marcado por um período de ocultismo e superstição em relação a Idade Moderna. É óbvio que havia um predomínio de uma mentalidade mítica, porém, o período moderno é cheio de ideias mágicas, em especial o renascimento, como aponta o autor de *Visões do Paraíso*. E não para por aqui, o pensamento mágico parece fazer parte da própria relação do homem com o método científico do século XVI E XVII. Estamos falando de Francis Bacon que por mais que tentou abster-se de ideias exóticas e de tradições de seu método científico, não evitou influências de sabor mágico e ocultista, chegando a afirmar que a astrologia sem seus excessos seria uma arte que não poderia ser rejeitada. (HOLANDA, 2000, p. 4)

⁴⁹ Leitor- Modelo é aquele leitor que segue as regras do jogo impostos pelo autor. Para ficar mais claro, este jogo acontece, por exemplo, quando um leitor lê um conto de terror, ali há um jogo compartilhado entre autor e leitor, pois quem escreve histórias de terror, o faz sabendo que o leitor espera sentir sentimentos advindos do gênero de terror. Assim como, os relatos de viagens, o público que consome este tipo de literatura, espera encontrar nestas narrativas o exótico, o fabuloso ou o heroísmo por parte do viajante.

Ainda no período denominado por Buarque de Holanda como quinhentismo, é importante frisar que o europeu acreditava que o Oceano Atlântico fosse habitado por monstros marinhos que engoliam as embarcações, e em terras cujos habitantes teriam formas anatômicas diferentes. Entretanto, estas lendas vão aos poucos desfazendo a partir do momento que novas descobertas aconteciam.⁵⁰ Todavia, as rupturas de paradigmas sociais não seguem o mesmo ritmo dos lapsos econômicos e políticos. As mudanças de mentalidades costumam ser mais duradouras, lentas e graduais. Embora com o forte avanço do progresso científico, do racionalismo, ainda se vê percorrer na Europa o mito do Éden perdido, ou o Eldorado. Uma terra onde habita o fabuloso, o mistério e uma natureza enigmática. Um outro escritor que vai falar a respeito deste imaginário fantasioso é o engenheiro e aviador Lysias Augusto Rodrigues, autor do livro: *Os Rios do Tocantins*. O objetivo do livro é descrever sobre o Rio Tocantins e sua importância vital para o desenvolvimento da antiga região norte de Goiás, atual Estado do Tocantins. Embora, não sendo o tema principal de nosso trabalho, é possível extrair informações concernentes ao imaginário que pairava sobre a Europa.

No início do Renascimento a situação econômica da Europa era de miséria e de lutas políticas, enfim, um cenário de verdadeira instabilidade. Nas palavras de Lysias Rodrigues: “Povos famintos, miseráveis e escravizados” (RODRIGUES, 2001, p. 49) Tal cenário decadente impulsionou parte da sociedade europeia a almejar lugares melhores. Foi neste momento agudo que a lenda do Eldorado veio ao encontro dos anseios mais caros da população do Velho Mundo. Igualmente Buarque de Holanda vai referir-se que esta sede por um paraíso terrestre, provém de pessoas desenganadas, sem promessas consoladoras, que em meio a um mundo de agitações políticas e econômicas, procuram satisfazerem suas ardentes imaginações com um mundo repleto de maravilhas. (HOLANDA, 2000, p. 5). Os relatos de aventuras que contavam a história dos corsários que cruzavam os oceanos, e suas descrições sobre o Novo Mundo agitavam o imaginário desta Europa em frangalhos. Segue, Rodrigues:

Em breve quase toda a Europa era tomada de febre do Eldorado. A França, Holanda, A Inglaterra e os países nórdicos, tanto quanto Portugal, a Espanha e os países mediterrâneos eram um só desejo, uma só ânsia...- Atingir o Eldorado! (RODRIGUES, 2001, p. 50)

Lysias Rodrigues vai debater em seu livro sobre até que ponto os colonizadores foram motivados pelo mito do Eldorado ou por razões políticas e científicas. Como é o caso de

⁵⁰ O Oceano Atlântico era reconhecido como o ‘Mar Tenebroso’

Gonzallo Pizarro governador da Província de Quito, que em sua sanha de encontrar novos territórios, o que o motivara não era apenas o ato de conquistar, mas o desejo intenso pelo Eldorado. Aqui tantos conquistadores como sociedade comum da Europa vão se contagiar pelo mito do paraíso terrestre. Rodrigues cita vários relatos em seu livro, como Maurício Heriarte,⁵¹ este escreve que o Tocantins nascia na lagoa dourada e as suas margens estavam cheias de prata e esmeraldas! (HERIARTE apud RODRIGUES, 2001, p. 51). Também é citado o padre Christobal de Alcuña⁵² que também irá se referir ao Rio Tocantins como abundante em pedras preciosas. (ALCUÑA apud RODRIGUES, 2001, p. 51) O europeu ficava maravilhado diante de tais relatos. Estes relatos de natureza mais literária com apelo ao exótico, vão adquirir na segunda metade dos setecentos, um caráter mais científico.

É certo que com as novas descobertas as crenças em monstros marinhos foram se sucumbindo. Como também a mudança de discurso sobre as viagens. Diferentemente de décadas anteriores, a segunda metade dos setecentos e especialmente a primeira metade dos oitocentos, os relatos de viagens terão caráter mais científico e técnico. Aqui neste período será mais notável as contribuições da história natural. A descobertas de novas espécies, juntamente com outras já desconhecidas estarão presentes nos relatos de viagens. À propósito, as descrições da flora e da fauna não era um requisito específico dos relatos de viagens do século XVIII em diante. É que já no século XVI os relatos de viagem já abordavam tais descrições.

A diferença é que agora sustentados numa plataforma teórica fincada na história natural aliado aos interesses políticos e econômicos, é criado um projeto de catalogação e estudos por diversas áreas do conhecimento.⁵³ As espécies colhidas e transportadas para os museus europeus serviam ao interesse do desenvolvimento da ciência. E mais, servia também para um projeto político e econômicos dos Estados Nacionais da Europa. Os relatos de viagens passaram a servir de discurso legitimador de autoridade científica e de um projeto global. No entanto, é um processo de mão dupla, como já foi esclarecido neste trabalho a respeito do consentimento do governo português em abrir o território a estes ilustres estrangeiros.

Aqui neste processo, temos a importância do público que consome os relatos de viagens. Ainda no crepúsculo do século XVIII, há uma incessante busca por relatos contando histórias

⁵¹ Maurício Heliarte foi um cronista que acompanhou a expedição de Pedro Teixeira em 1637, a fim de explorar um rio que acreditava-se ser dominado por mulheres guerreiras, o Rio das Amazonas. Maiores informações, acessar http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/exp_pedro_teixeira.html

⁵² Christobal de Alcuña foi um padre jesuíta espanhol que escreveu em 1641 a obra: *Nuevo Descubrimiento Del Gran Río de Las Amazonas*"

⁵³ Os relatos sobre as plantas coletadas na América e relatadas em diários anteriores a 1750, costumava assumir um efeito secundário, apesar com algumas descrições. Em outras palavras, os relatos sobre as espécies coletadas tinham mais efeito de narrativa do que científica.

das aventuras e desventuras do herói desbravador. Dos relatos sobre a natureza e costumes dos habitantes destas terras distantes, há também o sonho romântico do El dourado e da “terra prometida”. Aos poucos os relatos de navegações vão dando lugar às viagens por terra. (PRATT,1999, p.54).

4.2 A busca pela ciência por meio da narrativa de viagem

O viajante Saint-Hilaire foi um homem de seu tempo, possuía, portanto, a consciência de seu dever tanto para com a pátria quanto para com a ciência. E como sendo um homem de seu tempo compartilhava os imaginários que vigoravam em sua época. E como cientista almejava-lhe angariar o reconhecimento da comunidade científica de sua época. A sociedade de sua época era ávida consumidora de relatos de viagens, nutria a busca pelo exótico e pelo paraíso perdido. Toda esta imaginação deriva de uma época assolada pelos conflitos políticos e econômicos da Europa. A América seria uma terra de oportunidades. O viajante naturalista diante deste cenário encontrará um imenso desafio que será separar-se dos papéis, de cientista e de artista.

A passagem de Saint-Hilaire pela Província de Goiás se deu entre 27 de maio a 5 de setembro de 1819, porém, os relatos foram publicados em 1848, vinte e nove anos depois.⁵⁴ Os escritos de Saint-Hilaire se caracterizam como sendo relatos científicos. Durante a elaboração de seu relato Saint-Hilaire utilizou-se de conhecimentos produzidos por outros intelectuais que também conheceram a província, podendo então afirmar que fez uso do método comparatista. Entre as fontes de estudo de Saint-Hilaire, encontra-se homens como: Luís Antônio da Silva e Sousa, Wilhem Ludwig Von Eschwege, José de Azevedo Pizarro e Araújo, Johann Emanuel Pohl e Raimundo José da Cunha Mattos.

Ao longo da elaboração de seus relatos, o viajante francês recorreu ao seu relator do museu em Paris, Jussieu, e pediu-lhe que enviasse os relatos e estudos feitos por outros cientistas que também passaram por Goiás. Fátima de Macedo Martins trará a informação de que Saint-Hilaire ainda estava em processo de pesquisa-campo quando solicitou a seu relator os envios de tais materiais. Os seus escritos começam enquanto o viajante está em pleno curso de suas atividades, e são concluídos na França. (MARTINS, 2017, p. 68-70). Para melhor aprimoramento de sua obra Saint-Hilaire consulta também livros de Botânica escritos por cientistas que estiveram no Brasil como a do botânico italiano Giuseppe Roddi (1770 a 1829).

⁵⁴ Auguste de Saint-Hilaire foi o primeiro francês a viajar pela Província de Goiás.

Mesmo com a formação em botânica, Saint-Hilaire possuía um olhar apurado para os comportamentos dos habitantes do sertão goiano.

Antes de analisar a narrativa da obra do viajante francês, é preciso fazer uma descrição do livro; *Viagem à Província de Goiás*. Na orelha do livro contém um texto de Vivaldi Moreira⁵⁵ que fala da necessidade de ler os relatos de Saint-Hilaire e da dedicação que este tinha para com o conhecimento. Vivaldi traça então uma comparação com outros viajantes que estiveram no Brasil, mas que não tiveram o mesmo compromisso de Saint-Hilaire, como o francês Ferdinand Dênis e o inglês Mawe. O livro faz parte de uma coleção chamada Reconquista do Brasil, volume 8. A publicação é fruto da parceria entre as Editoras Itatiaia e a Universidade de São Paulo. A “Coleção Reconquista do Brasil” foi dirigida pelo professor Mario Guimarães Ferri,⁵⁶ o mesmo professor também faz a apresentação da obra, e de algumas notas de rodapé. O livro é traduzido por Regina Regis Junqueira e publicado em 1975. Numa breve linha do tempo, temos: Passagem de Saint-Hilaire por Goiás em 1819, publicação do relato em 1848, e no Brasil é publicado pela editora Itatiaia em 1975. O prefácio do livro é feito pelo próprio autor do relato de viagem. O livro divide-se em 12 capítulos, no fim do livro consta uma tabela contendo as observações termométricas⁵⁷ feita em 1819 numa viagem realizada do Rio a Goiás.

A narrativa de Saint-Hilaire foi construída em primeira pessoa. No primeiro capítulo deste trabalho foi trabalhado as diferenças teóricas do narrador para a narrativa, “quem fala na vida não é o mesmo de quem fala na narrativa.”⁵⁸ Logo no primeiro parágrafo do prefácio, Saint-Hilaire cita a seguinte frase: “quando voltei ao Brasil” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 13) Este voltar ao Brasil é fazer uso da imaginação sobre sua viagem. Nestas palavras:

Procurei esquecer o presente tão doloroso para mim e me vi em imaginação sobre o belo céu do Brasil, numa época, ávido de conhecimentos, e percorria os sertões deste vasto país quase tão descuidado do futuro quanto os seus próprios indígenas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 13)

Saint-Hilaire lamenta as enfermidades que sofreu após sua viagem ao Brasil, as quais ele chama de “males cruéis”. Devido a seu estado de saúde debilitado houve vários intervalos entre uma publicação e outra. Durante sua passagem pelo Brasil Saint-Hilaire observa um fato

⁵⁵ Vivaldi Moreira foi um jornalista, advogado, homem público e membro da Academia Mineira de Letras no ano de 1959.

⁵⁶ Mário Guimarães Ferri foi cientista e professor da Universidade de São Paulo, e Chefe do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da USP

⁵⁷ Termométrica é a parte da Termologia que estuda a temperatura.

⁵⁸ O crítico literário Salvatore D’Onófrío discute isso. Vide página 30 deste trabalho.

Importante: a falta de preocupação do governo brasileiro com o futuro da nação. E admite, portanto, que seu trabalho foi estimulado por outros viajantes que por aqui passaram. E sobre estes viajantes europeus é concluído que suas narrativas sobre a província e seus habitantes não são superiores a visão que os brasileiros têm de si mesmos. Muitos viajantes não tiveram êxito em suas viagens.

Ele diz que “os brasileiros eram melhores juízes” das coisas, comparados aos europeus que se surpreenderam com a realidade sertaneja. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 13). Muitos viajantes naturalistas cometeram erros por não deparar aqui com os mesmos recursos encontrados em suas pátrias de origem, levando-os a formularem juízos equivocados sobre o Brasil. Saint-Hilaire considera a Província de Minas Gerais a mais civilizada e a toma como parâmetro de comparação para com outras províncias. Em Goiás a sua viagem tem apenas cinco meses de duração, já em Minas Gerais foram longos quinze meses.

Nesta comparação com a região mineira, Saint-Hilaire utiliza as seguintes palavras:

Infelizmente -lamento ter de admiti-lo a comparação não será favorável a Goiás, infortunada região entregue a longos anos a uma administração quase sempre imprevidente e com frequência espoliadora (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 13).

Ao chegar em Goiás Saint-Hilaire compara com a região norte de Minas Gerais em que ambos os territórios são habitados por refugos de habitantes de outras comarcas. O viajante francês tem consciência das questões de alteridade, e o cuidado de analisar o Brasil sem levar a consideração o contexto do sertão. Em seu texto é demonstrado a preocupação com o futuro de seu legado. Ele alerta que nem mesmo o tempo tornará inválido o que ele escreveu sobre o Brasil. Nestas palavras: “não se pode julgar o interior da América segundo os padrões europeus”. (SAINT-HIALIRE, 1975, p. 13) Ele observa as vilas e arraiais com uma população pequena, separada por grandes trechos de terra, e mudanças lentas. No ambiente sertanejo predominava a relação homem-natureza ao contrário dos espaços urbanos que contava com a presença de uma sociedade mista, com rotinas de trabalhos, uma variedade de profissões, enfim, uma teia social muito mais complexa e diversificada. Já no interior havia uma população entregue à própria sorte, longe dos órgãos dos Estados.

Em seus escritos Saint-Hilaire relata que muitos anos irão se passar para que dos altos dos Pirineus⁵⁹ possa ver o desenvolvimento na região goiana, e embora sendo uma região sem recursos, contém nela o germe da prosperidade. É comum Saint-Hilaire descrever as regiões

⁵⁹ Pirineus é uma cadeia de montanhas que estão localizadas em torno da cidade de Pirenópolis, antiga Meia Ponte em Goiás.

goianas como desérticas. Este termo pode apontar para a pouca população aqui existente ou mesmo por não haver traço do desenvolvimento conhecido na Europa. Nestas palavras:

Tempo virá em que as cidades florescentes substituíram as miseráveis choupanas que mal me serviam de abrigo, então seus habitantes poderão desfrutar de uma vantagem que raramente encontramos na Europa, pois saberão com certeza pelos relatos de alguns viajantes, quais foram as origens não apenas de suas cidades, mas também de seus mais insignificantes povoados. (IBDEM, p.14)

É importante assinalar a consciência que Saint-Hilaire tinha do legado que seus escritos iriam deixar para a posteridade. Ele sabe que seus relatos são uma fonte para história. E descreve que a sociedades futuras ficarão surpreendidas em saber que locais com cidades prósperas, eram anteriormente míseros casebres e arraiais pobres habitados por alguns selvagens.⁶⁰ Goiás se apresenta diante dos olhos dos viajantes como uma província pobre, em considerável declínio econômico.

Este cenário de decadência encontra um contraditório nos estudos de Fátima de Macedo Martins. Ela revela que do ano de 1830 a 1840 a imagem do Brasil na França foi divulgada por meio dos escritos de Sant-Hilaire. E que os escritos de muitos pesquisadores que afirmam o quadro socioeconômico da província vão se inspirar nos relatos de Saint-Hilaire. Então, citando Adriana Oliveira e Sérgio Paulo Moreira, Martins explica que Goiás possuía uma economia agrícola significativa e condizente com o número de seus habitantes. Toda a produção agrícola tinha por objetivo abastecer a pequena população goiana.⁶¹ E que esta percepção de declínio da Província ocorre por conta da comparação com o fim do ciclo do ouro, momento pela qual foram atraídos para a região muitos exploradores em busca de ouro. A partir de então, pairou sobre a Província uma falsa sensação de declínio econômico. (MARTINS, 2017, p.20)

⁶⁰ Saint Hilaire irá chamar os índios de selvagens, termo usual na época. No século XIX a utilização desta nomenclatura para os índios não possuía a mesma semântica que no século XXI. Os moradores dos espaços urbanos eram civilizados, pois eram regidos por normas de conduta e de convivência naturais dos espaços urbanos. No entanto, os índios, moradores do sertão e da selva, não possuíam estes hábitos. Por isso, sobre eles recaíam o conceito de caipiras e selvagens. Muitos comentaristas sobre este tema vão conferir muita importância ao fato do Europeu considerar que tais hábitos citadinos os tornam superiores ao homem do campo. Todavia, nenhum processo humano é isento de intenções e consequências. Assim também se dará a questão do avanço econômico capitalista. Sem dúvida oferecerá ao homem do campo um arsenal de aparatos tecnológicos que irá despertar-lhes o interesse pela eletricidade, móveis e automóveis, técnicas de construção, meios de transportes, meios de comunicação, vacinas e outros bens materiais e serviços. Uma série de fatores que, muitas vezes, passam despercebidos por uma leva de estudiosos que se preocupam apenas em sublinhar a opressão aos povos do interior e aos índios por parte do Europeu.

⁶¹ Embora as fontes citadas do Martins ressaltem que a produção agrícola era relativamente suficiente, a preocupação por partes de presidentes de província e de intelectuais que conheciam a Província era de promover uma economia sólida e exportadora, que, no entanto, era impraticável, devido à falta de mão de obra, de incentivo governamental e de um mercado interno em Goiás.

A estrada oficial que liga o Rio de Janeiro a Goiás passa pelo Registo dos Arrependidos. Ali Saint-Hilaire chega no dia 27 de maio de 1819, acompanhado de seu arrieiro José Mariano. O Registo era uma repartição pública que tributava as mercadorias e os metais preciosos que eram transportados pelo interior da Província. Este Registo empregava um alferes ou comandante, um soldado e um pedestre. Todavia, foi observado que esta fiscalização do Estado português era inútil, pois havia desvios nas estradas que possibilitava o contrabando. Além do mais, o governo atrasava costumeiramente o soldo dos funcionários. Saint-Hilaire conta que neste caso fazia ao menos três anos que os empregados ali não recebiam seus salários.

As mercadorias que vinham do Rio de Janeiro primeiramente passavam por Minas Gerais, e só meses depois chegavam a Goiás. E a cada Província as mercadorias eram taxadas. Era de hábito que estrangeiros a serviço do Estado ou a algum Instituto apresentasse uma carta-régia que o permitisse o livre acesso ao interior da Província. Outro ponto observado era o baixo fluxo de entrada pelo Registro dos Arrependidos, Saint-Hilaire observa que o último viajante anotado no livro de registo constava do dia dezenove de fevereiro de 1819. O baixo fluxo de viajantes à província corrobora com percepção que o viajante naturalista irá ter de Goiás, uma região de declínio econômico e de abandono.

No ato da partida, dia 28 de maio, é entregue pelo comandante a Saint-Hilaire uma carta destinada ao governador de Goiás; Fernando Delgado Freire de Castilho.⁶² Nesta carta constava as petições e as necessidades dos funcionários daquele Registo. Durante a viagem serão observados os aspectos da natureza do cerrado, com árvores raquíticas e pequenos arbustos, bem como a ausência de animais, poucas aves, e alguns casebres encontrados. Em alguns momentos da viagem, Saint-Hilaire fará comparações com regiões conhecidas da França. Vale sublinhar que a riqueza de detalhes encontrados em seus relatos é fruto de um esforço de praticamente vinte e nove anos depois. Ele escreve isso logo no início do prefácio, nos seguintes termos: “Quando voltei ao Brasil achava-me esgotado, [...]” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.13) Mais adiante acrescenta: “Procurei esquecer o presente tão doloroso para mim, e me vi em **imaginação** sob o belo céu do Brasil, [...]” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 13, grifo nosso).

Quando recordamos coisas do passado, fazemos uso da memória sobre estas coisas. O que recordamos são a memória das coisas passadas, e não o próprio passado. O viajante confirma que por meio da imaginação ele procura relembrar o período que percorria os sertões de Goiás. A busca do passado através da imaginação, coloca mais tensão na linha tênue que separa o real do fictício de sua narrativa. Complexo também é a preocupação que se tem com o

⁶² Fernando Delgado F. de Castilho governou a província de Goiás de 28 de novembro de 1809 até 2 de agosto de 1820.

leitor. É muito provável que tais elementos aqui citados interferissem durante o processo de escrita.

Embora sua viagem fosse com pretensões científicas, não o impede de externar em seus relatos suas experiências, pois, para um viajante europeu estar no sertão de um outro país, e viajar sobre lombos de burros, dormindo em choupanas, atormentado por insetos, como pulgas, moscas, carrapatos, sentindo em seu corpo um clima quente e seco que são características do cerrado. E sobretudo, as aflições concernentes à saúde, como: cansaço, fadiga, mal-estar, fome e sede, doenças e demais ocorrências que muitas vezes passam em segundo plano, quando se focaliza unicamente no comportamento etnocêntrico do viajante, e de acusa-lo de não buscar conhecer o verdadeiro contexto sobre os habitantes do sertão de suas culturas.

Muitos apontam que o viajante se achava em posição vantajosa por ser pertencente a uma cultura marcada pelos valores cívicos e científicos, em contradição a uma cultura baseada nos costumes e nas tradições. O que pretendo ressaltar com estas afirmações não é que tais reflexões estejam totalmente equivocadas, mas, se não for acompanhada de seu devido contexto, tornar-se-á a reflexão muito simplista. De modo que, todas estas questões descritas que assolavam o naturalista atingem não só o corpo, mas também a alma do viajante. Tudo isso coloca o viajante em uma questão de vulnerabilidade, ao ponto de tornar-se difícil, mesmo sob a luz teórica da “imparcialidade” científica, o naturalista ter a devida disciplina do olhar “neutro” ou pelo menos acadêmico.

A história natural teve pouca perspectiva transformadora em comparação com os navegadores e conquistadores. O naturalista se limitava a colecionar plantas e analisá-las em algum laboratório apropriado. Na prática não precisava de uma logística complexa como os demais empreendimentos. Contudo, o naturalista é uma figura benigna em comparação com os demais viajantes navegadores e exploradores. O estudo da botânica juntamente com a sistematização da natureza é parte de um projeto político e econômico de alguns países da Europa, pelo qual se permitia levantar dados e conhecimentos de outros continentes, inclusive da América. Conhecimentos advindos da geografia e da cartografia vão fornecer ao europeu, detalhes geográficos de outros pontos do globo.

A ciência neste processo irá servir aos interesses políticos e econômicos. O modo produtivo anteriormente orientado pelas técnicas de cultivo herdadas pela experiência de gerações passadas, darão lugar a um método de racionalização do trabalho. O objetivo agora é transformar o campo em um polo exportador de produtos agrícolas e de matéria-prima que servirão de fomento ao setor industrial. A ciência como ideologia vai servir a este novo processo. Por isso, que a forma de sociedade baseada em uma economia de subsistência vai

parecer aos olhos do viajante como um atraso e carente de aperfeiçoamento. (PRATT, 1999, p. 70-72). Eis a justificativa que levará não só Saint-Hilaire, mas intelectuais e políticos a considerarem Goiás uma província abandonada e atrasada. O conceito de abandono não se deve apenas ao fim do ciclo do ouro, e a redução populacional, mas também a ausência de uma cultura científica voltada para o progresso. Entretanto, para transformar Goiás em uma província exportadora de produtos agrícolas é óbvio que uma cultura de subsistência seria ineficaz. Era preciso atrair para a região investidores e favorecer um povoamento mais significativo. Ao contrário seria impossível.⁶³

Por mais que estes termos como ‘eurocentrismo’ e ‘etnocentrismo’ sejam usados com frequência por muitos comentaristas, é importante pontuar que foi a Europa que deu o primeiro passo rumo ao desconhecido, pelo menos se tratando de Novo Mundo. Embora houvessem interesses políticos, econômicos e religiosos, a expansão marítima é também a expansão europeia. Interessante é que estas nomenclaturas são pouco aplicadas aos povos de outros continentes, quase sempre retratados como vítimas do expansionismo europeu. Em linhas gerais as culturas presentes na África e na América eram fechadas em si mesmas. Foi a Europa por meio de seu projeto expansionista que favoreceu a redução e a interligação destes espaços geográficos. E foi por intermédio do protagonismo europeu que se tornou possível pensar questões de alteridade e das diferenças entre os povos. Nestas palavras da historiadora Marcia Regina Capelari Naxara:

A partir de um ponto de vista eurocêntrico, a cultura europeia, civilizada, passou a ser pensada em contraposição ao universo que se abria às visões mais ou menos verossímeis e a construções míticas dos selvagens, habitantes exóticos dos mundos coloniais recém conhecidos. (NAXARA, 2004, p. 43)

É notório que este imaginário mítico sobre os habitantes do Novo Mundo fosse sendo modificado com o passar do tempo. No entanto, é interessante notar a confluência destes dois mundos. Durante a viagem, Saint-Hilaire evidencia muitos os aspectos geográficos e a natureza de Goiás, sempre apontando para uma vegetação rala, de poucas árvores, e seca. Ele revela um detalhe importante na catalogação de plantas, ele percebeu que alguns naturalistas analisam uma planta tendo por parâmetro outras espécies parecidas, contudo, há naturalistas que por mera vaidade declara como sendo uma nova espécie. Ele se mostra sensível a estes joguetes de

⁶³ Existe na história da humanidade um determinado ritmo que envolve descobertas ou invenção de certas técnicas que em maior ou menor escala, impulsiona os demais povos a se aperfeiçoarem, ou a acompanhar este ritmo. Estas disputas, ou assimilações de um povo em relação a outro não segue, em muitos casos, parâmetros morais de certas classes ou instituições. É algo que está para além do jogo retórico de opressor e oprimido, é na realidade uma questão de sobrevivência. Para maiores informações ler o livro: A Lógica do Destino Humano de Robert Wright.

autopromoção utilizado por alguns viajantes naturalistas. Chegando à região de Santo Antônio de Montes Claros, O viajante percebe que é uma região aurífera, mas, faltam braços para o trabalho, por isso, o garimpo fora abandonado e o arraial desfeito, restando apenas poucas casas e uma capela que era administrada pela paróquia de Santa Luzia. Saint-Hilaire pousa em uma casa no Arraial de Santo Antônio, o que lhe permite conhecer alguns detalhes da economia que movimentava a região, e percebe que o comércio local fora a falência por conta da total inadimplência de seus poucos moradores. Estes episódios justificam para Saint-Hilaire o conceito de abandono da província. Contrapondo o que fora afirmado em parágrafos anteriores que Goiás possuía uma economia relativamente boa, ao contrário da descrição de Saint-Hilaire sobre a província como sendo uma região abandonada, salários atrasados e população pobre.⁶⁴ (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 30-31).

Sobre a história de Goiás o historiador Luís Palacin vai estabelecer três periodizações importantes que ele chama de períodos ideológicos, o primeiro período ideológico, que é o que iremos nos preocupar, vai da época do descobrimento de Goiás em 1722 até 1822. A passagem de Saint-Hilaire se enquadra no final do primeiro período estipulado por Palacin. Neste período é marcado pela instalação de uma sociedade mineradora de características épicas. É o momento do desbravamento e da descoberta de regiões auríferas e da posse pelo território, marcado pelo clima de violência e de liberdade. Isto porque neste período não há uma máquina administrativa em Goiás, instituição que se fortaleceu logo após a independência do Brasil em 1822. Por conta do ciclo do ouro, muitos aventureiros vieram tentar a sorte na província.

No entanto, o declínio do ciclo aurífero fez com que muitos exploradores fossem embora, deixando a província com alguns arraiais e regiões auríferas abandonadas. É um momento que a população goiana se tornou mais sedentária, pois a necessidade agora é a economia agrícola, e não mais na mesma intensidade de outrora, na qual a população se via obrigada a migrar de um lado ao outro em busca de ouro. Por esta afirmação, pressupõe que por conta da extração do metal, os deslocamentos populacionais eram mais frequentes. É justamente neste período de baixa produção aurífera que Goiás assiste à formação de uma máquina administrativa e de uma economia agropastoril.⁶⁵ Percebe-se que Saint-Hilaire passa pela província nesta época de transição. E mais adiante a partir de 1840 a ideologia liberal é compartilhada pelos presidentes e intelectuais da província que visam tirar Goiás do “estado de abandono.” (PALACIN, 1986, p. 11)

⁶⁴ O conceito de abandono aqui é a falta de um mercado interno e de uma economia exportadora.

⁶⁵ É neste momento após a independência em 1822 que a Goiás irá entrar em seu segundo momento ideológico que vai terminar em 1840, que será marcado pela formação de uma máquina administrativa.

O Romantismo preconizava uma dicotomia entre o homem civilizado e o homem do campo. Para o pensamento romântico a felicidade era uma prerrogativa natural do homem que morava no sertão, ao passo, que o homem submerso à rotina acelerada das cidades não podia alcançar a felicidade por si mesmo, devido a ter seus sentidos poluídos pela técnica e pelo convívio social. Esta felicidade é projetada no homem natural por conta de seu contato com a natureza, que contrapunha o estado civilizado do homem da cidade, considerado como artificial. O homem natural era um homem puro, mas à medida que o europeu passou a conhecer a América, tais representações paradisíacas de felicidade natural não eram totalmente adequadas. À medida que a civilização europeia vai avançando e o nativo entrando em contato com o europeu, o ideal de inocência e pureza acaba por ficar de lado. Pois, a partir desta aproximação, o nativo da América vai sendo compreendido de acordo com os padrões mais humanos e menos míticos.

No decorrer do processo de colonização os povos nativos são compreendidos dentro de padrões mais humanizados e menos idealizados. Mesmo assim, o conceito de civilização e barbárie tem caráter diametralmente opostos, pois esta mesma dicotomia entre a barbárie e civilização, entre sertão a cidade, irá criar um imaginário de que estes povos eram despidos de educação, e de polimento, ou seja, eram bárbaros precisando de serem domesticados pela força do trabalho, a fim de serem civilizados. Por isso, Saint-Hilaire costuma chamar as populações sertanejas de massa ociosa.

No caminho rumo a Corumbá, conhecido por Capela, Saint-Hilaire chega a pequena vila de Lage. Nesta vila ele recebe a visita de dois padres que relatam os problemas da região, como a falsificação do ouro, sonegação de impostos, e o abandono da província. É importante observar que a narrativa de província abandonada vem dos próprios padres que moravam na região.⁶⁶ Os salários dos trabalhadores da região eram pagos em mercadorias ou com os produtos da terra. A maioria da população masculina trabalhava na agricultura e as mulheres fiando algodão e preparando vestidos. Ao chegar ao Arraial de Meia Ponte, Saint-Hilaire avista uma cadeia de montanhas que cercam o Arraial, conhecido como Montes Pirineus. Havia na região o conceito de que o nome dado às montanhas é devido a semelhança com as regiões montanhosas que marcam a divisa entre a Espanha e França. Mas, Saint-Hilaire desmente qualquer semelhança, talvez por algum motivo de sentimento pátrio ou por simplesmente aos

⁶⁶ É importante ressaltar esta parte do ‘abandono’ devido a muitos comentaristas, como Fátima de Macedo Martins, Mary Anne Junqueira a título de exemplo, compreenderem tal conceito, pela razão de Saint-Hilaire utilizar de parâmetros europeus para avaliar a situação da província.

seus olhos eram diferentes. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 33) A todo momento Saint-Hilaire faz referência ao estado de abandono e falta de povoamento.

Durante à viagem o viajante naturalista expressa em seu relato que seu guia José Mariano era ‘ignorante’ e não conseguia informar os nomes dos montes e de outras regiões, ou seja, a falta de detalhes geográficos é devido a ignorância de seu guia. Com respeito a José Mariano, houve um momento de discussão, na qual, Saint-Hilaire qualifica-o como um sujeito inconstante devido a sua ‘raça’. Saint-Hilaire mantém um olhar assíduo, e toma nota da limpeza dos brasileiros e de suas residências.

Ao sair de Meia-Ponte Saint-Hilaire chega na fazenda de Santo Antônio e ali se depara com a situação de abandono e escassez proveniente do fim do ciclo do ouro. Nesta fazenda ele observa o comportamento das mulheres em relação a estanhos. A prostituição era bastante comum na região goiana, então, os pais a fim de proteger suas filhas orientavam-nas a manterem uma relativa distância. Saint-Hilaire também tomará nota da falta de zelo para com as obras públicas, em especial pontes quebradas e abandonadas. Era comum que os goianos se referissem a França com entusiasmo e otimismo. Alguns males que acometiam a população não passaram despercebido do viajante, ele relata casos de hidropisia⁶⁷ e a morfeia.⁶⁸ Ao chegar em Jaraguá Saint-Hilaire aproveita para colher plantas na Serra de Jaraguá. Em seu relato há várias referências a Cunha Mattos e a Emanuel Polh. Em uma observação feita sobre o grau de instrução de seus habitantes Saint-Hilaire descreve:

Quando um homem instruído se vê atirado a um dos Arraiais da província de Goiás, não encontra ninguém com que possa compartilhar seus gostos e suas ocupações favoritas. Se encontra alguma dificuldade, não achará ninguém que o ajude a sobrepuja-la, e não terá nunca a emulação para sustentar-lhe o ânimo. Pouco a pouco irá perdendo o gosto pelos estudos que tanto apreciava, e acabará por abandoná-los inteiramente, passando a levar uma vida tão vegetativa quanto a das pessoas que o cercam. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 44)

Em Goiás do século XIX não havia uma cultura cosmopolita, na qual o viajante estrangeiro estava acostumado. Ao observar que a maioria dos seus habitantes era composto de pessoas iletradas, não possuindo a arte do saber que vem das academias, Saint-Hilaire se vê em um estado de solidão intelectual, pois percebe que não há com quem pudesse compartilhar seus conhecimentos, assim, ele deduz que o mesmo pudesse acontecer com alguém que tivesse o mesmo perfil. E de fato há sentido em suas palavras, posto que, todo o homem é um ser social,

⁶⁷ Hidropisia é o acúmulo de líquido em tecidos celulares ou em determinadas cavidades do corpo humano. Para maiores informações, acessar: <https://melhorcomsaude.com.br/conhecendo-hidropisia/>

⁶⁸ Morfeia é o mesmo que hanseníase.

logo, a sociabilidade é algo inerente ao ser humano. Entretanto, as exigências impostas pelas circunstâncias próprias da natureza do sertão e da necessidade de sobrevivência constrói uma sociedade adaptada a técnicas e códigos de convívio advindas do saber empírico. Saint-Hilaire não observa que o conhecimento científico que ele tanto aprecia pudesse não ser prioridade para a população goiana relegada a sua cultura de subsistência e as tradições herdadas de gerações passadas.

O viajante faz uma referência sobre o comportamento dos mestiços comparando com os de origem caucasiana. Ao conhecer o Capelão de Jaraguá, um homem mulato, culto e polido, Saint-Hilaire ressalta que: “que ele possuía uns ‘laivos de humildade’ e que isso era natural de sua origem em que são mantidas as pessoas mestiças na sociedade brasileira. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 44) E acrescenta que esta inferioridade não existe realmente se comparada a inteligência dos indivíduos entre si. Então, se comparar a inteligência dos indivíduos entre si, irá se verificar que esta condição não existe. Ele ainda acrescenta que o mulato tem mais facilidade em aprender as coisas e mais vivacidade de espírito do que as pessoas de raça caucásica pura. Os mulatos apresentam uma inconstância natural próprio a raça africana e também seus sentimentos são menos elevados do que os brancos por causa dos vícios da escravidão.

O abandono que Saint-Hilaire refere sobre a província goiana, fundamenta outras narrativas seja histórica ou literária. Como se os demais escritores ao se referirem sobre a situação de abandono de Goiás estejam comprando a narrativa do viajante francês. O conceito de abandono estará presente nos relatos de presidente de províncias, no livro *A Província de Goiás* de Alfred Taunay entre outros. Este discurso é predominante a partir de 1840 por conta da necessidade de fomentar uma economia capitalista. Embora se produzam discursos e projetos sobre a situação de Goiás, os resultados não serão imediatos. Pois a partir do governo Vargas com sua ‘marcha para o oeste’ foram promovidos projetos de revitalização econômica do Brasil central.

Faz parte deste projeto a criação de Goiânia atual capital de Goiás e a fundação de Brasília, e a construção de rodovias, muito dessas obras vieram em governos posteriores. Mas, de acordo com Saint-Hilaire, já havia este discurso de abandono em alguns moradores da província. Com o final do ciclo do ouro, houve um esvaziamento populacional da província, deixando a economia agropastoril como principal fonte de renda da população goiana. Em Goiás os povoamentos eram distantes, e durante o ciclo do ouro havia muita locomoção de moradores de um lado para outro, porém, com o fim do ciclo aurífero a população passou a se fixarem e formar arraiais. Antes disso, Em Goiás muitos Arraiais eram formados e depois

acabavam. O comércio era fraco, o transporte de mercadorias era lento, e existem relatos de que as mercadorias estragavam por conta de relaxamento dos funcionários. Além do mais, era rotineiro os salários atrasarem. Então, o conceito de abandono é algo para além do discurso de Saint-Hilaire.

Para o Romantismo a natureza é um lugar de expressão dos sentimentos, mas esta expressão é requinte próprio de um intelectual, diferentemente do utilitarismo dos iluministas. Para o Homem do romantismo a contemplação da natureza é um atributo sofisticado do espetáculo do sublime. Neste novo contexto, a natureza passa de selvagem e fabulosa à domesticada. A Botânica e a História foram ferramentas utilizadas pelos países europeus para poder obter conhecimentos tanto culturalmente quanto economicamente dos demais continentes. (PRATT,1999, p.79) A viagem de Saint-Hilaire ao Brasil atende a este projeto global, segundo Pratt. Ao andar pelas paragens goianas vê-se o cientista botânico não apenas contribuindo com o progresso da ciência, mas acima de tudo, para o controle dos Estados europeus sobre as riquezas do Brasil e seu comércio com a Europa. No entanto, não é somente à ciência que sua viagem é tributária, mas sobretudo, aos aspectos artísticos de sua narrativa, no momento que ele endossa seu texto com contribuições advindas de outros intelectuais, como também o objetivo de alcançar o coração de seus possíveis leitores.

Ainda um pouco mais sobre a natureza domesticada, temos os jardins da Europa que tornaram lugares de contemplação e de deleite; a historiadora Naxara também chegará a mesma conclusão de Pratt sobre os efeitos econômicos desta narrativa. Países Europeus se preocupam em conhecer a geografia do Mundo e as riquezas da América, terras para plantio e ervas que seria estudada para assuntos medicinais. O romantismo procura traduzir de forma filosófica os sentimentos belos e sublimes, mas, estas expressões não são de fácil entendimento, é uma tarefa que caberia ao poeta sintetizar tudo isso. O sublime é capaz de unir sentimentos e sensações. As representações acerca da natureza têm por objetivo tocar os sentimentos e sensibilidades dos homens e exercitar a imaginação. Para O pitoresco a natureza constitui o ambiente acolhedor, para o sublime a natureza é misteriosa e hostil. “O pitoresco enfatiza o compartilhamento social, e o sublime acentua a solidão humana e a tragicidade do existir”. (NAXARA, 2004, p.77-78)

Depois de Jaraguá Saint-Hilaire chega à Cidade de Goiás, então capital da província. Nesta cidade situada em uma localização geográfica de terrenos acidentados, aos moldes de um funil, tornando o clima abafado e quente, o viajante francês fez importantes comentários sobre o clima e o comportamento da população desta cidade. A população goiana se apresenta para Saint-Hilaire como mais cordial e amistosa do que a de Minas Gerais. Ele anota o caráter inconstante dos mestiços, as atitudes libidinosas das mulheres que ficavam o dia em casa e à

noite saíam pelas ruas com um lenço na cabeça em busca de encontros amorosos. Fala da rudeza e da pouca instrução das mulheres, dos homens e suas amantes. A situação era tão permissiva que até padres possuíam amantes. É observado os laços estreitos que uniam os senhores a seus escravos.

É reprovável para Saint-Hilaire que funcionários do governo fossem homens sem casamento e dados à prostituição, e que escravos fossem próximos a seus senhores brancos. Estas coisas pareciam aos olhos do viajante como uma espécie de corrupção. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 55) Saint-Hilaire possui uma visão proveniente da moral cristã, segundo sua cosmovisão o comportamento do goianos estariam distantes de uma real civilização, uma vez que não havia valorização do casamento, do trabalho, e demais comportamentos éticos entre os habitantes da província. A narrativa de Saint-Hilaire não é isenta de valores, muito pelo contrário, é uma descrição sobre a baixa instrução das pessoas, abandono da província pelo poder público, baixa produção econômica devido à pouca população. O ato de narrar fatos abrange tomadas racionais e também morais.

Ao sair de Vilas Boas Saint-Hilaire prossegue sua viagem para outras localidades. Ao chegar em uma aldeia chamada São José ele avista um povoado, A visão que ele tem do povoado é uma quebra na monotonia da viagem. Por horas a fio, a paisagem parece não sofrer nenhuma alteração, o cerrado, matos secos, árvores pequenas de troncos retorcidos mergulha o viajante em uma mesmice entediante A homogeneidade da paisagem leva o viajante ao tédio e a melancolia. Por isso, ao chegar próximo ao povoado, Saint-Hilaire se expressa: “É com prazer que o viajante vê” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 62) O termo viajante é utilizado na terceira pessoa, parece aqui representar o símbolo do estrangeiro não adaptado ao contexto goiano.

O tédio é quebrado ao ver construções regulares. Aqui temos duas observações a fazer: Primeiro, em certos momentos é ressaltado os aspectos da vegetação do cerrado, uma paisagem rala, com pequenos arbustos e pequenas árvores, a quantidade de queimadas sugerem que era um período de seca. E ao ver algo que quebre esta sequência de paisagens pelo qual, o viajante percorre horas sobre lombos de cavalo ou mula, é para Saint-Hilaire um alívio no tédio e na monotonia. Segundo, quando é feita alguma observação acerca de uma paisagem mais verdejante, alguns estudiosos, como a Fátima de Macedo Martins aponta para a influência romântica que permeia a contemplação de Saint-Hilaire. Nestas palavras:

Ao descrever o inventário de paisagens, pode-se perceber no relato de Saint-Hilaire tanto a busca da objetividade como traços do Romantismo, a emoção estética se mistura com a precisão científica que é uma das características do naturalista viajante do século XIX. O sentimento do pitoresco, fruto de um olhar dirigido e condicionado pela cultura europeia deste período, “exerceu

uma influência clara e determinante na percepção dos viajantes acerca das paisagens naturais e urbanas do Brasil. (MARTINS, 2017, p. 156-157)

Segundo esta observação o romantismo está na raiz das ideias que permeiam o pensamento de Saint-Hilaire, porém, há fatores circunstanciais próprias da condição vivida por Saint-Hilaire *in locus* como homem, que escapam a seu status enquanto cientista. As viagens por estradas precárias sob um clima quente e seco, contemplando uma vegetação sem grandes variedades como a do cerrado, é muito provável que isto cause a qualquer viajante sentimentos como: melancolia, ansiedade ou até mesmo de tédio. Se trouxermos esta experiência para os dias atuais é possível que sintamos as mesmas sensações. Quaisquer mudanças na paisagem trazem ao expectador sinais que reconfortam e revigoram a alma. E mais um detalhe; a observação feita por Saint-Hilaire pode ser fruto de um olhar sincero, nem sempre se enquadrando no típico “olhar eurocêntrico”.⁶⁹

O viajante Saint-Hilaire menciona as violências praticadas entre índios e brancos. E devido as ondas de violências cometida, a postura do governo português era de que os índios deveriam ser tratados com doçura e com cuidados, mas, na prática, as ordens de Lisboa surtiam pouco resultado em Goiás. Havia em Goiás as conhecidas Missões jesuíticas, onde os padres jesuítas ensinavam os índios a língua portuguesa e a religião cristã, Além do mais, eram transmitidos aos índios conhecimentos e técnicas sobre o cultivo do solo, formas de plantio e de colheita. Esta tarefa fez que houvesse nestas missões uma considerável produção econômica. Este empreendimento atraíram as ambições de aventureiros.

Este fato vai de encontro a muitos imaginários circulantes até mesmo em muitos acadêmicos atuais, no qual, conduzidos pela teoria da luta de classes, são propensos a concluir que a realidade do Brasil colonial foi o confronto entre brancos colonizadores e índios colonizados. Neste confronto ocorreu um irreparável prejuízo aos índios indefesos. A grosso modo, podemos afirmar que foi isso que aconteceu, no entanto, há fatores neste processo que mostram uma realidade mais dinâmica e complexa. Havia o confronto, entre brancos aventureiros que formavam as ‘bandeiras’ que além da busca por metais preciosos, caçavam índios com a intenção de escravizá-los, embora, infringindo uma ordem da Santa Igreja Católica. Por outro lado, os jesuítas assumiam um papel de proteção aos índios, como também eram contrários a presença do branco em suas aldeias. Os índios por sinal estavam longe de ser

⁶⁹ É inegável que o arcabouço intelectual de Saint-Hilaire foi construído na Europa, lá estão sua identidade e seus influenciadores. Porém, o que se trata aqui, é que existem elementos humanos, pessoais, proveniente de sua própria liberdade de pensar e tirar conclusões, como também as experiências que lhes tocam o corpo e a alma.

um povo coeso e homogêneo culturalmente com uma identidade forte compartilhadas pelas demais tribos. O historiador Sérgio Buarque de Holanda em seu outro livro: “Caminhos e Fronteiras” relata que houve tribos indígenas que auxiliaram a entrada dos colonizadores sertão adentro. (HOLANDA, 1994, p. 19-24). Ou seja, os povos indígenas não eram uniformes, e existiam tribos hostis e outras não, assim como havia também guerras entre as diversas tribos.

Os jesuítas pretendiam afastar os aventureiros pois sabiam que isto colocaria todo o trabalho realizado com os índios a perder. E que a postura da Igreja para com os indígenas era única compatível com a natureza ‘infantil’ dos índios. Há uma outra narrativa que permeia o imaginário atual de que foi a religião cristã que trouxe a infelicidade para os índios, roubando-os e dizimando-os, como se todo o europeu fosse um devoto fervoroso à fé cristã. Como já foi explicado no parágrafo anterior sobre a heterogeneidade da questão, nem todo europeu era um perfeito devoto da fé cristã. A Igreja era formada pelo clero, classe sacerdotal e de seus fiéis. A Igreja tinha interesses religiosos e se preocupava na proteção e catequização dos índios, até mesmo a corte portuguesa compartilhava das intenções e ordens da Igreja. O que era diferente dos aventureiros, bandeirantes, exploradores que embora professando fé católica, não eram motivados por assuntos religiosos, e sim por fins econômicos. Portanto, incorre em uma generalização absoluta colocar os jesuítas e aventureiros sob a mesma insígnia de “europeus cristãos”.

Ao chegar à Aldeia de São José, Saint-Hilaire percebe um detalhe interessante com respeito à moradia e costume dos índios. Os índios achavam as casas dos brancos com seus modelos europeizados muito fria. Preferiam, contudo, as suas próprias choças com teto baixo e portas estreitas. No livro “Caminhos e Fronteiras” o historiador Sérgio Buarque de Holanda também faz um apontamento semelhante. As ocas indígenas com portas pequenas e baixas, eram muito mais adaptadas ao clima e ambiente natural próprio da região em comparação ao modelo europeu. Diz o historiador, citando Patrício Fernández:

As casas não são mais do que choupanas de palha dentro dos bosques, (...) a porta é tão baixa que só se pode entrar de gatinhas, (...) e estes não apresentam outra razão para terem suas casas, senão a de se livrarem de enfados e moléstia que lhes causam moscas e mosquitos. (FERNÁNDEZ apud HOLANDA, 1994, p. 97)

No meio natural do sertão brasileiro era comum ataques dos mais diversos insetos, há o calor e o frio próprios da natureza, até mesmo ataques de predadores. Casas de palha com teto de palha, portas baixas e estreitas são mais eficazes na proteção contra insetos e manutenção da temperatura em ambiente interno do que as casas com janelas largas, portas largas e telhado

alto com ampla corrente de ar.⁷⁰ Haja vista, parede e teto de palha absorvem bem menos o calor do sol em tempos de calor, como também mantém a temperatura ambiente em períodos de Frio. Entretanto, os índios Caiapós começaram a imitar os modelos de casas europeias, com a diferença que estes índios faziam as paredes e telhado de palha.

Havia nesta aldeia um destacamento militar, com um Cabo que era o comandante e alguns pedestres.⁷¹ Estes militares gerenciavam a mão de obra indígena na produção agrícola. Os oficiais militares tinham o direito de punir índios preguiçosos e aqueles que não cumprissem as regras. Na época da colheita o comandante separava a produção e dividia entre as famílias dos índios trabalhadores. O resto que sobrava era vendido aos moradores da vila e aos pedestres que custeavam seu próprio sustento. Saint-Hilaire ao observar a rotina e o trabalhos dos índios, conclui que não eram capazes de governar a si próprio. Então, a conclusão do viajante francês era que os jesuítas eram melhores autoridades do que os militares. Nestas palavras: “Os jesuítas eram movidos por duas forças que sempre produziram grandes coisas: a religião e a honra”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 65) Os jesuítas estavam mais aptos a servir de exemplo pois eram um parâmetro moral. E sobre os militares Saint-Hilaire afirma:

Mas que se pode esperar de homens como os pedestres, todos eles mulatos e oriundos da camada mais baixa da sociedade, homens que não se deixam dominar nem pelo mesmo temor, pois vivem afastados de seus superiores, e que, mal remunerados não tem outro objetivo senão de aproveitarem dos caiapós em seu próprio interesse? (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 654)

Estas noções de Saint-Hilaire vão estar em conformidade com o pensamento da época sobre as estruturas sociais. Civilização e barbárie era arquétipos que permeavam o imaginário social de seu tempo. A participação na política era prerrogativa de uma classe proprietária, no Brasil este conceito seria reforçado pela constituição de 1824. Há um vínculo entre propriedade, tradição e nobreza. Não é incomum pensar que a propriedade promove no indivíduo uma série de obrigações que irão refletir em seu comportamento e hábitos pelos quais promoverão um ser humano mais tradicional e conservador. Para Saint-Hilaire a moral civilizatória está fortemente vinculada a estes padrões, nos quais estão mais facilmente potencializados no papel da autoridade católica na pessoa do jesuíta.

Aos olhos de Saint-Hilaire os jesuítas poderiam ser melhores autoridades pela questão da honra e da religião. E a partir destes dois pressupostos seria possível promover um espírito

⁷⁰ Segundo Sérgio Buarque de Holanda as casas pequenas dos índios serviam também como meio de defesa eficaz para seus habitantes, protegendo de insetos, de animais e de seres humanos hostis.

⁷¹ Pedestres eram os oficiais subalternos ao comandante do Destacamento Militar.

dedicado ao trabalho e a fomentação de uma cultura civilizada. As autoridades militares não serviriam de exemplo, por descenderem de uma classe baixa não teriam uma herança histórica familiar de nobreza, ou seja, não possuía uma consciência de valores fortes e tradicionais. Não tendo valores como: submissão aos seus senhores, disciplina, o valor a instituição sagrada do casamento, muitos tendo hábitos promíscuos, e dependentes do alcoolismo, logo estas autoridades não teriam a força moral que ergueria o povo ao padrão civilizatório.

Pode ser observado que para Saint-Hilaire o problema de Goiás não era apenas de abandono econômico, mas sobretudo, a falta de uma rigidez moral, devido aos péssimos hábitos, como a imoralidade praticada sem diferença de classe, a prostituição, a ociosidade, o desrespeito às instituições sagradas como o casamento e o sacerdócio. Os funcionários do governo não eram casados, que para época era o casamento era uma prerrogativa. As regras morais presentes em um modelo de civilização não eram praticadas pelos habitantes de Goiás. A disciplina que vem do trabalho e da religião poderia ser melhor referenciada pelos jesuítas.

As teorias modernas acerca da leitura vêm dando muita ênfase para o papel do leitor que passar a desfrutar de maior liberdade em matéria de conferir sentido ao texto. Nenhum texto é fechado em si mesmo, mas existem espaços nos quais o leitor pode atribuir sentido, isto é um fenômeno da literariedade. Para alguns teóricos a liberdade do leitor é infinita, entretanto, este trabalho segue a corrente de que a liberdade concedida ao leitor está restrita aos pontos de indeterminação do texto. É como se houvesse um jogo entre o autor que propõe e o leitor que joga. As mais recentes teorias da leitura, aponta que neste jogo o leitor tem grande participação e não somente o autor,

A escrita de Saint-Hilaire por mais que tenha o propósito de ser científica, também faz parte deste jogo, então, não há um determinismo por parte de seu texto, embora, se presume ser um relato científico. O teórico literário Antoine Compagnon em seu livro *Demônio da Teoria* afirma que os leitores competentes leem os mesmos textos de modo diferente dos leitores comuns. (COMPAGNON, 2014, p. 153). É possível que se faça um paralelo com o Umberto Eco, sobre o leitor-modelo. Então, qual é o tipo do leitor-modelo do viajante Saint-Hilaire? Provavelmente seria a comunidade científica de seu tempo, como ele próprio foi um leitor-modelo de Humboldt. Ele possuía a intenção de que seus relatos contribuíssem para o progresso da história natural, e que desta forma inspirassem outros cientistas. Entretanto, não competia apenas a comunidade científica a apreciação de seus relatos. Estes relatos eram consumidos pelo público leigo.

Baseados nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda em *Visões do Paraíso*, o imaginário do europeu dos séculos XVIII e XIX era favorável a tais relatos. As viagens

transatlânticas aguçaram o imaginário europeu em favor do paraíso perdido e de um novo Éden. Saint-Hilaire mesmo com seu objetivo de analisar espécimes de plantas, faz importantes apontamentos sobre os aspectos culturais, sociais, geográficas e econômicas da província de Goiás. O relato de Saint-Hilaire deixa traços de um cientista comprometido, mas que deixam marcas no imaginário do leitor como a de um desbravador heroico. Todavia, o que parece prevalecer em seu texto é de um pesquisador com um olhar sincero. Este trabalho procura balizar estes elementos, não querendo jogar e rotular todo o trabalho do viajante como sendo um olhar etnocêntrico e europeu, sem também desconsiderar este possível fato. É óbvio que o conhecimento europeu adquirido por anos de estudo, tornasse seu guia e suporte intelectual, como também compartilhava parte da elite brasileira.

Em um mundo novo em pleno processo de globalização, as conexões por parte de regiões anteriormente isoladas da Europa, passam a compartilhar de vários elementos culturais que alteram a visão de mundo. É importante olhar para Saint-Hilaire enquanto indivíduo, como alguém que se envolveu com os problemas vivenciados pelos habitantes de Goiás. É com o contato com o outro que o viajante descobre a si mesmo. A leitura que ele faz dos habitantes de Goiás, também é uma leitura de si mesmo. A sua orientação europeia produz narrativas sobre o sertão deste Brasil profundo, porém, não reduz os problemas ali pertinentes. Estes problemas também não ficaram de fora da observação de outros intelectuais e políticos, o viajante naturalista não é o único a observá-los as estruturas sociais e morais do sertanejo. A fragilidade do casamento torna a nascente civilização em situação de descrédito perante o viajante. Estas intervenções são concebidas por muitos estudiosos como um eurocentrismo, ou uma narrativa que postula a Europa como modelo referencial.

Porém, as práticas observadas pelo viajante, e os costumes vivenciados pelos habitantes do sertão goianos não são estritamente indígenas. Já havia um relativo hibridismo cultural na população goiana. A afirmação dos valores cristãos, rituais e liturgias da fé católica, como batismo, casamentos, festejos e rituais fúnebres, mudanças na arquitetura das casas, estrutura política e econômica, práticas e gestos que não eram peculiares da cultura indígena. Logo, o confronto cultural de Saint-Hilaire com o contexto goiano está distante do dualismo; indígena versus europeu, exceto pela natureza. Havia elementos culturais compartilhados, e uma relativa aculturação de ambos os lados. O texto de Saint-Hilaire é uma porta aberta para muitas possibilidades de leituras. Como afirma Umberto Eco: “O texto é como uma máquina de escrever preguiçosa que precisa do leitor para dar-lhe sentido e completude. Contudo, o sentido não é algo infinito, há um jogo entre o leitor e o autor que devem ser disputados”. (ECO, 2005, p. 28-29)

O leitor vai para o texto com suas próprias normas e valores, e absorvemos os arquétipos naturais de nosso tempo, o que diferencia por este modo dos demais leitores de décadas passadas. O leitor não é uma tábula rasa frente ao texto, como também o texto que faz conexão com outros textos. O próprio texto de Saint-Hilaire é fundamentado em outros intelectuais, ou seja, há no próprio relato do viajante uma intertextualidade com outros relatos, como Cunha Mattos e Emanuel Pohl. E como todo o texto, independentemente de estar neste paradoxo entre a história e a literatura como é o caso dos relatos de viagens, é uma obra a ser completada. Toda a literatura se complementa na leitura. Assim os relatos de viagens também podem ser considerados como literatura de viagem.

Os relatos de viagens não encontram uma definição própria, estar mais para um gênero híbrido e dependendo da recepção do leitor pode variar entre a história e a literatura. Porém, excetuando os pesquisadores que a utilizam como documentos para suas pesquisas, os relatos de viagens pendem de forma vantajosa para ser um gênero literário, até mesmo os leitores dos séculos XVIII e XIX. Tais relatos serviam para fomentar um imaginário sedento pela busca do exótico e do maravilhoso. O objeto literário não é o texto objetivo e muito menos a experiência subjetiva do leitor, e tampouco aquilo que o autor tem em mente, mas um grande circuito virtual que opera em ambos.

É como uma partitura musical, se o teórico que escreve perder a partitura, não terá nenhuma finalidade, será apenas riscos em um papel. A partitura somente terá sentido quando for traduzida por algum músico, que no caso seria uma espécie de leitor-modelo do Umberto Eco. Embora sendo um exemplo um pouco radical, é possível compreender que a obra literária se consolida quando tem seus signos decifrados no processo de leitura. Nas próprias palavras de Compagnon: “O texto instrui, e o leitor constrói” (COMPAGNON, 2004, p. 147) mais adiante: “O objeto literário autêntico é a própria interação do texto com o leitor.” (COMPAGNON, 2004, p. 147)

Este trabalho não parte do pressuposto da ‘morte do autor’, por mais que exista valiosos argumentos que demonstre que o conhecimento do autor é o que menos importa em uma obra literária. Quando lemos a Odisseia ou Dom Quixote, bem como qualquer outra literatura, como um leitor comum, o conhecimento de saber quem escreveu possui pouco relevo durante a leitura, ou até mesmo tenha nenhuma a importância em alguns casos. A tese da liberdade do leitor é convincente, tendo em vista, que ao deparar com uma obra de uma forma despretensiosa, não procuramos saber o que o autor tinha em mente na hora de escrever.⁷² A teoria que aponta

⁷²Eu tenho experiências particulares de quando era um infante-juvenil, de ler obras de Pedro Bandeira, e o conhecimento sobre o autor era de fato mais irrelevante na apreciação de suas histórias.

para o leitor nos apresenta um leque infundável de possibilidades de interpretação. Esta discussão não se trata de um posicionamento polarizado entre a tese do autor ou a do leitor, mas, cabe arranjar um ponto de intercessão entre ambos.

Nos parece mais interessante que a teoria imanente do texto seja mais coerente. No entanto, sem deixar de reconhecer o valor das demais concepções. As possibilidades interpretativas são norteadas pelas palavras do texto. O leitor possui uma relativa liberdade, e não uma liberdade absoluta. Compagnon alerta para o seguinte detalhe: “o autor embora em muitas vezes seja desconhecido, mas está ali implícito no texto”. (COMPANGNON, 2004, p. 148). Logo, existe um limite que o leitor poderá alcançar durante o processo de leitura. Deste modo buscamos olhar para os relatos de Saint-Hilaire não somente da perspectiva de quem foi o autor, um francês, influenciado pelas leituras de Humboldt e teses românticas, a serviço da ciência botânica. Mas, procuramos partir do próprio texto, buscando a todo o momento valorizar o olhar de Saint-Hilaire enquanto indivíduo. E de tal modo, considerar suas impressões deixadas no texto, e que este texto nos apresenta enquanto leitores. E mais uma vez Compagnon:

Baseado no leitor implícito, o ato da leitura consiste em concretizar a visão esquemática do texto, isto é, em linguagem comum, a imaginar os personagens, e os acontecimentos, e preencher as lacunas das narrações e descrições, a construir uma coerência a partir de elementos dispersos e incompletos. (COMPAGNON, 2004, p. 49)

Todo o texto tem elementos incompletos e lacunas que cabe o leitor completar, mas não fugir dos esquemas do texto. Ou seja, mesmo com tais variantes, todo o texto possui esquemas ou possibilidade de interpretação, não de forma infinita, pois a leitura se apresenta como uma resolução de enigmas propostos pelo autor do texto, o leitor é um grande decifrador e oferece sentido a estes enigmas. Então, a liberdade imaginativa do leitor tem um limite. É como solucionar um acidente de trânsito, lá estão os carros batidos, as provas, e cada uma das testemunhas irão recompor o acidente a partir de dados reais. Uma testemunha não goza de uma liberdade imaginativa ilimitada, embora, os depoimentos sobre o acidente seja a mais diversificada possível. Assim será o leitor em relação ao texto em seu ato de leitura. Por consequência, as análises do relato de viagem de Saint-Hilaire podem sofrer variações possíveis, contudo sempre partindo do que o próprio texto apresenta.

Ainda na aldeia São José Saint-Hilaire fez comentários sobre o comportamento dos índios Caiapós. Ele percebe que estes índios não tinham o hábito da provisão, que é de se precaver quanto ao futuro. Na época de colheita não esperavam que os frutos amadurecessem, e causavam muitos desperdícios. Eles viviam em função do presente, se satisfazendo

basicamente com o consumo de carne, cachaça e fumo. Saint-Hilaire observa estes hábitos e conclui que dificilmente os Caiapós se adaptariam à civilização europeia.

Historicamente a Europa sempre passou por momentos de escassez e fartura, alguns como: a peste negra que dizimou boa parte da população europeia, quedas na produção agrícola provenientes de guerras entre feudos, migração de camponeses para a cidade. Fatores climáticos que devastaram a agricultura e elevaram o preço dos produtos e outros males sociais, a exemplo da revolução francesa. Houve também fatores políticos e econômicos, como o crescimento da burguesa, a revolução industrial e o êxodo rural. Décadas de dificuldade econômica promoveu no europeu a cultura da provisão e da sobrevivência. Junto a estes acontecimentos no âmbito do imaginário com a presença de diversas correntes do pensamento trouxe a concepção da utopia. O desencontro dos ideais iluministas em comparação com o romantismo que perpassavam pela ideia da Natureza. Tais eventos de natureza política e econômica que varriam a Europa Moderna aqueceu o imaginário europeu pelo desejo ou sonho do paraíso perdido. Temos também que o imaginário europeu contava com a presença do mito bíblico pela busca da terra prometida.

O historiador Luiz Francisco Albuquerque⁷³ em seus estudos sobre a presença de viajantes pelo sertão brasileiro, aponta para o fato do imaginário cristão estar presente nas narrativas dos viajantes naturalistas. Temos as utopias presentes nas correntes ideológicas como liberalismo, marxismo, cientificismo, positivismo, entre outros. Estes aspectos apresentados mostram como a sociedade europeia tem no seu inconsciente coletivo o conceito que o movimento do tempo ocorre com a perspectiva de futuro. Estas noções não estavam presentes nos índios Caiapós. Não havia em seu imaginário estes elementos, não existia o conceito de propriedade bem como a ideia de que a natureza estivesse a serviço do homem como pregava os ideais iluministas. A religião do índio perpassava por uma outra relação com a natureza. A observação destes traços culturais leva o viajante a concluir que os Caiapós não fariam parte de nossa civilização.

Dentre muitas influências de Saint-Hilaire destaca-se o romantismo, isto é perceptível ao tratar os índios como tendo um temperamento infantil. Segundo o entendimento romântico a civilização é um fator que corrompe a alma humana. Portanto, era preciso ausentar-se dela e buscar o contato com a natureza. O índio sendo dócil, cordato e infantil, não possuindo os

⁷³ Luís Francisco Albuquerque de Miranda é professor da Universidade Federal de São João del Rei. Tem vários artigos sobre as representações do sertão pelos viajantes naturalistas, dentre muitos destacamos este: *O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX*. História (UNESP. Impresso) (Cessou em 2004), v. 28, p. 621-643, 2009.

costumes corruptíveis da civilização, vivem segundo seu próprio capricho. Há um tom negativo da civilização dentro do ideal romântico. Mas ao mesmo tempo, a postura dos índios era um obstáculo na necessidade de implementar uma civilização em Goiás. Há, portanto, a necessidade de civilizá-lo e enquadrá-lo na civilização.

A missão de Saint-Hilaire era levar a ciência para lugares ermos. No mais Saint-Hilaire afirma que os portugueses ensinaram os índios a cultivar a terra, a fazer casas e a fiar o algodão. Do comportamento das mulheres, eram elas que trabalhavam na colheita, e faziam fogo para cozinhar a carne. Quanto há alguns rituais destacamos estes, nas próprias palavras de Saint-Hilaire: “Assim quando morre alguém digno de respeito na tribo, eles ferem o próprio peito com pequenas flechas e dão golpes na cabeça até fazer correr sangue”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 71). Observe que tais práticas eram feitas apenas quando pessoas de relevância dentro da tribo morriam. Os índios batizados na fé cristã encontravam-se em uma posição de superioridade em relação aos demais índios. Estes outros muitas vezes tidos como selvagens ou animais. Interessante que mesmo considerando que os índios não batizados tendo uma existência mais selvagem, poderiam ser mais livres. Esta concepção é muito próxima do romantismo, do bom selvagem.

Ao sair da aldeia de São José, Saint-Hilaire retorna para a Cidade de Goiás (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 74). Em seu percurso observa que no contato com os brancos, os indígenas vão tendo seus costumes soterrados. Considera, portanto, que os brancos europeus são uma raça usurpadora. Preocupado com esta desvantagem em favor dos índios, Saint-Hilaire aconselha o governo brasileiro que elabore alguma política de proteção aos índios, promovendo o casamento com negros. A união destas duas etnias, para o viajante serviria de proteção a estas duas raças, e preservando as características destes dois grupos. A união de negros e índios formaria uma raça com melhores características do que a raça americana, e mais capaz de resistir a supremacia da raça branca. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 136)

É provável que houve influências do romantismo sobre relacionar o europeu à uma atitude usurpadora, o conceito do bom selvagem, e que a sociedade padece de corrupção, tornando o homem naturalmente bom em um indivíduo corrompido. Ao chegar em Pilões, Saint-Hilaire irá ressaltar o caráter ganancioso e aventureiro dos paulistas. A ganância dos paulistas em Goiás tem nome: ouro e diamantes. Ele nota que a riqueza fácil não estimula estes garimpeiros a criar uma cultura da provisão, mas pelo contrário, se dedicam inteiramente a viver um dia por vez, sem pensar no futuro. Vivem sem pensar no amanhã.

Também não há preocupação com a agricultura e nem com outros meios que tornariam a vida mais fácil. Embora, tendo ao seu dispor os recursos naturais e diversos meios de produzir

riquezas, levam a vida miseravelmente. É isto que o naturalista francês observa, um povo miserável em meio a tanta riqueza. Nas vilas e arraiais de Goiás prevalece este estilo de vida, não havendo muitas coisas para comprar e vender. O consumo de fumo e cachaça era bem alto, trocavam diamantes de alto valor em troca de cachaça e de alguma coisa qualquer. Havia pouca preocupação com a agricultura e outras fontes de riqueza. O pouco comércio era local e pouca exportação existia.

Seja pela falta de uma economia interna sustentável ou pela dificuldade de acessar o litoral pelas vias fluviais, uma vez que as estradas eram precárias, isto quando havia alguma estrada. Quando os ideais liberais se fortalecerem na província, estes hábitos passaram a ser considerados um estorvo para o desenvolvimento. Saint-Hilaire vai observar que muitas mulheres de poucas posses usavam colares e brincos de ouro. Ele observa os homens à cavalo, embora pobres, mais ostentavam adornos de ouro, mesmo que em suas casas não tivessem um único móvel.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O viajante naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire esteve em Goiás em 1819, com o objetivo de estudar as espécies de plantas. Era formado em botânica e para a época a botânica era um campo da história natural. A história natural para o século XIX possuía um status de conhecimento similar a filosofia. O estudo sobre a natureza não se reservava apenas aos assuntos de ecossistemas, havia um caráter civilizacional em questão. Conhecimentos sobre a natureza, os jardins botânicos passam a servirem de adornos da alta elite europeia. A presença do viajante Saint-Hilaire é resultado das aproximações diplomáticas entre Brasil e França rompidas desde 1807 com a saída da corte portuguesa ao Brasil. Para os países europeus os conhecimentos advindos da história natural serão de fundamental importância na administração dos Estados e de seus territórios. O Brasil encontrará nos franceses e nos ingleses, principalmente, suportes importantes para a produção de conhecimentos científicos e uma nova descoberta de seu território, quem em grande parte era desconhecida dos próprios brasileiros.

Os estudos sobre as plantas favoreciam um rico intercâmbio político e cultural, que favoreceu além da produção científica, conhecimentos sobre o Brasil. Estes conhecimentos sobre o Brasil não se limitavam somente aos aspectos da natureza, clima e solo, e sim, de seus habitantes, envolvendo desde etnias, até os costumes. Tais conhecimentos fazem parte de um projeto político econômico de alguns países da Europa, em especial França e Inglaterra, como também para a própria nação brasileira às vésperas da proclamação da independência. A história natural passa a ser a principal responsável pelo crescimento do conhecimento científico, para a unificação dos países e suas relações diplomáticas. Em outras palavras; transformou o Novo Mundo e seus habitantes outrora desconhecidos em objeto narrável.

A contribuição dos viajantes se estabelece também na incipiente literatura e historiografia nacional. Aqui tanto literatos quanto historiadores irão se servir das produções de tais viajantes. O olhar atento de Saint-Hilaire não deixa escapar os problemas pertinentes ao índio, da autoridade da Igreja, do comportamento de mineiros e aventureiros. Em diversos momentos de sua narrativa, deixa escapar, o homem comum, aquele que sente fadiga, fome, sede, que sente melancolia diante de uma natureza pouco heterogênea como a do cerrado goiano. O olhar do cientista, parece embotar-se pelo empirismo. Entretanto, a necessidade de científico, parece cobrar sua atenção, haja vista, os relatos de sua viagem que foram redigidos a posteriori, e acrescentados com informações de outros viajantes e intelectuais, esta tarefa por mais acadêmica que fosse, pode tornar o relato mais distante do real vivido pelo viajante. No entanto, o texto ganha características científicas pela preocupação que Saint-Hilaire demonstra

em fazer comparações com relatos de outros viajantes naturalistas. Saint-Hilaire almejava conquistar seu espaço no meio acadêmico de sua época. Portanto, a hipótese de que houve um esforço de que sua narrativa tivesse relevo acadêmico é bastante forte. Mas, o que é o real dentro de uma narrativa? É uma pergunta retórica de difícil resposta.

Mas acreditamos que a narrativa de Saint-Hilaire nasceu de um olhar sincero, embora com suas preocupações de reconhecimento científico. Em seu relato é demonstrado sua preocupação com uma causa, as perdas significantes das tradições indígenas lhes tocam a alma, como também o estado de miséria pela qual a província de Goiás se encontra. É evidente que muitas de suas reflexões acerca dos hábitos dos goianos, como a ociosidade, a inaptidão para uma cultura de viés liberal, são feitas devido às condições que o século XIX se permitia fazer. Os escritos de Saint-Hilaire devem ser lidos buscando compreender as vicissitudes de seu tempo. Trazendo seus relatos para a atualidade, é muito provável que seria rotulado de etnocêntrico, preconceituoso entre outros adjetivos. Principalmente, quando ele aponta para feiura de alguns habitantes da província, quando em outro momento ele fala da inconstância de pessoas de pele negra, ou da falta de uma classe de linhagem nobre. Para a época tais declarações não causaram sérias polêmicas.

Quando cheguei à aldeia só encontrei mulheres; os homens estavam todos na lavoura. A maioria delas me pareceu pertencer à raça americana pura, ou quase pura. Não traziam nada sobre a cabeça e toda a sua indumentária consistia numa saia e numa blusa de algodão muito suja. Algumas delas nem blusa tinham. As mulheres desta raça são muito fecundas, mas perdem um grande número de filhos, provavelmente por falta de cuidados adequados. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 143)

E mais:

Nada é mais feio, na minha opinião, do que uma índia que já passou da juventude. Basta imaginar uma mulher de pescoço muito curto, cabeça enorme, nariz achatado, boca grande, faces encovadas e molares muito salientes, tez encardida, tudo isso encimado por uma floresta de cabelos negros e duros, eriçados acima da testa e caindo em longas mechas pelas costas e ombros, e ter-se-á uma ideia da feiura dessas pobres criaturas – uma feiura que nenhum enfeite consegue disfarçar. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 143)

A aldeia que se refere a primeira citação é a Aldeia de Santana fundada por Jesuítas. Interessante a linguagem utilizada, como: raça pura e fecundas. Mais curioso são as descrições presentes na segunda citação. Procure imaginar uma pessoa com uma cabeça grande sobre um pescoço curto, com uma boca grande e uma floresta de cabelos negros e duros. Como se não

fosse o suficiente destacar, ainda acrescenta: “Uma feiura que nenhum enfeite consegue disfarçar”. Tais descrições não causaram incômodos numa época cujo os modos de pensamentos eram diferentes do que atualmente entendemos por politicamente correto. Aqui está o desafio, evitar anacronismos sobre aquilo que o viajante escreveu. Muitos escritores omitem certas opiniões a fim de evitar maiores problemas, o que não acontece com Saint-Hilaire, o público leitor dele não era o brasileiro e sim o público francês. E parece ter sido sincero quando ele descreve a estética dos moradores de Santana. Mas, ainda lhe resta um adendo, seu relato presumia ser científico, porém, seus relatos parecem ser mais relatos pessoais, ou de natureza literária do que propriamente científico.

A população de Goiás em 1819 era de 50 mil habitantes. As terras de Goiás eram excelentes, podendo produzir açúcar, algodão e outros gêneros em abundância, mas devido ao estado de abandono e a ociosidade de sua população, preferiam viver em uma cultura de subsistência. E mesmo que houvesse em Goiás uma grande quantidade de produtos, não haveria meios de escoar a produção goiana. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 124). As estradas eram precárias e o poder público era descuidado com a construção de vias de acesso e reparação de pontes. Não era interessante à Coroa portuguesa a construção de vias de comunicação com outras províncias. O então isolamento era favorável para o controle da extração do ouro e evitar o contrabando.

Saint-Hilaire faz críticas a situação geopolítica da Colônia, na qual, a população estava concentrada maciçamente no litoral, e que à medida que fossem povoando o interior da Colônia, logo o Brasil se tornaria um grande poder econômico. Alerta para a falta de mão de obra na província, e que um escravo custava por volta de 200 mil réis, fato que poucas pessoas poderiam comprar. Saint-Hilaire parte da ideia que o problema se encontra também na própria população goiana, com casamentos ilícitos, filhos indesejados e abandonados, morando com parentes, não tendo uma boa educação. Muitos destes meninos na vida adulta se entregavam a uma vida desregrada. Sendo boa parte filhos de amantes, mulatas ou negras, mas por terem sangue de branco, não queriam trabalhar. Não há por parte de muitos goianos respeito pela pátria, e tampouco conhecem suas origens. Nota-se a preocupação de Saint-Hilaire com princípios de ordem moral.⁷⁴

⁷⁴ Quando se concebe a ideia que as resoluções de problemas de natureza pública devem vir do Estado, a crítica correlata a esta questão é que o Estado por meio de seus órgãos deve se responsabilizar pelas mazelas sociais. Dentro deste paradigma o povo se torna intocável, e quem ousa fazê-lo se torna vítima de preconceito. A outra concepção é que o Estado não deve servir de referência para todos os problemas de natureza econômica ou social. Indivíduos fazem riquezas, Estado cobra impostos. Portanto, é natural que possa atribuir ao próprio povo os rumos de sua história, bem como responsabiliza-los pelo seu estado de vida econômica. É provável que Saint-Hilaire

O viajante naturalista é sensível em seu olhar. Parece ser envolvido com a questão goiana. Ele aconselha que o governo deveria promover casamentos sem cobrança de impostos, e que a navegação do Rio Tocantins pudesse servir de alternativa com a finalidade de ter acesso ao litoral. Entretanto, de nada adiantaria posto que Goiás não desfrutava de uma produção excedente e muitos menos de uma cultura econômica suficientemente forte.

A preocupação de Saint-Hilaire com o científico é evidente ao longo de seu trabalho. Mas, esta linha é muito tênue. A busca por detalhes, a leitura de outras obras escritas sobre a província, nos mostra uma outra preocupação que está em jogo. Alguns destes escritos foram feitos por viajantes que estiveram antes e depois de sua passagem pela província, são eles: o viajante Gardner que esteve na província depois de Saint-Hilaire, Cunha Mattos, o naturalista Eschwewe que esteve em Goiás em 1816, e Emanuel Pohl. Estas comparações feitas por Saint-Hilaire, torna seus relatos mais ricos em detalhes e informações. Ele não se preocupa apenas em produzir um relato pessoal enaltecendo seu heroísmo, ou aventura particular, mesmo que o faça, é feito numa dosagem que não chega a comprometer a seriedade da obra.

Entre a ficção e a realidade Saint-Hilaire navega com muita maestria entre ambos. Os problemas vivenciados pelos goianos, embora reais, são relatados por meio da linguagem. Não há outro modo de fazê-lo, e o modo que isso é feito, promoverá no leitor o imaginário percorrendo junto com Saint-Hilaire o sertão de Goiás. A preocupação de Saint-Hilaire é com a ciência e contribuir com seu progresso, de ter seu lugar reconhecido no espaço científico. Porém, se torna impossível fugir da organização que toda escrita exige de seu autor, e por meio de seu relato pode preencher a necessidade de seu leitor, e também o seu almejado reconhecimento.

Existem elementos presentes na narrativa de Saint-Hilaire que nos parece levar tanto para um relato científico, como a um relato literário. Mas, ressaltamos que embora o cuidado com uma escrita acadêmica a fim de chamar atenção da comunidade científica e a necessidade de aceitação, observo que não existe em Saint-Hilaire um apelo ao heroísmo pessoal, pelo menos em primeiro plano, não é evidente. Saint-Hilaire faz importantes apontamentos sobre a política brasileira e goiana, e aponta possíveis soluções. É um estudioso comprometido com o seu objeto de estudo. Ao analisar a obra não pretendíamos seguir a velha retórica de que sua narrativa seja a de um olhar europeu, etnocêntrico e outros termos similares. É óbvio que se trata de um europeu, não teria como ser diferente, mas, é preciso procurar entender o próprio viajante mesmo sendo difícil evitar certos anacronismos. Procuramos entender as agruras

partilhava entre seus conhecimentos, de princípios de ordem liberal, então, ao atribuir ao povo de Goiás responsabilidades pelo seu estado de penúria, assim o fazia, por causa de seus princípios filosóficos.

vivenciadas pelo viajante e seu compromisso com a ciência. Embora tendo escapado o lado humano que é do cansaço, da nostalgia do lar, o desejo de ficar famoso ou de reconhecimento, que é um desejo natural de qualquer pesquisador. Mesmo com este desejo de reconhecimento, é perceptível em Saint-Hilaire um cientista preocupado com seu legado para o progresso da ciência. Nas entrelinhas deste trabalho é apresentada qual a posição de Saint-Hilaire entre a realidade e a ficção. Foi feito um esforço para ponderar ambos os lados, O viajante cientista e o viajante artista.

Embora haja elementos que corroborem para as duas possibilidades, defendemos a posição de que Saint-Hilaire possuía um compromisso com a ciência, buscando a fidedignidade dos fatos relatados. Todavia, as intenções não eximem de que seu relato não alcance a ficção. A ficção é um impulso natural de qualquer narrativa, além do mais, quando a busca pelos fatos foi exercida pelo exercício da imaginação, como está expresso nas primeiras linhas do prefácio da obra.

Procurei esquecer o presente tão doloroso para mim, e me vi em imaginação sob o belo céu do Brasil, numa época em que, ávido de conhecimentos, eu percorria os sertões desse vasto país quase tão descuidado do futuro quanto seus próprios indígenas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.13)

Por mais que seja evidente o compromisso de Saint-Hilaire com as necessidades dos goianos, os acontecimentos foram organizados por meio da narrativa e reorganizados a posteriori, quando estive em seu país natal, na França. Portanto, os aspectos literários e a ficção prevalecem em meio as tensões da narrativa.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, Erich. **Introdução aos Estudos Literários**. São Paulo: Cosac Naify, 2015
- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da história colonial**. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- ALOS, Peres Anselmo. Literatura Comparada Ontem e Hoje: Campo Epistemológico de Ansiedade e Incertezas. **Revista Organon**: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Porto Alegre, v. 27, n. 52, 2012
- Revista Brasileira de Literatura Comparada. Porto Alegre, nº 7, p. 113-130, 2005.
- Bailão, Andre Sicchieri. Campos, Matos, Sertões – Paisagens imaginadas e expedições naturalistas. **Anais eletrônicos do 15º Seminário nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, Florianópolis- Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1473992952_ARQUIVO_PaperAndreBailaoSBHCT.pdf
- BIBLIOTECA Nacional. **As viagens de Auguste de Saint-Hilaire**. 2010. Disponível em < bndigital.bn.gov.br/as-viagens-de-Auguste-de-Saint-hilaire-bibliografia/>. Acesso em 2 fev. 2020.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BLOOM, Harold. **Um mapa da desleitura**. São Paulo: Imago, 2003.
- CARVALHAL, Tânia Franco. **O próprio e o alheio**. Ensaio de Literatura comparada. São Leopoldo RS: Unisinos, 2003.
- _____. **Literatura Comparada**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 2009.
- Discussões com a Historiografia regional**. Emblemas- Revistada UAE História e ciências sociais – UFG, Capa > v. 9, n. 2 (2012). Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/28536/16022>. Acesso em: 01 jan. 2018.
- D'ONÓFRIO, Salvatore. **Teoria do Texto 1**. São Paulo: Ática, 1999.
- ECO, Umberto. **Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Interpretação e superinterpretação**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GODOI, Rodrigo Tavares. **Geschichte und Geschichteschreibung** **Proposição Hermenêutica**. No Sentido. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20\(49\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20(49).pdf)

HOOPER, Silvana Seabra. **Fronteiras de Literatura e História**. A escrita de Sérgio Buarque de Holanda em Caminhos e Fronteiras, 2007. 226f. Tese (Doutoramento em Estudos Literários) - UFMG, Belo Horizonte, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visões do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000

JOSEF, Bella. **História da literatura hispano-americana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 2005.

JUNQUEIRA, Mary Anne. (Org). **Cadernos de Seminários de Pesquisa volume 2**: Projeto Temático/FAFESP-Cultura política nas Américas: Circulação de Ideias e configuração de identidade. São Paulo: USP FFLCH- Editora Humanitas, 2011.

LEENHARDT, Jacques. **A Construção Francesa do Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008

KURY, Lorelay. August Saint-Hilaire, viajante exemplar. **Revista Intellectus**. v. 2, n. 1 (2003). Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/issue/view/1435>. Acesso em: 8 dez. 2018.

LEENHARDT, Jacques (Org). **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas SP: Ed. da Unicamp, 1998.

LIMA, Luiz Costa. **História. Literatura. Ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, Fátima de Macedo. **Saint-Hilaire em Goiás: Ciência, Viagem e Missão Civilizatória**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24923>. Acesso em 01 Abr. 2020.

NAVARRETE, Eduardo. **Roger Chartier e a literatura**. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/download/2660/2422. Acesso em: 15 abr. 2018.

NAXARA, Márcia Capelari. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica**. Brasília: UNB, 2004

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada**: história, teoria e crítica. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada. História, Teoria e Crítica**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

ORGANON: **Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, Rio Grande do Sul, n,52, 2012. Anual.

PALACIN, Luis. **Quatro tempos de ideologia em Goiás**. Goiânia: Gráfica de Goiás, 1986.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, **História & literatura: uma velha-nova história**, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006 Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/1560> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa tomo 1**. Campinas, São Paulo: Papyrus Editora, 1994.

_____. **Tempo e Narrativa tomo III**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

RIBEIRO, Roberto Carlos. **Literatura de viagem e historiografia literária brasileira**. In: Revista Letras & Letras, Uberlândia 23 (1) p.145-159, jan. /jun. 2007, p. 145. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25280/14073>. Acesso em 15 dez. 2019.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **O Rio dos Tocantins**. 2. ed. Palmas-TO: Alexandre Acampora, 2001.

SCHEMES, Elisa Freitas. A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa. **XXVIII Simpósio Nacional de história**, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439245917_ARQUIVO_2.ARTIGOANP_UH2015Elisa-Final.pdf. Acesso em 12 jan. 2020

SILVA, Adriano Freitas. MENEZES, Marcos Antônio de. **Relatos de Viajantes em Goiás: Disponível em:** https://www.researchgate.net/publication/271237103_RELATOS_DE_VIAJANTES_EM_GOIAS_DISCUSOES_COM_A_HISTORIOGRAFIA_REGIONAL Acesso em: 20 dez 2019

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAVARES, Hugo Moura: **Sobre o céu e a terra, água e o ar**: Representações de viajantes ilustrados sobre a Amazônia entre 1735 e 1815. Disponível em: acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36527. 2014. Acesso em 15 out. 2019.

TEIXEIRA, Ivan. **Literatura como Imaginário: introdução ao conceito de poética cultural**. Revista Brasileira, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, Fase VII, ano X, n. 37, out. nov. dez. 2003, p. 43-67.